



Universidade de Aveiro
Ano 2021

**INÊS PEREIRA
DE SOUSA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS DE ALIMENTAÇÃO.
O CASO DO MUNICÍPIO DE VISEU.**



Universidade de Aveiro
Ano 2021

**INÊS PEREIRA
DE SOUSA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS DE ALIMENTAÇÃO.
O CASO DO MUNÍCIPIO DE VISEU.**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Administração e Gestão Pública, realizado sob a orientação científica da Doutora Sara Moreno Pires, Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho à minha avó.

o júri

presidente

Prof. Doutor Gonçalo Alves de Sousa Santinha

Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

vogal - arguente principal

Prof.^a Doutora Iva Maria Miranda Pires

Professora Associada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

vogal – orientadora

Doutora Sara Margarida Moreno Pires

Professora Auxiliar em Regime Laboral do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

agradecimentos

O processo de escrita de uma dissertação por si só, exige uma grande dedicação e trabalho por parte de quem a escreve. No entanto, realizar este processo durante uma pandemia mundial foi ainda mais complexo. Foram vários os momentos de incertezas, ansiedade e de desânimo em que pensei desistir. No entanto, graças ao apoio de terceiros foi possível terminar esta dissertação.

Em primeiro lugar quero agradecer à minha orientadora Sara Moreno Pires, por todo o seu apoio e orientação neste trabalho. Mostrou-se sempre disponível ao longo de todas as fases do processo de investigação para dar os seus contributos e conhecimentos que foram uma mais valia para a sua realização. Mais uma vez, obrigado por se mostrar sempre disponível e por ajudar a que todo este trabalho fosse possível.

À minha família por todo o apoio e esforço para que fosse possível concluir o mestrado e pela compreensão por não conseguir estar presente em alguns momentos.

Aos meus amigos, que também escreveram a dissertação, a vossa compreensão e companheirismo por estarem a passar o mesmo, foi deveras importante.

palavras-chave

Alimentação, Sustentabilidade Alimentar, Políticas de Alimentação, sistemas alimentares locais, governo local.

resumo

A alimentação está presente desde sempre nas nossas vidas, no entanto, só recentemente é que se tem refletido sobre o seu impacto na nossa saúde, na sociedade e no meio ambiente. O aumento crescente da população leva a uma constante procura por alimentos e deste modo, uma maior exploração das matérias primas, pondo em causa a sustentabilidade do planeta. Deste modo, as políticas públicas desempenham um papel fundamental para garantir uma melhor qualidade de vida aos cidadãos e em simultâneo, garantir a sustentabilidade do sistema alimentar. Esta transição, tem sido particularmente promovida ao nível das cidades devido aos benefícios que podem trazer aos seus habitantes através da proximidade entre os consumidores e os produtores, da fomentação da economia local e regional e ainda, através de modos de produção locais mais sustentáveis.

Através deste trabalho de investigação pretendemos fazer uma reflexão sobre as políticas de alimentação locais promotoras de sustentabilidade ambiental em Portugal, com o estudo de caso do Município de Viseu. Posto isto, procuramos compreender o papel do município de Viseu no desenho e implementação de políticas de alimentação sustentáveis, de forma a identificar as iniciativas desenvolvidas e perceber se estas envolvem diferentes atores do sistema alimentar local.

Com este fim, foi usado um método de investigação de estudo de caso qualitativo com uma recolha de dados através de entrevistas semiestruturadas para perceber a perceção de atores locais quanto às políticas implementadas pelo município e ainda, com uma recolha de dados secundários, através da análise documental. Os resultados da investigação refletem que o município tem implementado algumas políticas na área da alimentação, com o desenvolvimento de algumas iniciativas com especial destaque nos últimos anos, porém esta área não é considerada prioritária no município, refletindo-se na falta de estruturas governativas e na articulação das políticas desenvolvidas.

Esta análise de estudo de caso permite propor um conjunto de recomendações de medidas que o Município de Viseu, bem como certamente outros Municípios em Portugal, podem implementar para que os sistemas alimentares se tornem mais sustentáveis.

keywords

Food, Food Sustainability, Food Policies, local food systems, local government.

abstract

Food has always been present in our lives, however, only recently its impacts have been reflected regarding to our health, society, and the environment. The increasing population growth leads to a constant demand for food and, thus, a greater exploitation of raw materials, jeopardizing the sustainability of the planet. In this way, public policies play a fundamental role in ensuring a better quality of life for citizens and, at the same time, guaranteeing the sustainability of the food system. This transition has been particularly promoted at the city level due to the benefits it can bring to its inhabitants through the proximity between consumers and producers, the promotion of the local and regional economy and, through more sustainable local production methods.

Through this research work, we intend to reflect on local food policies that promote environmental sustainability in Portugal, with the case study of the Municipality of Viseu. In this way, we seek to understand the role of the municipality of Viseu in the design and implementation of sustainable food policies, to identify the initiatives developed and understand whether these involve different actors of the local food system.

To this end, a qualitative case study investigation method with data collection through semi-structured interviews was used to perceive the perception of local actors regarding the policies implemented by the municipality and, with a collection of secondary data, through analysis documentary. The results of the investigation reflect that the municipality has implemented some food policies, with the development of some initiatives with special prominence in recent years, however this area is not considered a priority in the municipality, reflecting the lack of government structures and the articulation of the policies developed.

This case study analysis allows us to propose a set of recommendations for measures that the Municipality of Viseu, as well as certainly other Municipalities in Portugal, can implement so that the food systems become more sustainable.

Índice

1. Capítulo 1 – Introdução	1
1.1 Introdução ao tema.....	1
1.2 Questões de investigação e objetivos.....	5
1.3 Abordagem metodológica.....	6
1.4 Estrutura da dissertação	7
2. Capítulo 2 - Revisão da Literatura	9
2.1 O Direito à alimentação	9
2.2 A importância da alimentação	14
2.3 Sistemas alimentares	19
2.3.1 Sistemas Alimentares Sustentáveis.....	21
2.4 Os sistemas alimentares urbanos	23
3. Capítulo 3 - Políticas públicas de alimentação	29
3.1 Políticas públicas de alimentação	29
3.2 Evolução das políticas Internacionais e Europeias.....	30
3.3 Evolução das políticas de alimentação em Portugal	36
3.4 Políticas locais de alimentação sustentáveis	43
3.5 Boas práticas portuguesas na área da alimentação.....	47
4. Capítulo 4. Abordagem metodológica	63
4.1 O processo de investigação.....	63
4.2 Metodologia do estudo de caso.....	64
4.2.1 Método de recolha de dados	65
4.3 Caracterização do município de Viseu	68
4.3.1 Iniciativas promovidas pelo município para uma alimentação saudável e sustentável ...	72
5. Capítulo 5. Análise do estudo de caso	81
5.1.1 A posição do Município para com sistemas alimentares sustentáveis.....	81
5.1.2 Compromisso político para uma alimentação saudável e sustentável.....	82
5.1.3 Existência de uma política de alimentação articulada	82
5.1.4 Sustentabilidade alimentar nos instrumentos de planeamento territorial.....	83
5.1.5 Gestão de informação relacionada com a cadeia alimentar e os seus impactos	83
5.1.6 Promoção do acesso a alimentos locais e frescos, com especial atenção a indivíduos em situações de risco	84

5.1.7	Redução do desperdício alimentar e gestão eficiente dos resíduos provenientes do setor alimentar	85
5.1.8	Compras públicas sustentáveis na alimentação	86
5.1.9	Criação de emprego/rendimentos/apoios no setor da alimentação e a promoção da inovação, investigação e evolução agroalimentar sustentável	86
5.1.10	Mecanismos de participação e envolvimento de atores locais	87
5.1.11	Fatores que têm dificultado a implementação de políticas de alimentação e próximos passos no caminho da sustentabilidade do sistema alimentar local	89
5.2	Discussão das políticas de alimentação no município	90
6.	Capítulo 6. Conclusões e recomendações	97
	Bibliografia	101
	Anexos	112

Índice Figuras

Figura 1: Esquematização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	3
Figura 2: procedimento metodológico da investigação.....	7
Figura 3: Países que apresentam na sua constituição o direito à alimentação.....	11
Figura 4: Desperdício alimentar em Portugal	19
Figura 5: Infográfico do sistema alimentar	20
Figura 6: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a sua relação com a alimentação e a agricultura.....	26
Figura 7: O processo de investigação.....	64
Figura 8: O processo de realização de entrevistas.....	65
Figura 9: Freguesias do Município de Viseu.....	69

Índice Tabelas

Tabela 1: Políticas internacionais e europeias relacionadas com a alimentação	31
Tabela 2: Evolução das políticas, medidas e ações com foco na alimentação em Portugal	37
Tabela 3: Modelo conceitual para a análise das políticas locais de alimentação sustentável	44
Tabela 4 : Boas práticas na área da alimentação em Portugal	53
Tabela 5: Iniciativas desenvolvidas pelo município	73
Tabela 6: Análise dos instrumentos utilizados pela CMV	91

Índice gráficos

Gráfico 1: Perdas e desperdício de alimentos no mundo per capita (kg/ano)	18
Gráfico 2: desperdício alimentar nos países europeus per capita (kg/ano)	18
Gráfico 3: evolução do número de iniciativas.....	48
Gráfico 4: escala territorial das iniciativas	48
Gráfico 5: divisão territorial das iniciativas por NUTS II.....	49
Gráfico 6: áreas de intervenção das iniciativas.....	49
Gráfico 7: áreas de intervenção das iniciativas nacionais.....	50
Gráfico 8: áreas de intervenção das iniciativas municipais	50
Gráfico 9: áreas de intervenção das iniciativas locais.....	51
Gráfico 10: áreas de intervenção das iniciativas municipais	51
Gráfico 11: população residente no MV	70
Gráfico 12: população residente no MV por grupos etários	70
Gráfico 13: população empregada no MV por setor de atividade	71

Lista de abreviaturas

CE - Comissão Europeia

CEE – Comunidade Económica Europeia

CMV – Câmara Municipal de Viseu

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

INE – Instituto Nacional de Estatística

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Política Agrícola Comum

UE – União Europeia

Capítulo 1 – Introdução

1.1 Introdução ao tema

A alimentação desempenha um papel indispensável nas nossas vidas, dado que, sem esta não seríamos capazes de obter os nutrientes necessários para garantir o funcionamento do nosso organismo. Por este motivo, a alimentação é considerada um direito humano consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas (FAO, 2014). O artigo 25, número 1, desta declaração realça que “toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários” (ONU, 1948).

Atualmente, os valores da população mundial situam-se por volta dos 7,7 mil milhões de habitantes, sendo expectável que este valor aumente nas próximas décadas. Dados mais recentes da ONU para o ano de 2018, revelam que 821,6 milhões de pessoas passam fome (1 em cada 9), 2 mil milhões enfrentaram situações de insegurança alimentar moderada ou grave e em contrapartida, o número de pessoas com obesidade ultrapassou o número de pessoas com fome, alcançando o valor de 1,1 mil milhões de pessoas (ONU NEWS, 2019).

Sabendo igualmente que a maioria da população humana reside em meios urbanos, devido ao crescente fenómeno mundial de urbanização, as cidades estão a sofrer e a provocar mudanças nos sistemas alimentares a nível global, com o intuito de fornecerem uma boa alimentação para a sua população (Moragues-faus, 2018).

O atual sistema alimentar urbano sofre desafios de diferentes dimensões, tanto sociais e económicas, como ambientais, que incluem “mudanças climáticas, o aumento da população, a degradação do ecossistema, volatilidade de preços, desigualdades sociais, escassez de água e perda de biodiversidade” (El Bilali, 2018 as cited in Berner et al., 2019 p. 1). Para além disto, os sistemas alimentares são vulneráveis a por exemplo, crises

económicas, o que foi demonstrado pela crise económica de 2008, onde os preços dos alimentos levaram a que muitos indivíduos passassem por situações de fome, ou a crises pandémicas, como a que vivemos atualmente. Contudo, uma transição em direção à sustentabilidade pode ser uma solução, apontada por investigadores da área agroalimentar, para que os desafios referidos anteriormente sejam superados (Berner et al., 2019).

Dado este panorama, a prioridade na agenda política urbana deveria ser a de garantir que as cidades se desenvolvam de forma sustentável e de “mobilizar a alimentação como um veículo para proporcionar benefícios económicos, sociais, ambientais e por último, na saúde” aos seus residentes (Moragues-Faus & Marceau, 2018 p.1).

Um dos grandes marcos em relação ao desenvolvimento sustentável constitui-se com a Agenda 21, assumida pelos Estados Membros das Nações Unidas em 1992. Com a constituição de um programa para estimular uma série de medidas para implementar o conceito de desenvolvimento sustentável, a Agenda 21, e em particular o seu Capítulo 28 destinado ao papel das autoridades locais, deu um forte impulso ao estabelecimento de estratégias locais participadas de desenvolvimento sustentável um pouco por todo o mundo (Fidélis & Pires, 2009).

Posteriormente, foram definidos os Objetivos de Desenvolvimento de Milénio (ODM), em 2000, e mais tarde em 2015, foram assumidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, que refletem os atuais desafios relacionados com a sustentabilidade, com metas a alcançar até 2030, nos diferentes níveis do território.

Relativamente à sustentabilidade dos sistemas alimentares, é possível fazer um alinhamento com cada ODS, que será feito no Capítulo 2, mas neste momento introdutório é importante referir que um dos ODS contempla especificamente o tema da alimentação, o ODS 2: Erradicar a fome (Zero Hunger) - Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável (ONU, 2015). Neste ODS,

podemos encontrar metas relevantes para o tema em estudo como as seguintes (ONU, 2015):

2.1 garantir o acesso a uma alimentação nutritiva, suficiente e com qualidade, especialmente as pessoas mais vulneráveis, acabando com a fome

2.3 duplicar a produção agrícola e o rendimento de pequenos produtores garantindo a mesma igualdade no acesso à terra e recursos como mercados, serviços financeiros e conhecimento

2.4 garantir a sustentabilidade dos sistemas de produção alimentar e executar práticas agrícolas resilientes com vista, a aumentar a produção e a proteger os ecossistemas, aumentando a capacidade de se adaptarem às alterações climáticas.



Figura 1: Esquematização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Direção-Geral da Educação (DGE)

Relativamente ao ano de 2015, é preciso ainda salientar o surgimento do Pacto de Milão sobre Política Alimentar Urbana. Tendo em consideração o papel que as cidades podem desempenhar para promover sistemas alimentares sustentáveis, o Pacto de Milão juntou municípios e autoridades locais de todo o mundo para unirem esforços e deste modo, desenvolver sistemas alimentares sustentáveis, inclusivos e resilientes. Mais de 100 cidades assinaram este pacto no dia 15 de outubro de 2015 e atualmente o número oficial é de 209 cidades assinantes (MUFPP, 2015b). Este número de cidades que assinaram o Pacto de Milão revela que, cada vez mais, a alimentação pode ser usada para “unir a

sociedade civil, os decisores políticos e o setor privado para construção de ambientes urbanos mais sustentáveis” (Moragues-Faus & Marceau, 2018 p. 1).

Tendo em consideração que as políticas de alimentação têm vindo a acompanhar o progresso da sociedade, a sua evolução reflete igualmente mudanças socioeconómicas, políticas, ambientais e ao nível da saúde dos indivíduos, de nível macro e micro (Graça & Gregório, 2012). Dado que as políticas estão relacionadas com o contexto onde estão inseridas, vamos dar atenção nesta dissertação ao contexto específico do nosso país. Portugal é considerado um país mediterrânico apesar de não ser banhado pelo Mar Mediterrâneo, pelas características como a sua história, práticas sociais, culturais e hábitos alimentares (Pinho, et al., 2016). É importante fazer esta conexão, uma vez que, o padrão alimentar mediterrâneo é considerado um exemplo a seguir relativamente ao que deve ser uma alimentação saudável e uma dieta sustentável do ponto de vista ambiental.

Contextualizando brevemente o caso português, os primeiros esforços na área da política alimentar surgiram em 1976, com a criação do Centro de Estudos de Nutrição (CEN), que veio suprir a dificuldade em obter dados sobre o consumo alimentar e o estado nutricional dos portugueses (Gonçalves as cited in Graça & Gregório, 2013). No entanto, só apenas passado três décadas, em 2012, é que surgiu o primeiro programa nacional na área da alimentação, o Programa Nacional de Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS). Este programa tinha como objetivo juntar a saúde e o crescimento económico por meio de uma abordagem intersectorial determinada a incentivar o acesso e a disponibilização a uma variedade específica de alimentos (Graça & Gregório, 2015; Queiroz, Mota, & Cardoso, 2015). Percebendo que as políticas de alimentação tiveram maior atenção por parte dos decisores políticos nacionais há relativamente pouco tempo, tentaremos mais à frente analisar em detalhe os seus desenvolvimentos e as suas implicações para as políticas de alimentação ao nível local, foco da nossa atenção.

1.2 Questões de investigação e objetivos

Tendo como fundamento a necessidade de reforçar políticas locais de alimentação sustentáveis na atualidade, esta dissertação pretende obter uma resposta às seguintes questões:

Q1 – Como têm evoluído, a nível internacional e nacional, as políticas de alimentação?

Q2 – Que políticas de alimentação têm sido promovidas localmente em Portugal para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis?

Q3 – Existe um envolvimento de múltiplos atores na implementação dessas políticas locais?

Perante estas três questões mais abrangentes, que refletem o contexto nacional, esta investigação tem como principal finalidade tentar compreender com maior profundidade e detalhe um estudo de caso específico, que reflita a realidade de um Município português, em torno das políticas alimentares sustentáveis. Nesse sentido, foi escolhido o Município de Viseu para uma análise mais fina das suas políticas de alimentação, com o intuito de entender o que tem sido feito, o envolvimento dos atores locais e quais os seus impactos e relevância destas ações para alcançar um desenvolvimento sustentável. A escolha do Município prende-se com o facto de Viseu ser conhecido como “a melhor cidade para viver” e pretende-se analisar de que forma a melhor cidade para viver e com boas condições de vida aborda um tema tão essencial nas nossas vidas e desenvolve iniciativas locais relacionadas com a alimentação sustentável. Um outro motivo prendeu-se ainda com a proximidade geográfica com o local de residência.

Segundo Morais (2015), as questões gerais da investigação necessitam de ser transformadas em questões mais específicas, de forma a que cada perspetiva do estudo seja identificada para posteriormente ser definida claramente, de forma a ser precisa e compreensível. Com este intuito, é pretendido mais especificamente compreender o seguinte:

- Compreender a evolução das políticas de alimentação no Município de Viseu, identificar as iniciativas desenvolvidas e os desafios encontrados na última década nestas áreas;
- Perceber que de que forma estas políticas têm fortalecido a cooperação entre diferentes atores e o estabelecimento de redes na área dos sistemas alimentares sustentáveis, bem como as principais vantagens e desvantagens destas redes;
- Desenhar um conjunto de recomendações que sejam adaptadas às necessidades do Município, com o intuito de apoiar políticas mais eficazes de promoção de um sistema alimentar local mais sustentável e de “consciencialização” da população sobre os seus benefícios.

1.3 Abordagem metodológica

O processo de investigação envolve mecanismos de pensamento reflexivo por meio de tratamento científico com o objetivo de se obter conhecimento novo, comprovando ou contestando aquele já existente (Morais, 2015).

A abordagem metodológica utilizada consiste, numa primeira fase, na exploração de literatura relacionada com os sistemas alimentares, as políticas de alimentação e a sua relação com a sustentabilidade. Esta primeira fase tem como principal intuito formar o quadro conceitual de análise da problemática em questão servindo como fundamento na seguinte fase.

A segunda fase consiste na análise aprofundada do estudo de caso – o Município de Viseu – analisando o papel deste município no desenvolvimento de políticas de alimentação sustentáveis. Esta análise é feita com recurso a pesquisa de documentos oficiais disponibilizados e à realização de entrevistas semi-estruturadas a atores-chave para obter dados que não seriam possíveis de obter através da revisão da literatura.

Para facilitar a compreensão do procedimento metodológico seguido durante a investigação, foi elaborado um esquema com a sua estrutura.

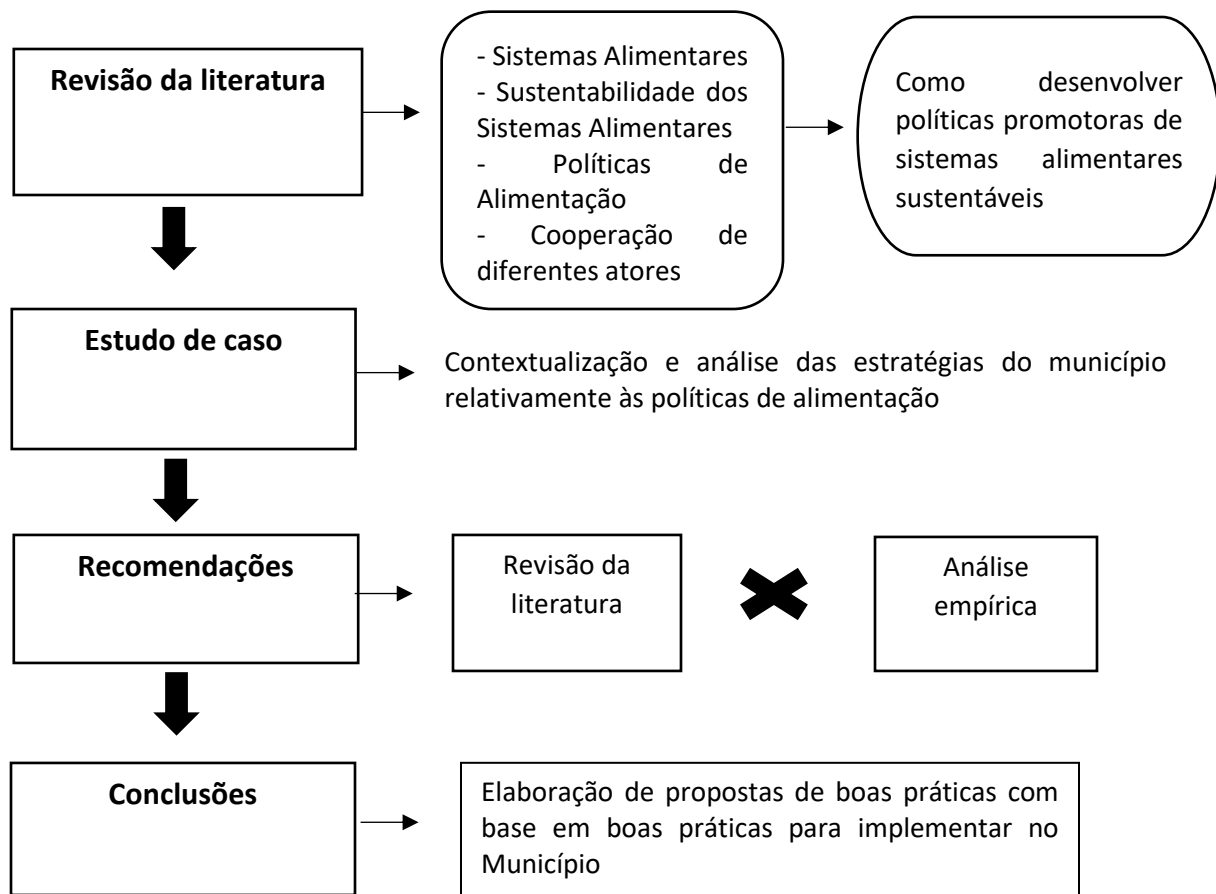


Figura 2: procedimento metodológico da investigação

Fonte: *elaboração própria*

1.4 Estrutura da dissertação

Relativamente à estrutura da dissertação, esta desenvolve-se em 6 Capítulos:

Neste Capítulo 1, o tema da investigação é apresentado, bem como um breve enquadramento do tema e a sua importância, as questões de investigação e os objetivos são numerados e identificados, segue-se uma curta análise da abordagem metodológica utilizada e por fim, a estrutura da dissertação.

Nos Capítulos 2 e 3 é realizada uma revisão da literatura científica com o objetivo de responder à primeira questão de investigação relacionada com a evolução, a nível internacional e em Portugal, das políticas de alimentação. Nesse sentido, abordam-se nestes capítulos os principais temas deste estudo: os sistemas alimentares e os seus desafios atuais para uma transição sustentável; as políticas internacionais de alimentação

sustentável; qual o papel dos diferentes atores na promoção de um sistema alimentar sustentável; e por último, contextualizar Portugal desde o início da implementação das políticas de alimentação até à atualidade. O Capítulo 3 revela-se particularmente importante por permitir estabelecer o quadro concetual de análise do estudo de caso.

No Capítulo 4 é abordada a metodologia do estudo de caso e é feita uma breve caracterização do município em estudo. Posteriormente o Capítulo 5 é o capítulo fulcral da dissertação para dar resposta às outras duas perguntas de investigação, aplicadas ao Município de Viseu: que políticas de alimentação têm sido promovidas para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis e qual o envolvimento de múltiplos atores na implementação dessas políticas locais. Nesse sentido, é feita uma análise da implementação de políticas locais desenvolvidas pelo município através dos instrumentos de recolha de dados definidos pela metodologia.

Por fim, o Capítulo 6 finaliza com recomendações para novos estudos, bem como para possíveis ações a desenvolver pelo Município de Viseu, em fases posteriores, no contexto das políticas locais de alimentação, ou na implementação de melhorias na cooperação entre atores para políticas ambientais mais ajustada às realidades dos munícipes e do próprio território.

Capítulo 2 - Revisão da Literatura

2.1 O Direito à alimentação

Em 1948 foi criado o atual sistema internacional de direitos humanos, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, com a Declaração Universal de Direitos Humanos, na qual é referida a importância de um padrão de vida adequado, onde a alimentação se encontra incluída, devido ao papel indispensável que esta desempenha nas nossas vidas. Esta noção de um padrão de vida adequado está associada com a preocupação de integrar todos os indivíduos numa sociedade humana, tendo em consideração todos os direitos económicos, bem como os direitos sociais e políticos (Eide, 1998).

De acordo com Duarte (2018), o aumento da população mundial e a incapacidade de garantir uma alimentação adequada a todos os indivíduos provoca o aparecimento de novos desafios. Relativamente à noção geral de alimentação adequada, esta pode ser separada nos seguintes três pontos (Eide, 1998):

- Adequação cultural do fornecimento dos alimentos;
- Fornecimento de alimentos nutritivos;
- Garantir a segurança e a qualidade alimentar.

O dever de garantir os direitos sociais e económicos associados à alimentação, segundo Eide (1998), requer uma particular atenção na disponibilização de necessidades básicas quando não existe outra forma de as obter, sendo que o autor enuncia os seguintes exemplos:

- 1) “Quando o desemprego ocorre (como durante uma recessão económica);
- 2) Para os desfavorecidos e os idosos;
- 3) Em situações repentinas de crise ou desastre;
- 4) Para os marginalizados (como resultado, de transformações estruturais na economia e na produção)” (p. 5).

Apesar da Declaração Universal não ter o caráter jurídico de um tratado, esta foi mais tarde desenvolvida, por meio de dois pactos, o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966) e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966). As suas implicações são vinculantes para os Estados que os ratificaram, ou seja, impõem obrigações jurídicas e conseqüentemente os Estados são obrigados a assegurar a sua execução nacionalmente (FAO, 2014). Alguns exemplos de outros documentos vinculantes à alimentação são:

- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979) – refere uma preocupação relativa ao acesso a alimentos quando as mulheres se encontram em situações de pobreza;
- Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) – reconhece o direito das crianças a um padrão de vida apropriado ao seu desenvolvimento cabendo ao Estado garantir medidas para as crianças tenham acesso a alimentos nutritivos e em caso de necessidade, auxiliar os pais ou as pessoas encarregues das crianças a garantir este direito;
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) – reconhece o direito a um padrão de vida adequado e prevenção da discriminação no acesso a alimentos.

Entre estes documentos é de salientar o Pacto Internacional para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, visto que, é reconhecido no art.º 11, o direito a um nível de vida adequado para todos os indivíduos, inclusive considerando a alimentação, referindo uma necessidade de melhorar os procedimentos relativos a toda a cadeia alimentar e também uma necessidade de garantir uma divisão equitativa dos alimentos disponíveis mundialmente.

Para além disso, existem também instrumentos internacionais não vinculantes, onde os Estados que os assinam não são juridicamente obrigados a seguir as suas orientações, dado que, estes instrumentos têm como principal objetivo fornecer diretrizes e princípios

podendo assumir o aspecto de declarações, recomendações ou resoluções (FAO, 2014). Os principais exemplos relativos à questão da alimentação são os seguintes:

- “Declaração Universal sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição (1974)
- Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial (1996) –
- Diretrizes Voluntárias em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional (2004).” (FAO, 2014 p.3)

Apesar dos pactos internacionais referidos serem importantes, os Estados desempenham um papel importante na concretização do direito à alimentação nos seus países (Itália, 2017). No entanto, apenas um número muito reduzido de países tem consagrado na sua Constituição o direito à alimentação, como demonstra a seguinte figura.

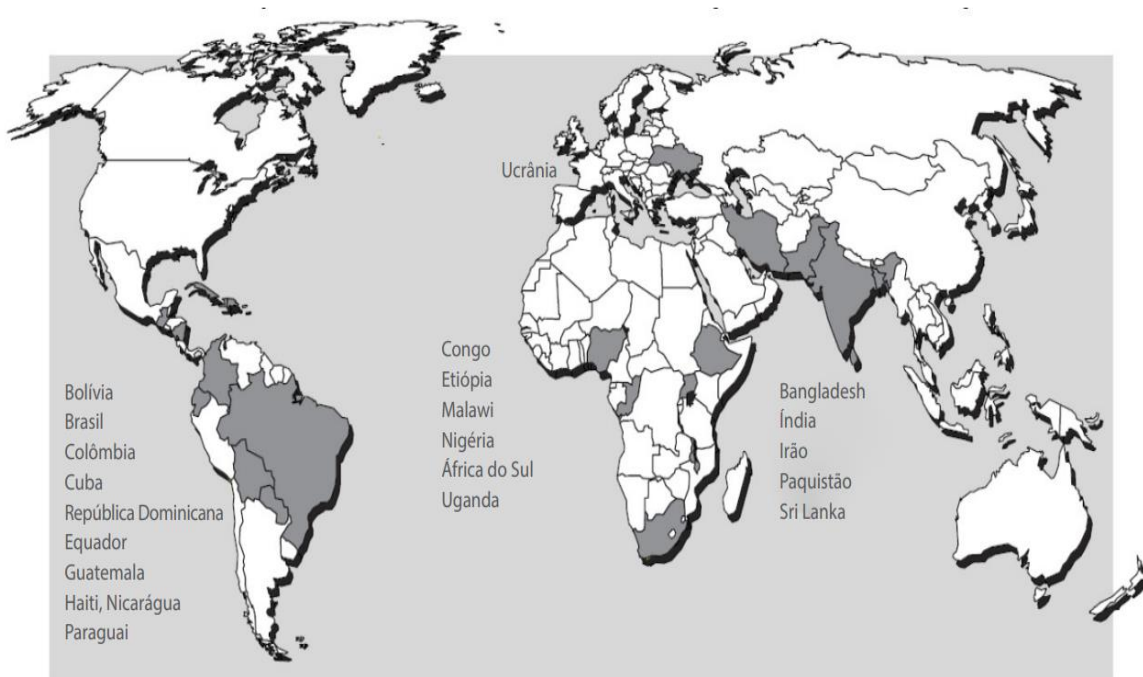


Figura 3: Países que apresentam na sua constituição o direito à alimentação

Fonte: (Itália, 2017)

Com o intuito de oferecer orientações aos países para uma realização progressiva do direito à alimentação adequada, a FAO lançou, em 2004, as Diretrizes para o Direito à Alimentação (*Right to Food Guidelines*). Recentemente, a FAO realizou uma análise do

progresso da adoção destas diretrizes após 15 anos, e refere que o acesso à alimentação adequada é dificultada pelos seguintes desafios globais (FAO, 2019b):

- **Sistemas alimentares sustentáveis:** Dietas com valores nutricionais adequadas são fundamentais para os sistemas, uma vez que, a obesidade, o excesso de peso e as doenças não transmissíveis, assim como o direito à alimentação, estão fortemente ligados. No entanto, verifica-se atualmente nas sociedades um aumento destas doenças o que afeta diretamente a sustentabilidade dos sistemas alimentares.
- **Acesso a recursos e a mercados:** Um dos principais contribuidores para a realização do direito à alimentação adequada, é o acesso e o controlo dos recursos, uma vez que, para muitos indivíduos este é a sua forma de sustento. No entanto, as projeções para os próximos anos, referem que a escassez de recursos naturais, em consequência da concorrência por estes recursos pode levar à sobre-exploração e à degradação do meio ambiente, o que diminui o acesso a alimentos adequados.
- **Alterações climáticas:** As mudanças climáticas afetam os meios de subsistência das pessoas e o seu direito à alimentação adequada. Particularmente, as alterações climáticas provocam escassez de água o que contribui para a deterioração das condições do gado e ainda, da qualidade e do valor nutritivo do pasto natural. É de salientar que o pastorismo contribui para a segurança alimentar e para a garantia do direito à alimentação adequada em mais de 75% dos países.
- **Crises prolongadas:** As crises prolongadas devido a conflitos, riscos naturais e mudanças climáticas, também podem pôr em causa o direito à alimentação adequada, podendo ainda contribuir também para a fome e a migração forçada, principalmente em áreas rurais, onde a maioria dos meios de subsistência estão dependentes da agricultura. O deslocamento das pessoas devido crises leva a que estas necessitem de uma assistência humanitária com o intuito de garantir o direito a um padrão de vida adequado.

De facto, apesar da Declaração Universal dos Direitos Humanos referir que o direito à alimentação é para todos e este facto ser realçado noutros pactos como foi referido, a pobreza e a fome que se verificam nas sociedades e os desafios identificados pela FAO (FAO,

2019a), comprovam o contrário (Simões, 2017). Para além disto, de acordo com Costa (2000) as sociedades são destacadas por casos de escassez devido a situações de pobreza, causadas pela ausência de recursos económicos (as cited in Simões, 2017).

Olhando para o caso português, apesar de Portugal ter subscrito a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Constituição da República Portuguesa não faz nenhuma referência ao direito a uma alimentação adequada, estando apenas subentendido em outros direitos como por exemplo, o direito à saúde e à vida (Estorninho, 2017). Mesmo assim, o direito à alimentação está sujeito às normas da Constituição da República Portuguesa, nomeadamente aos direitos, liberdades e garantias aí consagrados, tendo igualmente em consideração que este direito é imprescindível para salvaguardar tanto o direito à vida, bem como o princípio da dignidade da pessoa humana (Estorninho, 2017).

Segundo Estorninho (2017), o direito à alimentação em Portugal apresenta duas dimensões: uma negativa, que “implica um dever geral de abstenção de todos e, em particular do Estado, de praticarem ações que degradem ou afetem as condições de exercício do direito à alimentação” (p. 75); e positiva que “se traduz no direito de exigir determinadas ações por parte dos poderes públicos com vista à efetivação do direito à alimentação” (p. 76). No entanto, Estorninho (2017) refere ainda que perante ambas perspetivas se pode assumir que, no geral, existe um direito à alimentação saudável.

No entanto, segundo a FAO (2019a), relativamente a Portugal, cerca de 10,1% dos indivíduos têm dificuldades em garantir uma alimentação suficiente para as suas famílias, e para além disso o número de famílias em situação de insegurança alimentar, quer seja moderada ou grave, é de 2,6%. Ainda, por volta de 14% das fatalidades estão relacionadas com riscos alimentares, como o baixo consumo de frutas e legumes. O acesso a uma alimentação adequada em Portugal é condicionado pelos seguintes fatores (Bento, 2019):

1. Falta de literacia que lhes permite fazer escolhas adequadas, sendo que por volta de 40% dos indivíduos não sabe ler as informações nutricionais;

2. Falta de recursos económicos, pois cerca de 10% das famílias não conseguem comprar alimentos que garantam uma alimentação adequada;

3. Falta ou inexistente oferta e disponibilidade de alimentos saudáveis, o que é preocupante, dado que estudos comprovam que o ambiente onde os indivíduos estão inseridos condiciona o seu desenvolvimento e os seus estilos de vida.

É possível deduzir que Portugal ainda tem um longo caminho a percorrer, nesta temática. No entanto, dada a importância de uma alimentação adequada referida anteriormente, as políticas públicas têm o dever de garantir que os indivíduos tenham uma vida saudável e para isto, garantir a obtenção contínua de quantidades suficientes de alimentos com qualidade (Real & Schneider, 2011) e de forma sustentável para garantir também as gerações futuras.

2.2 A importância da alimentação

O desenvolvimento das sociedades ao longo do tempo está diretamente ligado com a alimentação dos indivíduos, dado que, a sua sobrevivência esteve sempre dependente da forma como se alimentavam (Simões, 2017). A constante procura de alimentos levou a que ocorressem transformações na forma como estes eram produzidos e consumidos. No entanto, atualmente, considera-se que existe um distanciamento humano em relação aos alimentos, devido à industrialização, no sentido em que a perceção da origem dos alimentos ou dos ingredientes que o compõem é dificultada (Proença, 2010). Apesar deste distanciamento, a evolução da tecnologia permitiu também que fosse possível a produção e distribuição de alimentos a uma grande escala, com uma validade prolongada que, segundo Proença (2010), “levou a uma ruptura espacial e temporal da produção e do acesso” (p. 43) onde é possível observar alimentos, por exemplo, produzidos fora da sua época e bem distantes do seu local de consumo.

Porém, a produção de alimentos a uma grande escala e o grande distanciamento entre o local de produção e o do consumo final, levam a um aumento do fluxo de transportes e da emissão de gases do efeito estufa. Para além disto, o aumento do consumo

de alimentos industrializados em alternativa a alimentos mais naturais ou menos processados, tem levado a um aumento do consumo dos recursos naturais disponíveis, uma vez que estes produtos necessitam de uma grande área necessária para a sua produção.

Este cenário demonstra a necessidade de uma alimentação mais sustentável e por este motivo o conceito de dietas sustentáveis foi definido em 2010, num simpósio organizado pela FAO e pela Bioversity International (FAO, 2012). Por alimentação sustentável entende-se assim as “dietas com baixo impacto ambiental que contribuam para a segurança alimentar e nutricional e para a vida saudável das gerações presentes e futuras. Dietas sustentáveis são protetoras e respeitam a biodiversidade e os ecossistemas, culturalmente aceitáveis, economicamente justas e acessíveis; nutricionalmente adequadas, seguras e saudáveis; otimizando recursos naturais e humanos” (FAO, 2012 p. 7).

No entanto, apenas definir este conceito não é suficiente para chamar à atenção sobre a necessidade de adotar dietas sustentáveis, mas sim consciencializar para a sua adoção e com este intuito Timotijevic et al. (2019) referem que apesar de terem sido feitos alguns investimentos na Europa estes não revelaram, no entanto, qualquer alteração nos hábitos alimentares das populações. Deste modo, há ainda um longo caminho a percorrer, sendo que tornando prioritária a pesquisa e a inovação no setor alimentar é apontada por Timotijevic et al. (2019) como uma ferramenta para encontrar novas formas de tornar a alimentação sustentável.

Um aspeto fundamental a ter em consideração, para além das fases de produção e da distribuição dos alimentos, é também a fase final, ou seja, o consumo¹, e neste aspeto é necessário perceber o que leva os indivíduos a escolher determinados alimentos e o que condiciona as suas escolhas. Conforme Duarte (2018), a seleção dos alimentos não é linear ao longo da vida dos indivíduos, pelo que os consumidores vão alterando as suas escolhas e sendo influenciados:

¹ Abordaremos a noção de Sistema Alimentares, como todas as suas fases, mais à frente.

- Fatores biológicos: função básica dos alimentos em fornecer nutrientes satisfazendo as necessidades fisiológicas do corpo humano em diferentes fases do seu desenvolvimento.
- Fatores Sociais e Educacionais: as refeições são consideradas como um momento social sendo que os indivíduos são persuadidos pelos seus familiares a ter alguns comportamentos; os fatores sociais determinam assim, em cada altura da vida, escolhas de alimentação; a educação alimentar desempenha também um papel essencial nas escolhas dos indivíduos através de mecanismos que permitem fomentar a literacia dos consumidores para uma alimentação mais saudável;
- Fatores Económicos: os recursos financeiros dos consumidores determinam igualmente as suas escolhas alimentares, induzindo “a refeições mais monótonas, ou facilitar a adesão a uma alimentação saudável pela disponibilidade de uma maior variedade de alimentos (Goulart & Lucchese-Cheung, 2014 as cited in Duarte, 2018 p. 3)”. Outro fator que pode ainda levar à alteração da escolha dos alimentos é a oscilação dos preços dos mesmos;
- Fatores Psicológicos: as sensações, sentidos ou emoções associadas a determinados alimentos pode ter uma influência positiva ou negativa na escolha dos alimentos;
- Fatores Culturais: tanto a cultura, como a origem familiar, exercem influência nas escolhas dos alimentos. Apesar disto, os hábitos alimentares podem alterar-se ao longo da vida, uma vez, com que as pessoas estão mais predispostas a experimentar alimentos desconhecidos devido a fenómenos como o interculturalismo, viagens, emigração, entre outros.

Em consequência, devido a esta diversidade de fatores que levam à escolha dos alimentos, não é inesperado que Proença (2010) reconheça o setor da alimentação como o que envolve mais recursos económicos nos mercados, quando é feita uma comparação com outros setores.

A adicionar a estes números, acresce outro, igualmente preocupante. Cerca de 1.3 mil milhões de alimentos por ano são desperdiçados no mundo, o que equivale a quase um terço dos alimentos produzidos para consumo humano (FAO, 2011). Em consequência, este

desperdício é considerado como uma questão urgente para todos os atores relevantes, desde os “governos, empresas, organizações não governamentais, académicos” como o “público em geral” (Schanes et al., 2018 p. 978). Para além disto, o desperdício de alimentos apresenta impacta negativamente a sociedade, o meio ambiente e a economia (Comissão Europeia, 2020b):

- **Sociedade:** 200 milhões de pessoas podiam ser alimentadas com os alimentos desperdiçados, só na Europa
- **Economia:** perdas globais significativas no valor de 870 biliões de euros e em específico na UE, no valor de 143 biliões de euros
- **Meio ambiente:** os recursos usados na produção são perdidos se os alimentos não forem consumidos. A sua perda pode ser medida através das seguintes pegadas:
 - “Pegada de carbono: se o desperdício de alimentos fosse considerado um país, seria considerado o terceiro maior emissor de gases de efeito estufa
 - Pegada da terra: os alimentos que são colhidos e depois perdidos ou desperdiçados requerem uma área de cultivo maior do que o tamanho da China
 - Pegada Hídrica: os alimentos que são colhidos e depois perdidos ou desperdiçados, consomem cerca de um quarto da água usada para a agricultura anualmente” (p. 2)

O desperdício e a perda de alimentos² não são lineares ao longo das várias regiões do mundo, havendo grandes diferenças, sendo que as regiões com valores mais elevados são a Europa (281kg/ano) e a América do Norte e Oceânia (296 kg/ano) e as que apresentam menores valores são a África Subsaariana (166 kg/ano) e a Ásia do Sul e o Sudoeste Asiático (128kg/ano).

² A perda de alimentos está relacionada com o processo de produção do produto até estar disponível para venda e o desperdício relaciona-se com o desperdício do produto após estar disponível para venda/consumo.

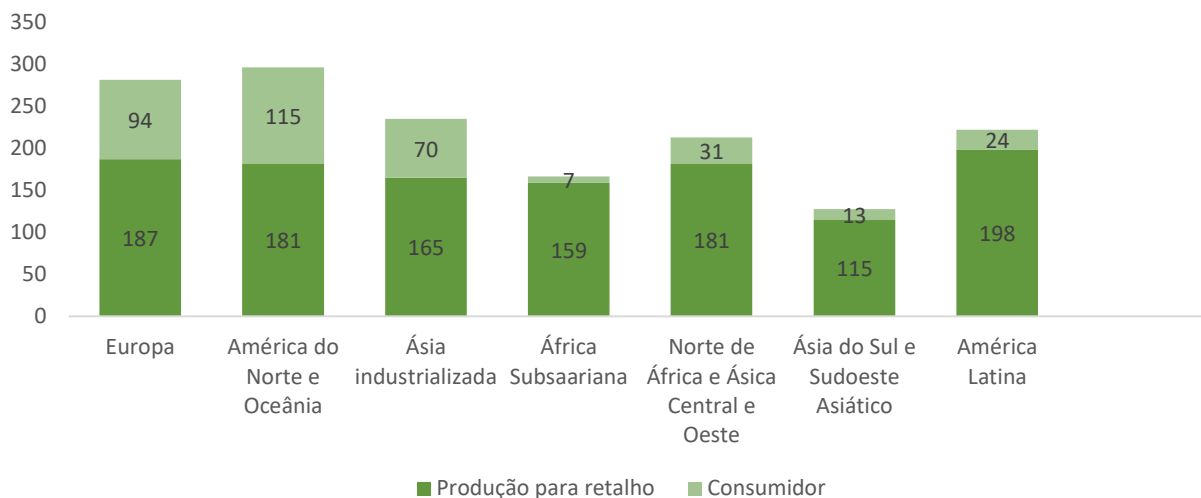


Gráfico 1: Perdas e desperdício de alimentos no mundo per capita (kg/ano)

Fonte: elaboração própria baseado em FAO (2011)

Olhando para a Europa, os países apresentam diferentes valores relativamente ao desperdício alimentar (gráfico 2), sendo que, os países com maior desperdício alimentar são os seguintes: Holanda (579 kg/ano), Bélgica (399kg/ano), Chipre (334 kg/ano), Estónia (264kg/ano). Por outro lado, os países que apresentam menores valores de desperdício são: Grécia (44kg/ano), Malta (62kg/ano), República Checa (71kg/ano) e por último, Bulgária (87kg/ano).

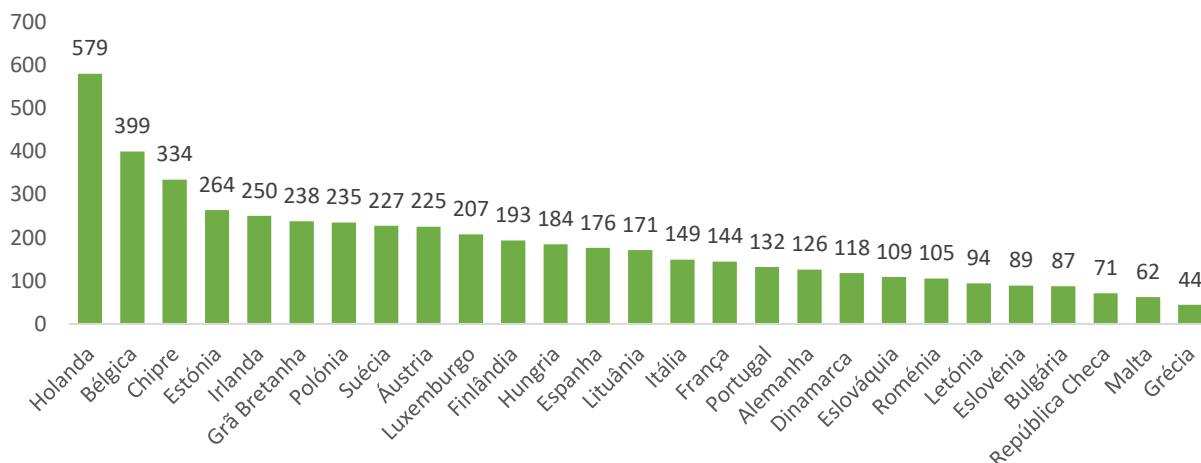


Gráfico 2: desperdício alimentar nos países europeus per capita (kg/ano)

Fonte: elaboração própria baseado em BCFN (2012)

Assim como noutros países, também em Portugal foram realizados estudos relativos ao desperdício alimentar. O primeiro estudo relativamente a este tema foi realizado em 2012 e deste modo, foi possível fazer uma aproximação do valor para Portugal ao longo da cadeia alimentar. No total sensivelmente 1 milhão de toneladas de alimentos por ano são perdidos ou desperdiçados desde a produção até consumo (Fig. 4), sendo este valor aproximadamente 17% de toda a produção de alimentos para consumo humano (Baptista et al., 2012). Para além disto, a etapa da cadeia alimentar que mais contribui para este valor é o consumo uma percentagem de 31% relativamente ao valor total, representando 97kg/ano de alimentos por habitante (Baptista et al., 2012).

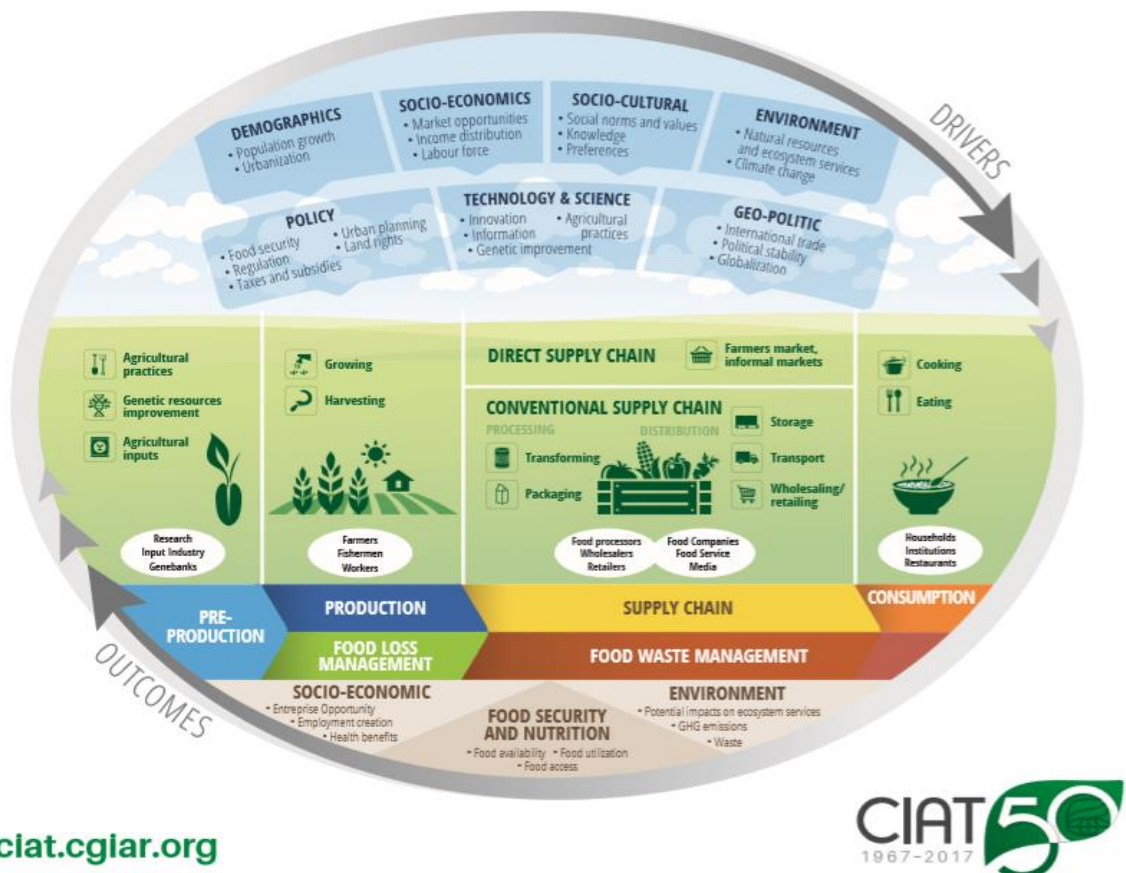


Figura 4: Desperdício alimentar em Portugal

Fonte: Baptista et al., (2012, p. 24)

2.3 Sistemas alimentares

De acordo com Monteiro (2019), podemos definir sistemas alimentares como o grupo de atividades que começa na produção de alimentos até ao seu consumo, abrangendo componentes como pessoas, infraestruturas e o ambiente, assim como procedimentos relacionados “com a produção, processamento, distribuição, preparação e consumo dos alimentos” (p. 3).



ciat.cgiar.org



Figura 5: Infográfico do sistema alimentar

Fonte: <https://blog.ciat.cgiar.org/cooking-up-a-sustainable-diet-for-all/>

A imagem anterior demonstra a complexidade dos sistemas alimentares, assim como os vários atores envolvidos em todo o processo, os “influenciadores” (drivers) do processo, ou seja, os fatores que influenciam o processo como as políticas, a demografia e por último, os “resultados” (outcomes) que advêm deste processo aos mais diferentes níveis: socioeconômicos, ambientais e de segurança alimentar e nutrição. Esta complexidade inerente aos sistemas alimentares torna-os “extremamente frágeis perante qualquer crise climática, socioeconômica, política ou financeira” (Lairon, 2012 p.31).

No entanto, a globalização veio trazer alterações aos sistemas alimentares, nos últimos anos, com o alongamento das cadeias alimentares, levando a um distanciamento entre produtores e consumidores, uma constante preocupação em reduzir o custo na produção de alimentos com vista a aumentar o lucro, e os processos de produção,

processamento e distribuição foram considerados dos setores com mais impacto nas alterações climáticas.

2.3.1 Sistemas Alimentares Sustentáveis

Estas tendências atuais aumentam a preocupação em fazer uma reforma nos sistemas alimentares, para que estes consigam proteger o meio ambiente e fornecer alimentos com qualidade às pessoas. Consequentemente, tem surgido uma preocupação com a sustentabilidade dos sistemas alimentares. De acordo com HLPE (2017), podemos definir Sistemas Alimentares Sustentáveis como “um sistema alimentar que garanta a segurança alimentar e a nutrição para todos de forma a que as bases económicas, sociais e ambientais gerem segurança alimentar e que a nutrição de gerações futuras não seja comprometida” (p.23). Ou seja, a sustentabilidade dos sistemas alimentares exige que as interações entre a sociedade (recursos humanos), a economia (recursos de capital) e o meio ambiente (recursos naturais) estejam em equilíbrio, uma vez que qualquer falha numa destas partes, põe em causa a sustentabilidade de todo o sistema (MacDonald & Reitmeyer, 2017). Estas interações variam em função de contextos, políticas, educação, investigação e tecnologia, entre outros (MacDonald & Reitmeyer, 2017).

Ao fazermos a ligação do conceito de sistemas alimentares sustentáveis com o conceito referido anteriormente de dietas sustentáveis percebemos que estes apresentam uma ligação próxima, uma vez que, as dietas sustentáveis são consideradas tanto impulsionadoras, como um fator-chave para os sistemas alimentares se tornarem mais sustentáveis, através da seleção e da procura de alimentos por parte dos indivíduos (Meybeck & Gitz, 2017).

No entanto, falar de sistemas alimentares e da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável implica também considerar as várias dimensões inerentes ao desenvolvimento sustentável e segundo (Ferrão et al., 2004) estas são quatro, sendo igualmente importantes:

- a) **Dimensão institucional:** desempenho e organização das instituições que podem ser públicas, cívicas, da sociedade civil bem como instituições do setor privado
- b) **Dimensão económica:** fazer uma gestão dos recursos naturais com eficiência e de forma racional mantendo tanto estruturas como capacidades sociais que proporcionem a atividade produtiva;
- c) **Dimensão social:** para melhorar as condições sociais é necessário generalizar níveis dignos de bem-estar e condições de vida que tenham em atenção a proteção dos recursos;
- d) **Dimensão ecológica:** ao protegermos a vida do planeta e os seus recursos naturais estamos simultaneamente a proteger a sociedade através da diminuição da poluição do meio ambiente, da proteção da biodiversidade e de uma gestão dos recursos renováveis e não renováveis.

Para alcançar a sustentabilidade dos sistemas alimentares é necessário fazer grandes investimentos. Torna-se necessário desenvolver soluções e tecnologias que sejam inovadoras e capazes de se adaptar a diferentes atores e contextos geográficos, o que só é possível com investimento público e privado, bem como com o envolvimento de todos os atores da cadeia do sistema alimentar, nomeadamente (FAO, 2018a, p.156):

- “Desenvolvimento de tecnologias sustentáveis para a produção e o processamento;
- Promoção de ações que reduzam as emissões de GEE em toda a cadeia alimentar;
- Substituir capital obsoleto para melhorar a eficiência no uso da terra e da água;
- Aumento do apoio na implementação de programas sociais, principalmente nas áreas mais rurais;
- Fortalecimento das intuições que promovem mais investimentos responsáveis na área dos sistemas alimentares”.

Os próprios consumidores têm um papel importante na sustentabilidade do sistema alimentar e não apenas os decisores políticos, devido aos seus hábitos alimentares e comportamentos. Cada vez mais, os consumidores têm procurado produtos regionais e locais e desta forma, os produtores estabelecem novas formas alternativas de cadeias de

fornecimento de alimentos tais como esquemas de esquemas de caixa, vendas diretas, mercados de agricultores, entre outros o que resulta numa relação mais próxima entre produtores e consumidores (Aubry & Kebir, 2013).

O futuro dos sistemas alimentares depende da forma como este defende cinco desafios atuais (FAO, 2018a, p.7):

- “fornecimento de alimentos e outros produtos agrícolas suficientes para atender às procuras globais crescentes e mutáveis;
- Erradicação da fome e insegurança alimentar;
- Preservação e aumento da produtividade e uso sustentável dos recursos naturais disponíveis;
- Adaptação aos impactos provocados pelas alterações climáticas;
- Contribuição para a mitigação das mudanças climáticas”.

2.4 Os sistemas alimentares urbanos

Atualmente, mais de metade da população mundial vive nos centros urbanos e os seus habitantes consomem quase 80% dos alimentos disponíveis e tem hábitos alimentares intensivos, que comprometem a sustentabilidade dos recursos naturais (BCFN & MUFPP, 2018). Para além disto, Dubbeling et al. (2017) referem ainda uma perda de controlo por parte dos moradores dos centros urbanos sobre os alimentos disponíveis. Verifica-se também uma tendência para uma grande concentração de alimentos processados nos sistemas alimentares modernos, originando inúmeros problemas de saúde associados, nomeadamente “uma incidência crescente de excesso de peso e obesidade, o que leva a um aumento da incidência da morbilidade de doenças crónicas, como doenças cardiovasculares e diabetes como doenças cardiovasculares e diabetes” (HLPE, 2017, p. 39).

Idealmente, e de acordo com Blay-Palmer et al. (2018) os sistemas alimentares urbanos devem ter as seguintes características:

- “Explorar e fortalecer a capacidade e o potencial da produção alimentar das cidades;

- Otimizar a capacidade regional de processamento de alimentos (que atenda aos padrões de segurança alimentar e forneça alimentos saudáveis e sustentáveis à população);
(...)
- Aumentar a sustentabilidade ambiental e a resiliência do sistema alimentar da região e da cidade;
- Desenvolver, implementar e monitorizar as políticas e estratégias alimentares das cidades de forma mais resiliente (p.5 e p.6)”.

As cidades não incorporaram ao mesmo tempo, nas suas políticas, preocupações com a alimentação, mas esta preocupação surgiu ainda antes de se falar do conceito de “sustentabilidade” nas cidades. A preocupação com o desenvolvimento sustentável das cidades, teve um forte impulso político internacional em 1992, com a Agenda 21, como referido na Introdução deste trabalho. A partir daqui os governos das cidades começaram a implementar mais medidas para promover um desenvolvimento local sustentável, através do estabelecimento de objetivos que protegessem o meio ambiente e promovem o desenvolvimento económico e a coesão social, elaborados por atores locais com a participação dos cidadãos e da sociedade civil (Agência Portuguesa do Ambiente, 2019).

Atualmente os governos locais, bem como os nacionais, têm começado a participar no diálogo sobre o futuro da alimentação urbana, apesar de que, segundo De Schutter (2014) (as cited in em Dubbeling et al., 2017, p.2), a preocupação pelo sistema alimentar ainda não esteja muito presente na governação urbana, no planeamento urbano ou na formulação de políticas das cidades. Isto deve-se segundo Sonnino (2014) ao facto de a alimentação local ser vista como um meio para alcançar um fim, e ser frequentemente promovida através dos benefícios económicos e ambientais que pode trazer às cidades (como a criação de emprego e a proximidade produtor-consumidor), e por este motivo a produção local de alimentos não é considerada o objetivo final, mas sim como uma estratégia para alcançar a sustentabilidade urbana.

Alguns acontecimentos como, a crise de 2008 e o conseqüente aumento nos preços dos alimentos e da fome, ou os desafios provocados pelas alterações climáticas, levaram a

que as cidades percebessem a necessidade de integrar abordagens relacionadas com a alimentação nas suas preocupações (FAO, 2018b). As cidades estão a desempenhar cada vez mais um papel importante em prol do desenvolvimento sustentável, uma vez, que problemas globais como por exemplo, a fome e a desnutrição também se verificam nas cidades.

A questão da sustentabilidade nas cidades teve ainda reforçada com a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), em 2015, em que os governos decidiram que um dos objetivos iria abranger as cidades (ODS11), dado que, que estas se encontram na linha da frente perante muitos dos desafios globais. Para além disso, o seu tamanho comparado ao tamanho dos países permite medir e avaliar mais rápido as políticas implementadas em prol da sustentabilidade. Assim, surgiu o ODS 11 **Cidades e Comunidades Sustentáveis** que tem como principal objetivo “tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis” (ONU, 2015). No entanto, nas metas do ODS 11 não é possível encontrar uma referência à sustentabilidade dos sistemas alimentares, porém esta está relacionada indiretamente ou diretamente com todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (BCFN & MUFPP, 2018).

Através da Figura 5, é possível fazer a ligação de cada ODS à alimentação e agricultura: **ODS 1** – quase 80% de todas as pessoas pobres vivem em zonas rurais; **ODS 2** – apesar de produzirmos alimentos para toda a população, 800 milhões de pessoas passam fome; **ODS 3** – uma boa saúde começa com a nutrição; **ODS 4** – uma alimentação nutritiva é crucial no processo de aprendizagem; **ODS 5** – as mulheres produzem metade dos alimentos disponíveis, mas têm menos acesso a terrenos; **ODS 6** – uma agricultura sustentável é crucial para diminuir a escassez da água; **ODS 7** – os sistemas alimentares modernos são altamente dependentes nos combustíveis fósseis; **ODS 8** – o crescimento agrícola em países com baixo rendimento pode reduzir a pobreza para metade; **ODS 9** – a agricultura representa um quarto do PIB dos países em desenvolvimento; **ODS 10** – reformas nos terrenos podem proporcionar um acesso mais justo a terrenos rurais; **ODS 11** – investimento rural pode deter uma urbanização incontrolável; **ODS 12** – um terço dos alimentos produzidos são perdidos ou desperdiçados; **ODS 13** – a agricultura é crucial para

responder às alterações climáticas; **ODS 14** – os peixes fornecem cerca de 20% da proteína animal a 3 biliões de pessoas; **ODS 15** – as florestas contêm mais de 80% de toda a biodiversidade terrestre; **ODS 16** – erradicar a fome pode contribuir muito para a paz e a estabilidade; **ODS 17** – parcerias ajudam a dar voz aos famintos.



Figura 6: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a sua relação com a alimentação e a agricultura

Fonte: http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/codexalimentarius/photo-archive/Infographics/SDG-Wheel.jpg

Tendo em consideração a implementação e o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis nas cidades, surgiu em 2015, o Pacto de Milão sobre Políticas Alimentares Urbanas, como atrás referido, sendo considerado um acordo internacional de Presidentes da Câmara (MUFPP, 2015a). O aparecimento de declarações internacionais

como esta salienta o papel que as cidades podem vir a desempenhar relativamente à segurança alimentar e ao desenvolvimento das áreas urbanas e rurais de forma sustentável (Dubbeling et al., 2017). O Pacto de Milão define um conjunto de trinta e sete ações a adotar, com indicadores específicos para avaliar a sua evolução, divididos em seis categorias (MUFPP, 2015a):

- Garantir um ambiente favorável para ações efetivas;
- Dietas e nutrição sustentáveis;
- Equidade social e económica;
- Produção alimentar;
- Abastecimento alimentar e distribuição;
- Desperdício alimentar.

É importante olhar não só para os grandes centros urbanos como essenciais à transformação dos sistemas alimentares, mas também dar relevo e compreender o papel que as cidades mais pequenas desempenham e como podem contribuir para tornar o sistema alimentar local sustentável (Baldy, 2019), uma vez que estas têm a vantagem de serem capazes de reunir todos os atores-chave do sistema alimentar. Ainda, atualmente as ligações urbano-rurais são consideradas importantes, senão um fator-chave, para desenvolver sistemas alimentares urbanos sustentáveis e resilientes (Florin & Renting, 2015).

Contudo, é necessário ter em atenção que o fortalecimento dos sistemas alimentares urbanos requer o seguinte:

1. Investigação relativa aos impactos e benefícios de implementar políticas alimentares, nos diferentes contextos;
2. Apoio técnico para que os diferentes atores (públicos, privados e sem fins lucrativos) tenham capacidade para planear e implementar iniciativas políticas;

3. Novas abordagens e inclusivas para o financiamento de sistemas alimentares provenientes de diferentes atores, com o intuito de promover o desenvolvimento de redes entre setores, atores e diferentes níveis do governo (FAOb, 2018).

Com este Capítulo percebemos a importância da alimentação adequada enquanto um direito humano e a evolução dos sistemas alimentares e da sua transição para sistemas alimentares sustentáveis, para garantir às populações uma alimentação nutritiva e segura, sem comprometer os recursos naturais disponíveis para as gerações seguintes. Este enquadramento foi importante para passar à análise do segundo Capítulo relacionado com as políticas de alimentação, uma vez que, reflete a evolução da importância da alimentação na sociedade ao longo do tempo.

Capítulo 3 - Políticas públicas de alimentação

3.1 Políticas públicas de alimentação

Antes de falarmos de políticas de alimentação, é necessário em primeiro lugar, definir o conceito de política. Segundo Hague & Harrop (2004) este conceito define-se pela atividade pela qual grupos chegam a uma decisão coletiva e esta necessidade de tomar decisões coletivas faz parte do nosso quotidiano enquanto seres humanos que vivem em grupo.

São várias as definições de políticas públicas, não existindo nenhuma considerada “oficial”, mas a mais conhecida pelos investigadores é a de Laswell (1936/1958) que refere que decisões relativas a políticas públicas devem dar resposta ao seguinte: “quem ganha o quê, porquê e a diferença que faz” (as cited in Souza, 2006 p. 13). No entanto, segundo (Souza, 2003, p.13) “o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real”.

As políticas públicas surgem como uma resposta do Estado às exigências da sociedade tendo sempre como objetivo o bem-comum em todas as áreas da sociedade e resultam de um equilíbrio de diferentes interesses de partes interessadas (Belo, 2017).

No entanto, no processo de formulação de políticas públicas, o Estado não é o único interveniente, dado que, frequentemente este realiza uma participação inclusiva, na qual são chamados a participar neste processo atores que não fazem parte do sistema político (Belo, 2017).

Um aspeto importante a ter em consideração na análise das políticas públicas é que estas são o espelho das circunstâncias em que surgiram e ainda, do panorama social, económico e político que estão na sua génese (Fadigas, 2015). Este fator é importante para ter em consideração na análise da evolução das políticas de alimentação.

As políticas públicas de alimentação são desenvolvidas por diferentes instrumentos, como a legislação e regulamentos, que transformam o sistema alimentar, e que atuam nos vários níveis do governo (nacional, municipal, local) (Committee on World Food Security, 2016). Estas políticas afetam as várias etapas do sistema alimentar e têm como objetivo influenciar o seu funcionamento. Por este motivo, dado que o sistema alimentar é complexo, estas políticas tendem a estar associadas a um número alargado de áreas de política pública, como por exemplo, a produção agrícola e pecuária, indústria alimentar, acesso a alimentos, segurança alimentar, rotulagem dos alimentos, padrões de certificação, comércio” (Committee on World Food Security, 2016), entre outras áreas.

3.2 Evolução das políticas Internacionais e Europeias

Para além de ser importante refletir sobre a importância da alimentação e a sua evolução até aos dias de hoje, é necessário perceber que políticas têm sido desenvolvidas nesta área ao longo do tempo. Para isto, foi feita uma recolha de políticas, estratégias, eventos que contribuíram para as atuais políticas de alimentação para implementar sistemas alimentares sustentáveis. A seguinte tabela mostra a evolução das políticas europeias e internacionais até ao ano de 2020, através da sua referência por ordem cronológica e uma breve descrição dos objetivos pretendidos e a sua ligação com a alimentação.

Tabela 1: Políticas internacionais e europeias relacionadas com a alimentação

Ano	Nome	Objetivo
1945-1948	Formação da FAO e da OMS	Estas organizações surgiram num contexto pós-guerra onde havia uma grande necessidade de desenvolver políticas de alimentação e de nutrição e ambas são responsáveis pela definição de políticas. A FAO é responsável por políticas de alimentação na ONU, direcionadas para uma produção, elaboração, comercialização e distribuição eficiente dos alimentos. A OMS é responsável por políticas relacionadas com a nutrição e a saúde.
1957	Formalização da CEE e do Tratado de Roma	A área da agricultura foi considerada como prioritária.
1962	Política Agrícola Comum (PAC)	Primeira política europeia com metas relacionados com o aumento da produção, disponibilidade suficiente dos alimentos, estabilidade dos mercados; e acessibilidade do preço dos alimentos.
1974	Primeira Conferência Mundial da Alimentação (ONU)	Recomendação para a implementação de políticas nacionais de alimentação com o intuito de melhorar o estado nutricional dos seus habitantes assegurando ao mesmo tempo uma produção alimentar suficiente.
1985	Política de Defesa dos Consumidores (ONU)	Introdução de diretrizes relativas à proteção dos consumidores, nomeadamente com a sua satisfação das necessidades e exigências alusivas à segurança e à qualidade dos alimentos.
1986	1ª Conferência Internacional sobre a Promoção da Saúde (Redação da Carta de Ottawa)	Define a promoção da saúde, reconhecendo a conexão do estado de saúde dos indivíduos com a situação económica da sociedade; necessidade de abranger outros setores e capacitar os indivíduos enquanto responsáveis pela sua própria saúde
1986	Ato Único Europeu - Revisão dos Tratados de Roma	Introdução do conceito de consumidor e de prioridades de medidas com vista à defesa dos consumidores nas políticas europeias.
1988	2ª Conferência Internacional sobre a Promoção da Saúde (Declaração de Adelaide)	Reconhece a importância de os decisores políticos refletirem sobre o seu impacto nas decisões tomadas na área da saúde; as áreas da alimentação e da nutrição são apontadas como prioritárias para promover a saúde.

1990	Primeira Conferência sobre Políticas de Alimentação e Nutrição (OMS e FAO)	Alerta para o facto de as políticas europeias não serem compatíveis com os conceitos de alimentação e saúde; Necessidade de efetuar políticas de alimentação coordenadas que envolvam diferentes setores, inclusive a própria população.
1992	Conferência Internacional de Nutrição (FAO) - Declaração Mundial e Plano de Ação em Nutrição	Reconhecimento de que a fome está relacionada com a desigualdade na obtenção de alimentos nutritivos e não apenas com a disponibilidade de alimentos; Reconhecimento que o acesso a alimentos nutritivos e seguros é um direito de todos os indivíduos, devendo ser assegurada pelos governos.
1996	Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar e Plano de Ação da Cimeira Mundial de Alimentação (FAO)	Reafirmação do direito de obtenção a alimentos seguros e nutritivos de acordo com o direito a uma alimentação adequada; Compromisso comum em atingir a segurança alimentar para todos e redução do nível de pessoas com fome, até metade, até ao ano de 2015.
1997	Livro Verde sobre os princípios gerais da legislação alimentar da UE	Legislação alimentar da União Europeia com o intuito de padronizar as leis alusivas à segurança alimentar.
1998	Revisão do Tratado de Maastricht	Considera-se essencial assegurar a melhoria da saúde nas políticas e atividades da Comunidade Europeia.
2000-2002	Políticas Europeias de controlo e de fiscalização da segurança alimentar (food safety)	Publicação do Livro Branco de Segurança Alimentar pela Comissão Europeia (2000), onde é sugerido uma perspetiva diferente da segurança alimentar. A garantia da segurança alimentar assume-se como prioritária nas políticas da Comissão. Criação da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) em 2002.
2000-2005	1º Plano de Ação para as políticas alimentares e nutricionais (WHO European Region 2000-2005)	Necessidade de aliar as políticas de alimentação com a promoção da saúde, desenvolvimento socioeconómico e a sustentabilidade ambiental. O plano contém 3 pilares: nutrição, segurança alimentar e fornecimento sustentável dos alimentos. A segurança alimentar (food safety) foi uma das bases centrais.
2006	Carta Europeia da Luta Contra a Obesidade (OMS)	Reconhecimento da obesidade como um problema de saúde pública e por este motivo passou a ser uma prioridade na agenda política.
2003-2008	Programa Europeu de Ação de saúde pública	Promovido pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia. Informar e promover a saúde e reagir perante ameaças a esta.

2004	Plataforma de ação da EU para a alimentação, a atividade física e a saúde	Reconhecimento da obesidade como uma questão de saúde pública recorrendo a uma plataforma destinada a fornecer apoio aos governos dos países onde estes podem trocar dados sobre o tema e boas práticas a seguir. Objetivo: diminuir as condições de risco das doenças crónicas não-transmissíveis e promover a implementação de políticas de nutrição e que promovam a prática desportiva.
2007-2012	2º Plano de Ação para as políticas de alimentação e nutricionais (WHO European Region 2007-2012)	Fornecer soluções relativamente aos novos desafios na área da saúde: doenças crónicas correlacionadas com a alimentação, como a obesidade nas faixas etárias mais novas, escassez de micronutrientes e doenças de origem alimentar. Prestação de apoio técnico no desenvolvimento de políticas de alimentação específicas para cada Estado-Membro provendo a prática de estilos de vida saudáveis
2007	Reforma da Organização Comum do Mercado Europeu	Conexão entre os objetivos da PAC e a promoção da saúde. Promoção do consumo de frutas e hortícolas com a criação do regime da Fruta Escolar (RFE) onde é feita a distribuição de fruta nas escolas. Esforço da UE em aliar a saúde e a nutrição com a política agrícola.
2010	Declaração de Adelaide sobre a Saúde em Todas as Políticas (OMS)	É necessário desenvolver ações governamentais coordenadas que considerem a saúde como um dos seus componentes centrais.
2012-2016	Action Plan for implementation of the European Strategy for the Prevention and Control of Noncommunicable Diseases 2012-2016 (WHO Europe 2012-2016)	Prevenção das doenças crónicas enquanto principal motivo de mortalidade e morbilidade. Promover uma alimentação saudável com a redução no consumo de gordura saturada e trans, de sal e de açúcar e incentivar a ingestão de fruta e hortícolas
2019	Pacto Ecológico Europeu (PEE)	Surge da estratégia da UE para alcançar os ODS. Principal objetivo: tornar-se o primeiro continente a alcançar a neutralidade carbónica até 2050, com medidas nas seguintes áreas: energia limpa; indústria sustentável; construção e renovação; mobilidade sustentável; biodiversidade; “do prado ao prato”; eliminação da poluição.
2020-2030	Estratégia Europeia do Prado ao Prato	Integrada no PEE, tem como objetivo principal acelerar a transição para sistemas alimentares sustentáveis, através de medidas regulamentares e não regulamentares, pretendendo alcançar até 2030: redução para metade do uso de pesticidas químicos; redução para metade da perda de

nutrientes, sem prejudicar a fertilidade dos solos; alargar a agricultura biológica para corresponder a 25% do total dos terrenos agrícolas.

2020 **FOOD 2030 (CE)**

Política de pesquisa e inovação da EU para alcançar um sistema alimentar resilientes garantindo alimentos nutritivos e acessíveis a toda a população com 4 prioridades: Nutrição para dietas sustentáveis e saudáveis; Sistemas alimentares inteligentes para o clima e ambientalmente sustentáveis; Sistemas alimentares circulares e eficientes em recursos; Inovação de sistemas alimentares e empoderamento das comunidades.

Fonte: elaboração própria baseado em (Graça & Gregório, 2012) (Comissão Europeia, 2020c) (Comissão Europeia, 2017) (Comissão Europeia, 2020d) (Gregório, 2009) (Comissão Europeia, 2020a)

Tal como foi referido no começo deste capítulo, as políticas refletem o contexto social em que surgem e deste modo, entendemos o motivo das primeiras políticas estarem relacionadas com o aumento da produção de alimentos, dado que, após as grandes guerras mundiais havia poucos alimentos disponíveis e era necessário aumentar o acesso à alimentação. Deste modo, a prioridade das políticas em garantir a produção de alimentos manteve-se até à década de 1970, no entanto, começou a ser também urgente desenvolver políticas de armazenamento que garantissem a segurança alimentar (food security). É de salientar que, nesta época, ocorreu a Primeira Conferência Mundial da Alimentação (1974), onde pela primeira vez foi aconselhado que os países implementassem políticas alimentares saudáveis, com o intuito de que os seus habitantes melhorassem o seu estado nutricional.

É precisamente com a preocupação com a saúde que surge a necessidade de implementar políticas de alimentação, dado que, com a realização das Conferências Internacionais sobre a Promoção de Saúde (1986 e 1988) é definido o conceito de promoção de saúde e é reconhecida a importância que os decisores políticos têm sobre as decisões tomadas na área da saúde e como estas afetam os cidadãos. Mais tarde, já na década de 1990, a preocupação com a saúde mudou para uma preocupação com o acesso a uma alimentação nutritiva e segura, reconhecido na Conferência Internacional de Nutrição (1992) como um direito que deve ser assegurado pelos governos. O que se mais destaca nesta década são as regulamentações e leis alusivas à segurança dos alimentos devido às crises alimentares dos anos de 1990.

Por outro lado, na década de 2000 coloca o seu foco num grave problema de saúde, a obesidade, que é reconhecido como um problema de saúde pública e passa a ser uma prioridade na agenda política, assim como outras doenças crónicas relacionadas com a alimentação.

Posteriormente, na década de 2010 começa a existir uma conciliação das políticas de alimentação enquanto promotoras de saúde, que envolvem vários setores e deste modo, promovam uma coordenação articulada pelo governo. Nos últimos anos, têm-se

igualmente levantado cada vez mais preocupações com a sustentabilidade ambiental da alimentação, e surgiram assim um conjunto de diretrizes, nomeadamente na Europa, com este fim específico, sendo de realçar a Estratégia do Prado ao Prato, enquanto estratégia integradora do Pacto Ecológico Europeu e o FOOD 2030 como uma política de pesquisa e inovação para alcançar um sistema alimentar resiliente para garantir alimentos nutritivos e acessíveis a toda a população.

Para finalizar, é interessante perceber esta evolução das políticas de alimentação focadas inicialmente apenas na produção dos alimentos para uma perspetiva muito mais abrangente, considerando todo o sistema alimentar, englobando as várias etapas da cadeia alimentar para garantir alimentos seguros e nutritivos sem comprometer os recursos naturais do planeta.

3.3 Evolução das políticas de alimentação em Portugal

A urgência em olhar para área da alimentação como uma área de política pública de relevo para o país não é recente, verificando-se os primeiros passos a partir da década de 1970. Apesar de em 1976 se ter criado o Centro de Estudos de Nutrição para se obter informação sobre o estado nutricional da população do país e com a criação do Conselho Nacional de Alimentação em 1980, com o intuito de implementar uma política de alimentação saudável, só no ano de 2012 é que este facto se verificou com o Programa Nacional de Promoção da Alimentação Saudável. Ao longo de quatro décadas, foram feitos alguns esforços que gradualmente levaram à implementação de uma política de alimentação e de nutrição mais integrada e sistemática, como demonstra a Tabela 2.

Tabela 2: Evolução das políticas, medidas e ações com foco na alimentação em Portugal

Ano	Título	Atores responsáveis	Breve descrição
1961-1978	Realização de vários estudos e de documentos orientadores para a construção de uma futura política de alimentação		Tabela da Composição dos Alimentos Portugueses (1961) Tabela Portuguesa de Necessidades em Calorias e Nutrientes (1978) Estudos sobre as especificidades e as tendências da alimentação e do seu peso no orçamento familiar
1976	Criação do Centro de Estudos de Nutrição (CEN)	Academia	Unidade de pesquisa e investigação na área da alimentação e da nutrição
1977	Instituto de Qualidade Alimentar (IQA)	Governo	Colaborar no processo de elaboração de uma política em torno da qualidade dos alimentos, nomeadamente nas normas, na divulgação e no controlo sobre a qualidade dos alimentos.
1977	Definição da Roda dos Alimentos	Academia	Guia de referência para uma alimentação diária direcionada para os portugueses; inserida na campanha “Saber comer é saber viver” que foi considerada como um marco político por evidenciar um compromisso político
1978	Documento “Política Alimentar e de Nutrição em Portugal” por Gonçalves Ferreira	Academia	Primeira proposta académica com orientações para a implementação de uma política de alimentação e nutrição no país com os seguintes objetivos: <ul style="list-style-type: none"> • Fornecer orientações sobre os hábitos alimentares com o intuito de melhor a saúde dos habitantes • Disponibilizar alimentos nutricionalmente adequados a preços acessíveis • Criar programas de educação alimentar
1979	Documento sobre a posição de Portugal na área da alimentação e nutrição com novas recomendações, por Gonçalves Ferreira	Academia	Nova proposta académica com medidas para a implementação de uma política de alimentação repartidas por 3 esferas: <ul style="list-style-type: none"> • Política alimentar nacional (legislar sobre as políticas agrícolas e de pesca para garantir alimentos para todos os indivíduos; legislar sobre a política industrial da alimentação para assegurar a qualidade alimentar; legislar sobre os preços dos alimentos)

			<ul style="list-style-type: none"> • Políticas relativas à qualidade dos alimentos (composição nutricional dos alimentos; higiene e segurança alimentar) • Políticas de estudo e investigação (realização de estudos para obter informações relativamente ao consumo alimentar e o estado nutricional dos indivíduos) <p>Estas medidas englobam alguns pontos referidos na Conferência Mundial da Alimentação em 1974 como a disponibilidade de alimentos nutricionalmente adequados</p>
1980	Criação do Conselho Nacional de Alimentação (CNA), com alteração de nome em 1984 para Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição	Governo	Órgão interministerial com a principal atribuição de formular e implementar uma política de alimentação e nutrição. Devido à falta de informação sobre o consumo alimentar dos portugueses, este conselho prestava auxílio e realizava estudos
1980	Inquérito Alimentar Nacional	Academia, Governo	Avaliar os hábitos alimentares dos portugueses
1989	Documento “Contribuição para uma Política Alimentar e Nutricional em Portugal. Situação Alimentar e Nutricional Portuguesa e Recomendações do CNAN para melhoria da situação existente”		<p>Salienta a necessidade urgente de implementar uma política de alimentação no país com as seguintes ações a implementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Influenciar o acesso aos alimentos e o seu impacto na saúde • Educar a população relativamente à alimentação • Definição de programas nutricionais prioritários • Melhorar o cenário hígio-sanitário <p>Este documento relativamente ao anterior não apresenta medidas relativas às questões da produção, comercialização e aos preços dos alimentos devido a uma perda de independência legislativa devido à adesão à Comunidade Económica Europeia. Prioridade relativamente à obtenção de alimentos nutricionalmente adequados e seguros.</p>
1984	Rede Europeia de Escolas Promotoras de Saúde (EHPS)	Sistema Educativo	Adesão de Portugal

1988	Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde	Sistema Educacional	Área da educação alimentar é considerada como prioritária nos planos curriculares e na oferta alimentar. Criação do Centro de Apoio Nacional para auxiliar as Escolas e os Centros de Saúde na implementação de projetos promotores de saúde.
1997	Criação da Direção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar	Governo	Tentativa de acompanhar as medidas desenvolvidas pela UE relativamente à qualidade e segurança alimentar, através da aplicação das orientações alusivas ao controlo e fiscalização dos alimentos.
2000	Criação da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar (AQSA)	Governo	Responsável por fiscalizar e controlar oficialmente a qualidade e a segurança dos alimentos
2005	Criação da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)	Governo	Colaborar em conjunto com a Autoridade Europeia de Segurança Alimentar (EFSA) e simultaneamente cumprir o Programa do XVII Governo Constitucional de Portugal relativamente às metas alusivas à defesa dos consumidores e à preservação da segurança alimentar.
2005	Plano Nacional de Combate à Obesidade	Governo	-Constatação ao nível internacional do problema da obesidade enquanto um problema grave de saúde pública; Portugal, assim como os restantes membros da UE, auxiliaram a OMS na Estratégia Global para a Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde. Insere-se no Plano Nacional de Saúde 2004-2010 - Enquadra-se numa perspetiva de prevenção com o intuito de diminuir a taxa de obesidade país, através da cooperação de diversos setores: da saúde, educação e autarquias, sector privado e organizações não governamentais. A sua intervenção passa por identificar os indivíduos com obesidade, para os poder acompanhar e tratar, através do desenvolvimento de procedimentos para os profissionais.
2007	Plataforma Contra a Obesidade	Governo	Criada pelo Ministério da Saúde, através da Direção-Geral da Saúde aliada com os objetivos da Carta Europeia de Luta Contra a Obesidade. Implementação de medidas de prevenção para diminuir a obesidade através de uma política com a intervenção de alguns setores: a indústria, os media/comunicação, a agricultura e a restauração.
2012	Programa Nacional de Promoção da Alimentação Saudável	Governo	Aprimorar o estado nutricional dos indivíduos através da disponibilidade de alimentos saudáveis e gerar condições para que os indivíduos os valorizem, apreciem e os incorporem nos seus hábitos alimentares. Objetivos globais:

			<ul style="list-style-type: none"> • Obter informação sobre o consumo alimentar, nomeadamente as suas causas e efeitos • Alterar a disponibilidade de alguns alimentos em determinados espaços como escolas e locais públicos • Oferecer informação e incentivar a obtenção de alimentos nutricionalmente adequados, sobretudo a indivíduos desfavorecidos • Possibilitar ações que promovam a obtenção de alimentos saudáveis com a intervenção de outros setores <p>Melhorar as competências de profissionais que desenvolvam atividades na área alimentar.</p>
2016	Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (CNCDA)	Indústria agroalimentar; municípios; academia; governo	Promoção da redução do desperdício alimentar com recurso a uma abordagem integrada e multidisciplinar
2017	Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (ENAB)		<p>Plano de ação orientado para a produção e a promoção de produtos agrícolas e géneros alimentícios biológicos para 10 anos com os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover produção biológica na Agricultura, Pecuária e Agricultura • Aumentar o número de produtos biológicos disponíveis, tornando-os competitivos nos mercados • Estimular a procura de produtos biológicos e fomentar a sua credibilidade • Proporcionar informação sobre a produção biológica tendo em consideração as especificidades do país • Estimular a inovação empresarial e a disponibilidade de informação estatística <p>O plano de ação desenvolve-se em três eixos: Produção, Promoção e Mercados; Inovação, Conhecimento e difusão de informação.</p>
2017	Estratégia Integrada para a Promoção de Alimentação Saudável (EIPAS)	Governo	Incentivar o consumo alimentar adequado para melhorar o estado nutricional dos cidadãos. Intervir diretamente nas doenças crónicas, nomeadamente no controlo e prevenção.

2017	Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal	Governo	Contém medidas para combater o desperdício alimentar que envolvem diretamente a indústria agroalimentar com vista a reduzir os materiais que são utilizados na produção alimentar.
2017	Inquérito Alimentar Nacional e de Atividade Física	Governo, Academia	Recolha de dados sobre o consumo alimentar e a prática de atividade física dos portugueses e a sua relação com a saúde.
2017	Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar		Desenvolvida pela CNCDA, pretende reduzir o desperdício ao longo de todas as fases da cadeia agroalimentar. Baseia-se em 3 pilares: prevenir, reduzir e monitorizar. O plano de ação desenvolve-se em 14 medidas, tais como: <ul style="list-style-type: none"> • Dinamizar ações de sensibilização para os consumidores e para as faixas etárias mais novas nas escolas; • Promover boas práticas; • Divulgar periodicamente estatísticas relativas ao desperdício alimentar. Proporcionar espaços próprios para vender produtos em perigo de serem desperdiçados.
2018	Relatório sobre Alimentação Saudável, Desafios e Estratégias	Governo	Criação de uma nova articulação intersectorial com o setor do ambiente para melhorar a implementação do EIPAS nos municípios durante os anos de 2018-2019.
2018	Criação de um Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional em Portugal (CONSANP)	Governo	Esta plataforma pretende auxiliar na garantia de uma alimentação adequada enquanto direito humano auxiliando na definição de políticas relativas à segurança alimentar e nutricional. Este conselho tem as seguintes competências: <ul style="list-style-type: none"> • Preparar e aprovar a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN) de acordo com outras estratégias em vigor • Fomentar a participação da população na matéria da segurança alimentar e nutricional • Recomendar medidas em concordância com o Direito Humano à Alimentação Adequada • Fomentar a adesão e a disseminação de boas práticas • Fomentar o desenvolvimento à escala municipal da Segurança Alimentar e Nutricional • Incentivar o desenvolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional ao nível municipal; e

Em desenvolvimento
Estratégia Nacional para a Alimentação e Nutrição (ENAAN-P)
para o Governo

- Promover a adoção e a divulgação de boas práticas e o conhecimento e a divulgação da temática Segurança Alimentar e Nutricional, entre outras.

Trabalho interministerial com o objetivo promover a integração de uma estratégia integrada para apoiar uma política para os sistemas alimentares abrangente no país.

Fonte: elaboração própria baseada em (Galli et al., 2020) (Graça & Gregório, 2013)(Graça & Gregório, 2012) (Direção-Geral da Saúde, 2017)

Portugal foi incorporando algumas diretrizes Europeias nas suas políticas e tentou seguir essas tendências europeias. No entanto, só no ano de 2012, é que Portugal implementou uma política de alimentação, enquanto que ao nível internacional já se verificavam estratégias na área da alimentação. Para além disto, é de salientar que atualmente a UE tem uma política de alimentação direcionada para os sistemas alimentares sustentáveis, algo que ainda não existe efetivamente no país. Ainda, ao longo deste trabalho foi salientado o papel das cidades para a transição de sistemas alimentares sustentáveis, no entanto, apenas uma das estratégias tem como ator interveniente os municípios, o que revela que ainda há muito trabalho a desenvolver.

3.4 Políticas locais de alimentação sustentáveis

Após um enquadramento relativo às políticas internacionais e nacionais, falta então referir as políticas locais de alimentação sustentável para isto, é necessário compreender que políticas e instrumentos podem os municípios usar em prol de sistemas alimentares sustentáveis e que boas práticas têm sido implementadas em Portugal.

As políticas locais de alimentação podem ser definidas como uma ação desenvolvida pelo governo local, com objetivos específicos, para lidar com desafios relacionados com a alimentação (ex: obesidade e desperdício de alimentos) e estas políticas frequentemente surgem através do envolvimento de outros atores e da sociedade civil (Mazzocchi & Marino, 2020). Relativamente a estas políticas, e seguindo de perto Galli et al. (2020), podem dividir-se em 4 dimensões, como explicita a Tabela 3, que servirá como modelo concetual a adotar neste trabalho:

- Informação e consciencialização
- Capacidade administrativa governamental
- Funções do governo local
- Políticas estratégicas.

Tabela 3: Modelo conceitual para a análise das políticas locais de alimentação sustentável

Dimensões das políticas	Interpretação	Instrumentos	Exemplos
Informação e consciencialização	Existência de ferramentas que promovam a consciencialização dos padrões de produção e consumo de alimentos assim como dados robustos e indicadores que forneçam às administrações evidências para implementar, monitorizar e medir o impacto das suas iniciativas e caso seja necessário fazer ajustes, assim como a inclusão de novos atores do sistema alimentar.	<ul style="list-style-type: none"> • Dados robustos e indicadores • Consciencialização da população acerca de padrões sustentáveis de produção e consumo alimentar • Campanhas de educação e programas participativos de alimentação saudável e sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> • Campanhas educativas, festivais, prémios • Formação e aconselhamento sobre circuitos curtos agroalimentares • Recorrer às redes sociais para informar e consciencializar sobre padrões de consumo • Fornecer informação sobre parâmetros de impacto ambiental das várias etapas da cadeia alimentar aos consumidores • Cooperar com instituições de ensino superior e centros de investigação com o intuito de obter informações e monitorizar o impacto das atividades relacionadas com a alimentação • Mapeamento dos fluxos alimentares municipais;
Capacidade administrativa e governamental	Presença de recursos humanos adequados, autonomia organizacional, estruturas transdepartamentais ou mecanismos de coordenação, estruturas ou mecanismos para permitir a colaboração entre vários níveis de governo e fortalecer a capacidade de fazer cumprir políticas alimentares sustentáveis.	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos humanos adequados (equipados com conhecimentos e capacidades adequadas) • Estrutura transdepartamental ou mecanismos de coordenação para melhorar a atuação sistémica • Autonomia organizacional • Articulação com outros níveis de governo 	<ul style="list-style-type: none"> • Nutricionistas, Eng. Agrónomos, especialistas do Ambiente, da Gestão dos Recursos Naturais • Compras públicas (alimentos mais saudáveis, culturalmente apropriados; inclusão e valorização de critérios ambientais nos processos de contratação – certificação ambiental, certificação biológica; produção local) • Fontes de financiamento nacionais e internacionais

Funções do governo local

Integração da alimentação nas políticas locais, nomeadamente no planeamento territorial para promover o uso eficaz da terra para todas as fases do sistema alimentar, bem como a presença de ligações entre áreas urbanas e rurais, de políticas que promovem a aprendizagem com colaboração translocal e de mecanismos que reforçam a coordenação com as partes interessadas da governança, especialmente as mais vulneráveis

- Regulamentos e incentivos governamentais
- Integração das questões alimentares no planeamento territorial
- Promoção das interconexões urbano-rurais
- Promoção da aprendizagem com colaboração trans-local
- Mecanismos de coordenação entre as partes interessadas da governança
- Atividades concretas: mercados de agricultores, apoiar a agricultura comunitária; criação de empresas sustentáveis
- Planeamento territorial: facilitar a produção dos alimentos através de espaços definidos para o efeito; infraestruturas comunitárias; hortas urbanas; gestão de água e dos solos;
- Envolvimento de escolas, produtores ou vendedores locais na promoção de produtos locais

Políticas estratégicas

Existência de um forte compromisso político para a mudança para dietas saudáveis e sustentáveis, apoiado em estratégias para reorientar as prioridades de produção agrícola, fomentar a inovação agroalimentar, promover a intensificação sustentável da produção, estabelecer planos de redução do desperdício de alimentos e reforçar incentivos para uma reconexão entre agricultores e cidadãos, para promover cadeias de abastecimento de alimentos mais curtas.

- Forte compromisso político para mudar dietas saudáveis e sustentáveis
- Estratégias para reorientar as prioridades da produção agrícola, fomentar a inovação agroalimentar e promover a intensificação sustentável da produção de alimentos
- Planos de redução de desperdício de alimentos
- Planos para uma reconexão agricultor-cidadão
- Fazer planeamento a longo prazo para ultrapassar ciclos políticos ou eleitorais
- Incentivar o consumo de alimentos frescos e sazonais e da Dieta Mediterrânea
- Redução do desperdício nas escolas ou IPSS
- Gestão de resíduos (recolha e compostagem de resíduos orgânicos domésticos, redução do plástico nas escolas, edifícios municipais, eventos
- Incentivar a inovação através de food labs, prémios, concursos, financiamento ou outros incentivos

- Participação em redes nacionais/internacionais de fomento à produção em modo biológico
- Criação de emprego para empresas e pequenos produtores envolvidos nos processos de cadeia alimentar ou setores relacionados
- Exploração e otimização da capacidade de produção alimentar como contributo para a economia regional (valorização dos produtos locais nos mercados globais; marcas territoriais; certificação de produtos agrícolas)

Fonte: Elaboração própria com base em (Galli et al., 2020 p. 4-5 e 12) (Moragues et al., 2013) (Dowding-Smith, 2013) (Pinho, I; Rodrigues, S; Franchini, B; Graça, 2016)

Com esta última tabela é possível verificar que nas quatro dimensões existem inúmeros instrumentos que os governos locais têm à sua disposição. No próximo subcapítulo iremos então referir exemplos concretos de boas práticas de políticas de alimentação em Portugal.

3.5 Boas práticas portuguesas na área da alimentação

Na análise de boas práticas foram recolhidos dois documentos que referem boas práticas na área da alimentação. O primeiro documento, o e-book “Alimentar Boas Práticas – Da Produção ao Consumo Sustentável (2020)” desenvolvido pela Plataforma Nacional Alimentar Cidades Sustentáveis identifica 46 iniciativas que demonstram o cenário de ações e iniciativas que têm vindo a ser implementadas em Portugal e que têm o objetivo comum de tornar o sistema alimentar eficiente, através de soluções inovadoras, empreendedoras e originais. Este e-book demonstra um grande dinamismo no quadro nacional alimentar através de Delgado et al. (2020): diversidade de atores envolvidos; diversidade territorial; diferentes áreas da cadeia alimentar abrangidas; acesso a múltiplas fontes de financiamento; durabilidade das iniciativas, entre outros.

Devido ao grande número de iniciativas envolvidas foi realizada uma análise cuidadosa das mesmas, para perceber a sua evolução ao longo do tempo. Assim, é possível destacar o ano 2019 como o ano em que se verificou um maior número de iniciativas desenvolvidas (gráfico 3), verificando-se um aumento constante a partir do ano 2011 do número de iniciativas. Das iniciativas analisadas as que foram implementadas mais recentemente foram as iniciativas nacionais, dado que, só a partir do ano 2014 é que apareceram iniciativas que abrangem todo o território nacional. Pelo contrário, analisando esta figura as iniciativas mais antigas são referentes aos anos 2003 e 2004 e sendo respetivamente iniciativas intermunicipais e municipais. No entanto, apesar de as iniciativas intermunicipais aparecerem desde 2003, não têm tido tanta expressão nos últimos anos. O gráfico 4 revela que as iniciativas desenvolvidas são maioritariamente ao nível municipal

(43%), de seguida local ³(22%), posteriormente intermunicipais (20%) e por fim, ao nível nacional (15%).

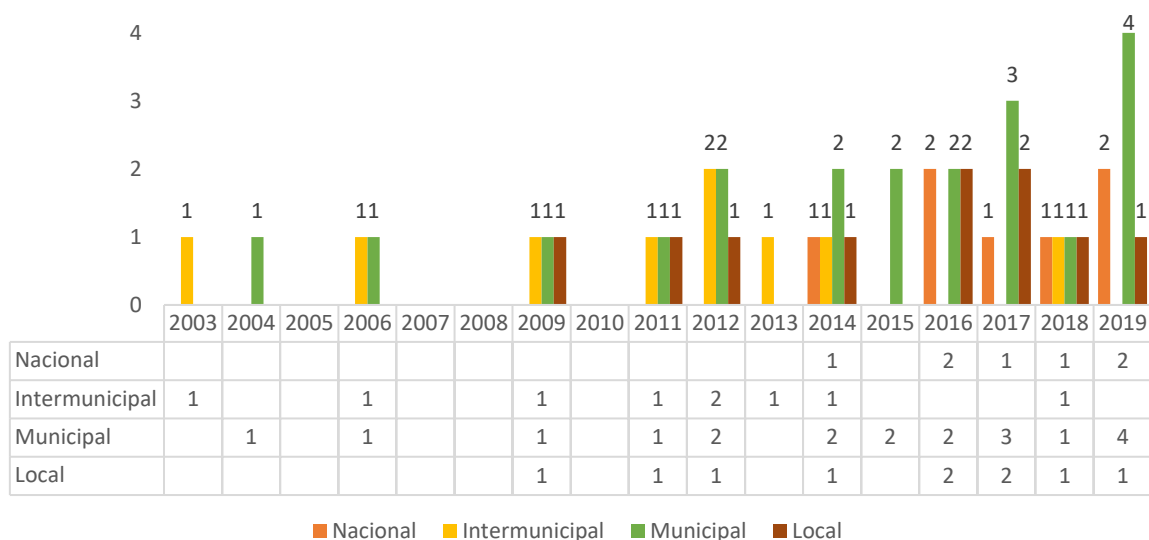


Gráfico 3: evolução do número de iniciativas

Fonte: elaboração própria, através dos dados presentes em Delgado et al., 2020

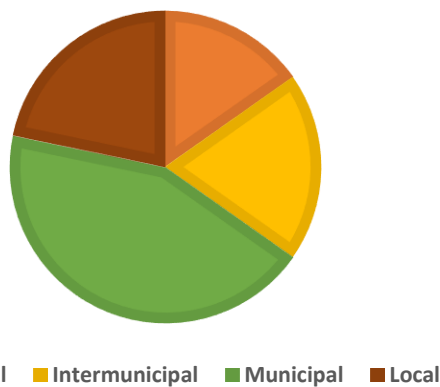


Gráfico 4: escala territorial das iniciativas

Fonte: elaboração própria, através dos dados presentes em Delgado et al. (2020)

³ Delgado et al, 2020 diferencia o nível municipal e o local da seguinte forma: municipal (iniciativa desenvolvida ao nível do município) e local (iniciativa desenvolvida ao nível da freguesia ou com impacto local).

A distribuição das iniciativas pelo território, usando a nomenclatura NUTSII, dá-nos uma imagem das regiões que mais apostam nestas iniciativas (gráfico 5): área Metropolitana de Lisboa (31%), região Norte (25%) e região Centro (21%).

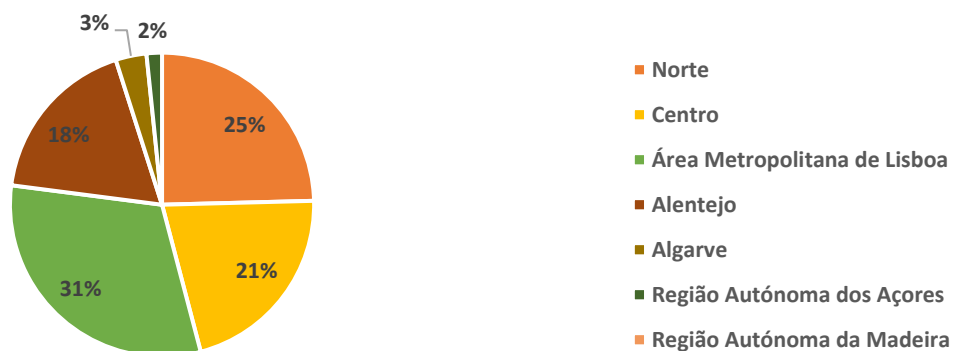


Gráfico 5: divisão territorial das iniciativas por NUTS II

Fonte: elaboração própria, através dos dados presentes em Delgado et al. (2020)

O seguinte gráfico permite analisar as áreas de intervenção das 46 iniciativas, sendo possível concluir que as três áreas com mais iniciativas são a sensibilização/educação, seguidamente da produção e da valorização de resíduos/desperdício (gráfico 6). Pelo contrário, as três áreas com menos iniciativas são o processamento, a logística e os recursos/inputs agrícolas. No entanto, quando analisamos as áreas de intervenção pela diversidade territorial das iniciativas verificamos que existem diferenças.

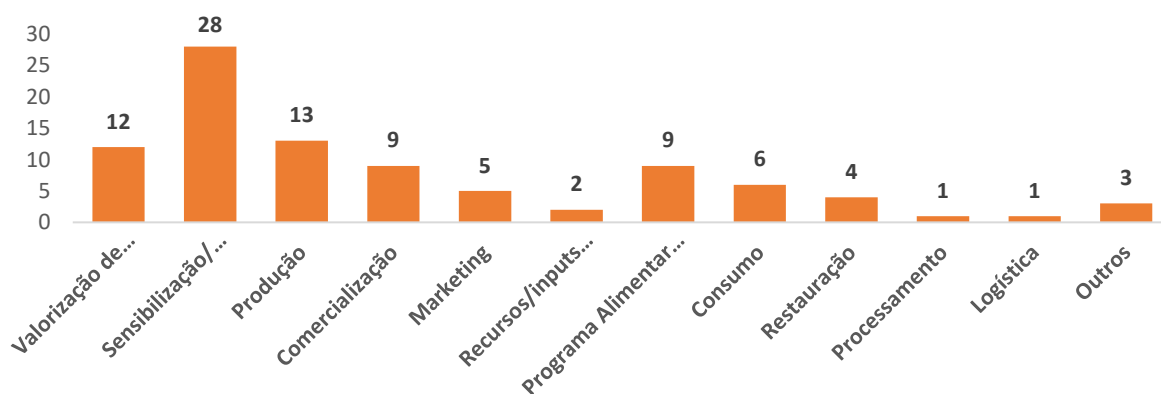


Gráfico 6: áreas de intervenção das iniciativas

Fonte: elaboração própria, através dos dados presentes em Delgado et al., 2020

De um modo geral, a área da sensibilização/educação é a área com mais intervenção, com exceção nas iniciativas intermunicipais, em que esta aparece em terceiro lugar e em contrapartida a área com mais intervenção é a comercialização. A valorização de resíduos/desperdício é a segunda área com mais intervenção nas iniciativas nacionais e intermunicipais, porém nas municipais e nas locais não aparece com tanto destaque. Olhando com atenção, as iniciativas municipais e locais são as que têm mais diversidade na área de intervenção, existindo uma grande diferença entre a área de intervenção das iniciativas municipais com 11 áreas diferentes em comparação com as iniciativas nacionais que apenas se focam em três áreas de intervenção.

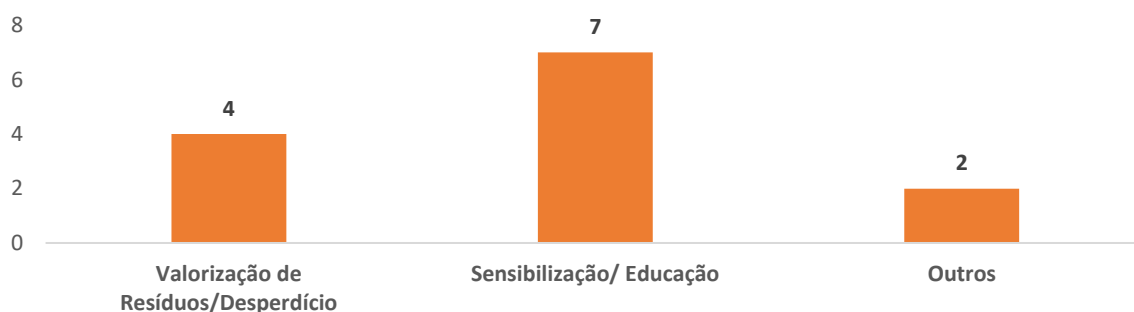


Gráfico 7: áreas de intervenção das iniciativas nacionais

Fonte: elaboração própria, através dos dados presentes em Delgado et al., 2020

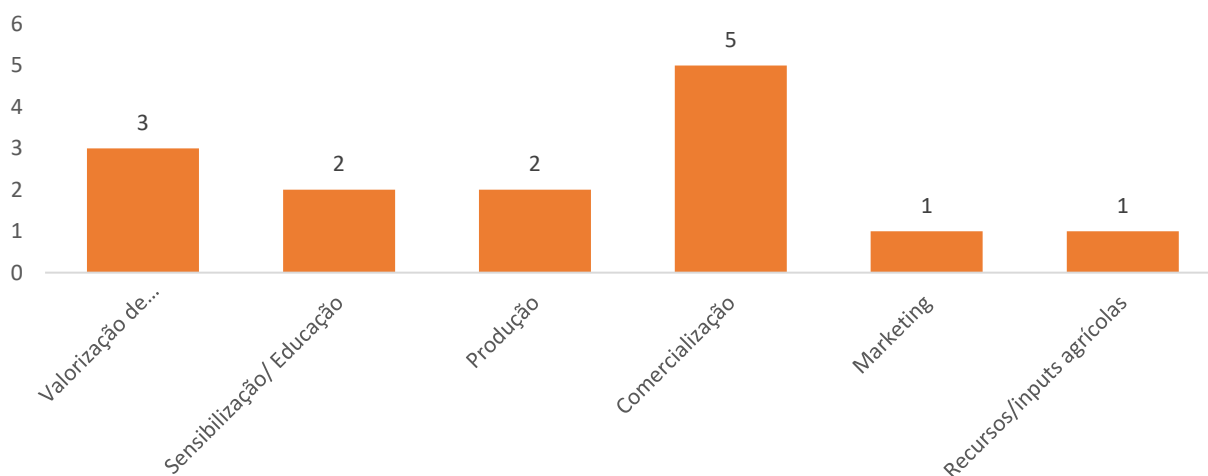


Gráfico 8: áreas de intervenção das iniciativas municipais

Fonte: elaboração própria, através dos dados presentes em Delgado et al., 2020

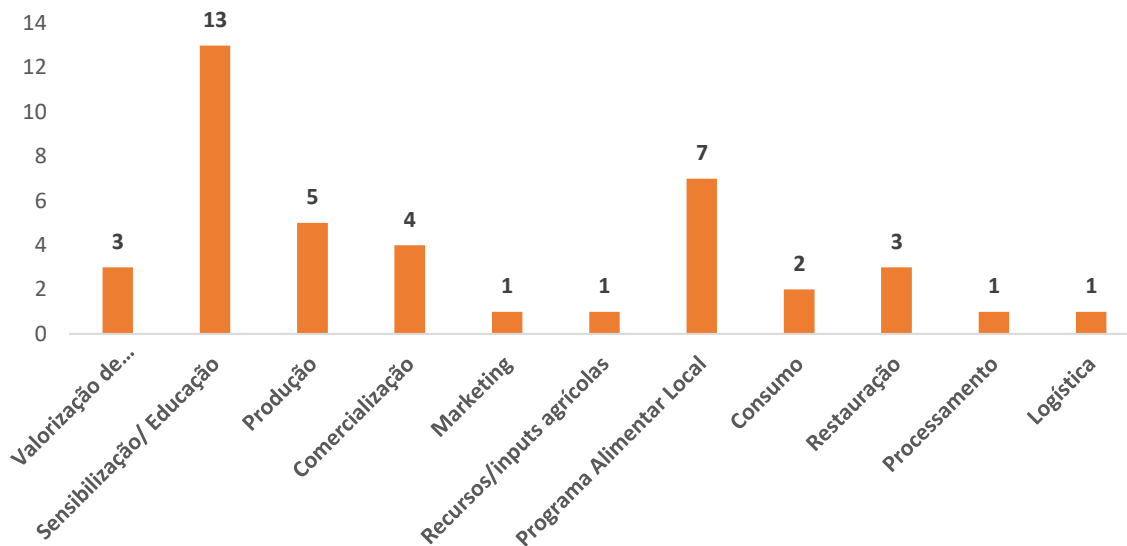


Gráfico 10: áreas de intervenção das iniciativas municipais

Fonte: elaboração própria, através dos dados presentes em Delgado et al., 2020

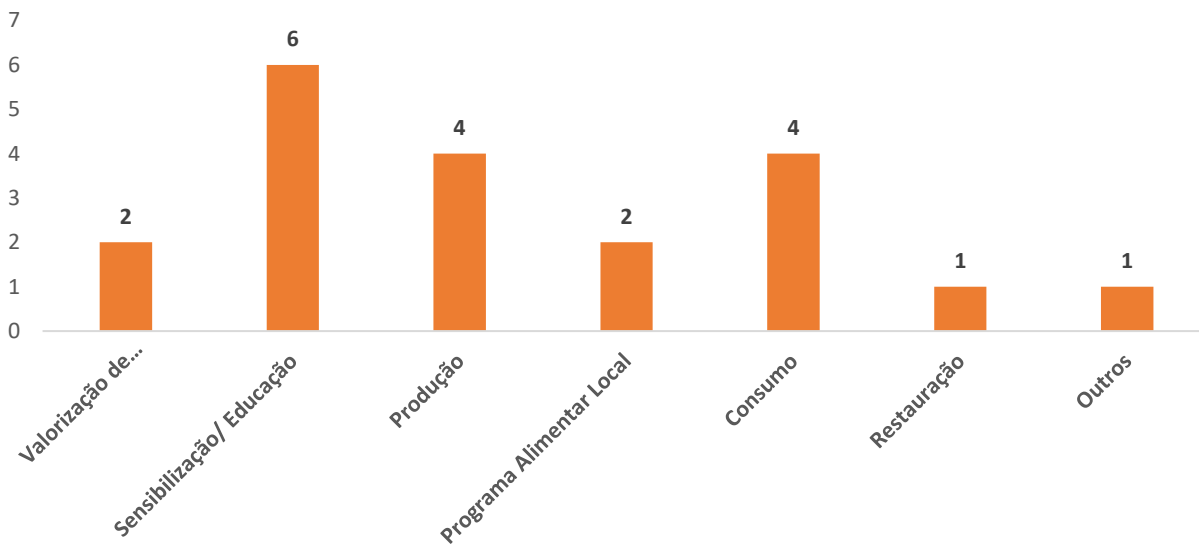


Gráfico 9: áreas de intervenção das iniciativas locais

Fonte: elaboração própria, através dos dados presentes em Delgado et al., 2020

Este e-book lançado apresenta 46 iniciativas inovadoras e diferenciadoras, porém com o intuito de não fazer referência a todas, foi desenhada uma tabela onde são referidas iniciativas relativas a cada área de intervenção nas diferentes escalas territoriais, para demonstrar de que forma se pode atuar em etapas diferentes da cadeia e do sistema alimentar. É preciso notar que algumas das iniciativas não intervêm em apenas uma área, visto que, algumas têm 2/3 áreas de intervenção.

Para além das iniciativas do e-book foram ainda incluídas iniciativas da Revista Rede Rural, uma vez que, esta também faz referência a iniciativas para alcançar uma alimentação sustentável (Rede Rural Nacional, 2018). Das 7 iniciativas referidas na entrevista foram escolhidas apenas 4 por serem diferentes das iniciativas recolhidas por DELGADO et al. (2020).

Deste modo, a seguinte tabela contém exemplos de boas práticas implementadas em Portugal de modo a ter um quadro geral das iniciativas, com foco naquelas que são implementadas a nível nacional e local, para estas servirem como exemplo de boas práticas a implementar para o estudo de caso.

Tabela 4 : Boas práticas na área da alimentação em Portugal

Título da iniciativa	Ano	Escala	Área de intervenção	Promotor/Público alvo	Breve descrição
Associações para a Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAP)	2003	Intermunicipal	Produção Comercialização	Promotor: Associações para a Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAP): Público alvo: produtores locais e consumidores	Promover e desenvolver a agricultura local de maneira sustentável através da aquisição e fornecimento de alimentos durante uma determinada altura estabelecida através da indicação dos produtos que os consumidores pretendem adquirir e a regularidade com que os pretendem obter. Em outubro de 2019 existiam nove AMAP/CSA ativas, que envolviam 24 produtores que alimentavam por volta de 250 famílias.
PROVE – Promover e Vender	2006	Intermunicipal	Marketing Comercialização	Promotor: Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal – ADREPES Público alvo: produtores e consumidores	Estabelecer uma relação de proximidade entre os produtores e os consumidores através da entrega de um cabaz de hortofrutícolas entregues diretamente ao consumidor a um determinado preço. Fazem parte do PROVE 124 explorações agrícolas divididas por 12 distritos, 117 núcleos PROVE com 158 locais de entrega e por volta 7.000 consumidores ativos.
Rota do Vinho Verde Alvarinho	2007	Intermunicipal	Marketing Comercialização	Promotor: Município de Melgaço e Monção Público alvo: comunidade	Criação da rota para divulgação do território através do enoturismo, contendo ao longo da rota: adegas, restauração, património cultural, entre outros. Esta iniciativa levou a um grande aumento de turismo.
Implementação de Estratégias para redução de	2009	Intermunicipal	Valorização de resíduos/desperdício	Promotor: Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho –	Redução dos desperdícios alimentares dos utentes através da pesagem dos pratos dos utentes antes e depois de serem ingeridos. Desde

Desperdícios Alimentares

				Serviço de Nutrição e Dietética (SND) e Serviços Gerais e Hoteleiros (SGH)	2009 que o desperdício alimentar teve um decréscimo apresentando uma variação entre os seguintes valores: 42% e 27%.
				Público alvo: utentes internados no centro hospitalar	
Terras de Cascais – Juntos pelas Raízes	2009	Municipal	Produção Sensibilização/Educação Programa Alimentar Local	Promotor: Empresa Municipal do Ambiente de Cascais – Cascais Ambiente Público alvo: munícipes do concelho de Cascais	Promover a produção biológica e local de alimentos através de hortas, pomares e vinhas comunitárias. Existem 527 parcelas de terreno concedidas a munícipes, 3 vinhas comunitárias com 19 viticultores, 2 pomares comunitários com 11 fruticultores, 13 hortas nos centros de dia.
Venha colher o que quer comer!	2009	Municipal	Comercialização Sensibilização/educação	Promotor: Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Coimbra Público alvo: comunidade	Evento promovido para dar a conhecer a área de produção agrícola do politécnico, sensibilizando para a produção sustentável e o consumo de produtos locais. Com cerca de 40 participantes, estes poderem escolher os produtos agrícolas para consumo (através de uma quantia simbólica).
Plano Local de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Clara	2011	Local	Programa Alimentar Local Sensibilização/educação	Promotor: Comissão Social da Junta de Freguesia de Santa Clara Público alvo: comunidade de Santa Clara	Plano para identificar e supervisionar a insegurança alimentar e nutricional das famílias que recebem apoio de emergência alimentar através: da construção de uma rede de AEA (apoio de emergência alimentar). Desde a criação do plano que houve um aumento de 5 para 8 instituições de AEA e um aumento de 33% de famílias abrangidas.

Marca “Produto da Madeira”	2011	Intermunicipal	Marketing Comercialização	Promotor: Governo Regional da Madeira Público alvo: consumidores	Criação de um sistema de certificação com os produtos da região para salvaguardar a produção local e garantir a qualidade dos produtos. Em 2017 foram vendidas 21 mil toneladas de bananas sob o selo “Produto da Madeira”.
A Bela Rama - Uma iniciativa de ecoconsumo de proximidade	2012	Municipal	Consumo	Promotor: Bela Rama Público alvo: comunidade	Promover uma alimentação agro-ecológica com relações de proximidade através da aquisição de produtos de um determinado agricultor biológico, onde os consumidores podem escolher os produtos e as quantidades. O número de sócios atual é de 25, sendo que apenas metade recolhe os produtos nos cabazes.
Círculos de sementes, um projeto que propaga Bancos de Sementes em Portugal	2012	Intermunicipal	Recursos/inputs agrícolas	Promotor: WakeSeed - grupo de Agroecologia Público alvo: comunidade	Proteger as sementes tradicionais por meio de um grupo de pessoas que se comprometem a guardá-las e multiplicá-las e posteriormente são criados encontros para partilha de informação sobre as sementes. Foram criados, no mínimo 14 círculos de sementes com participação de 2800 pessoas e 105 palestras lecionadas pelas coordenadoras nacionais.
Cooperativa Fruta Feia: alternativa solidária e responsável de comercializar e consumir	2013	Intermunicipal	Comercialização Valorização de desperdícios/resíduos	Promotor: Cooperativa Fruta Feia Público alvo: consumidores e produtores	Escoar produtos de hortas e pomares que estão disformes de produtores da região. Em 2019, contava com 8 trabalhadores, 231 produtores, mais de 5497 consumidores associados, 11 pontos de entrega e 15 toneladas de desperdício evitados por semana.

Programa de Sustentabilidade na Alimentação Escolar (PSAE)	2014	Municipal	Restauração Sensibilização/educação Programa Alimentar Local	Promotor: Câmara Municipal de Torres Vedras	Promover a sustentabilidade da alimentação escolar através da produção de alimentos biológicos em ambiente escolar, aquisição de alimentos de produtores da região e as refeições são confeccionadas por IPSS locais com refeições sazonais e equilibradas, sendo ainda realizada uma sensibilização para o consumo e hábitos de alimentação saudáveis. Nas hortas escolares houve um envolvimento de 1200 alunos e houve um aumento da empregabilidade nas IPSS com a criação de 60 postos de trabalho.
Projeto Terra Jovem – estratégia inclusiva e sustentável de intervenção local	2014	Municipal	Processamento Sensibilização/educação Valorização de resíduos/desperdício	Promotor: Associação de Promoção de Públicos Jovens em Risco	Promover competências de empregabilidade juntos de jovens em situação de vulnerabilidade social através de formação certificada em agricultura. O projeto é sustentado por um trabalho conjunto entre os jovens e uma equipa de técnicos (exemplo: engenharia agrícola). Desde fevereiro de 2018, dos 55 jovens acompanhados no âmbito do projeto, 27 jovens entraram no mercado de trabalho (ex. construção civil, área do comércio/ turismo, área agrícola)
Raízes — Todos os momentos são de educação viva	2014	Local	Sensibilização/educação Outros	Promotor: Raízes — Educação Viva Público alvo: comunidade	Programa educativo para as crianças e suas famílias para sensibilizar para a natureza; disponibilização de alimentos biológicos; culinária biológica utilizando um espaço físico com pomar, horta, cozinha e espaços interiores e exteriores. O número de famílias envolvidas evolui de 5 (2014) para 20 (2019), onde foram criados 3 postos de trabalho.

SEMEAR, impacto social e económico através da inclusão de pessoas com dificuldades cognitivas	2014	Intermunicipal	Sensibilização/educação Produção	Promotor: Banco de Informação de Pais para Pais – BIPP em Cascais, Oeiras, Lisboa, Sintra Público alvo: pessoas adultas com necessidades especiais	Formação certificada de jovens com dificuldades cognitivas para a produção de hortícolas. 27 jovens adultos empregados e produção de 50.000 produtos gourmet (como compotas, geleias entre outros), através de frutas e legumes que eram considerados desperdício alimentar).
Marca Açores, certificada pela natureza	2012	Intermunicipal	Marketing Comercialização	Promotor: Governo Regional dos Açores Público alvo: consumidores	Criação da marca para promover o território e a região nos mercados garantindo a distinção e a qualidade dos produtos. Atualmente estão certificadas 165 empresas e 2170 produtos.
Da habitação ao prato – Minga, uma cooperativa integral	2015	Municipal	Logística	Promotor: Cooperativa Integral Minga, C.R.L.): Público alvo: comunidade	Pretende atrair e fixar habitantes em Montemor-o-Novo e criar emprego através da promoção de produtos locais provenientes de sistemas agrícolas e florestais sustentáveis. Atualmente compreende 50 cooperantes, 12 trabalhadores, 15 micro e pequenos produtores. Em 2019 faturou 42.000 euros.
Realimenta – projeto de combate ao desperdício alimentar	2016	Nacional	Valorização de resíduos/desperdício Sensibilização/educação	Promotor: LIDL, Portugal Público alvo: IPSS parceiras (Refood, Zero Desperdício e IPSS locais)	Reduzir o desperdício alimentar com doação de alimentos que não cumprem os requisitos comerciais, mas estão bons para consumir para IPSS parceiras. No ano de 2018 o valor dos alimentos doados foi de 1.458.691€ e por volta de 60.000 beneficiários receberam este apoio.

O prato certo faz escolhas certas à mesa!	2017	Intermunicipal	Sensibilização/educação	<p>Promotor: Associação In Loco</p> <p>Público alvo: munícipes da região</p>	Promoção de um observatório de Segurança Alimentar na região do Algarve através da realização de ações de sensibilização e educação alimentar em todos os municípios e ainda a criação de uma plataforma digital com informações relativas a atividades, apoio nas escolhas de hábitos saudáveis e indicação de produtores e mercados locais.
Um laboratório ao ar livre para criar biodiversidade através do trabalho coletivo – o exemplo da Horta FCUL	2016	Municipal	Recursos/inputs agrícolas Produção Sensibilização/Educação	<p>Promotor: Colectivo - HortaFCUL - Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa</p> <p>Público alvo: comunidade</p>	Projeto que pretende promover a permacultura, num espaço aberto na FCUL para todos aqueles que pretendem aprender, partilhar e ter algum tipo de experiência com a terra. Até 2018, mais de 180 árvores foram plantadas nos mais de 1600m ² disponíveis.
Produtos Biológicos nos Refeitórios Escolares	2016	Local	Restauração	<p>Promotor: Junta de Freguesia de Olivais, Lisboa</p> <p>Público alvo: sete refeitórios escolares e um centro de dia da Junta de Freguesia dos Olivais.</p>	Confeção de refeições escolares com produtos biológicos nos refeitórios escolares e num centro de dia da Junta de Freguesia dos Olivais. Ações de formação e sensibilização para os funcionários para trabalharem com produtos sazonais. Os menus foram repensados para torná-los atrativos para o consumo de vegetais e houve a introdução do dia vegetariano. Resultados: Aumento do consumo de refeições saudáveis mensalmente; criação de emprego local; constituição de uma cooperativa local de produtores biológicos; aumento aproximado de 10% dos custos.
Primeiro acelerador de empresas do setor	2016	Municipal	Marketing Sensibilização/educação	<p>Promotor: Building Global Innovators - BGI S.A. e Câmara Municipal de Idanha-a-Nova</p>	Acelerador de start-ups e empresas com negócios tradicionais com foco na área alimentar e com o intuito de promover os produtos locais e melhorar a qualidade dos negócios locais. Conta com 3

agroalimentar, i-Danha Food Lab			Programa Alimentar Local	Público alvo: start-ups e empresas tradicionais na área alimentar	edições, 146 candidaturas (de 409 empreendedores oriundos de 22 países); 19 empresas foram aceleradas e apresentam uma taxa de sobrevivência de 89%.
Missão zero desperdício alimentar	2017	Local	Valorização de resíduos/desperdício Sensibilização/educação	Promotor: Junta de Freguesia de Olivais Público alvo: escolas básicas do 1ºCiclo e jardins de infância da freguesia de Olivais	Redução do desperdício alimentar em todos os refeitórios escolares através da medição dos restos alimentares que as crianças deixam nos seus pratos. Em seguida, são registados os níveis das sobras para semanalmente serem discutidos em cada turma as razões do desperdício alimentar. Após um ano de projeto, a redução do desperdício foi de 10kg de sopa para 2,5kg; 15kg de prato principal para 1kg; 1kg de salada para 200gr.
Kitchen Dates: o primeiro restaurante sem caixote do lixo de Portugal	2017	Municipal	Valorização de resíduos/desperdício Restauração	Promotor: Kitchen dates Público alvo: comunidade	Restaurante onde não é produzido lixo, dado que, tudo o que entra ou é consumido, ou reaproveitado ou convertido em composto. Desde a abertura oficial que este restaurante já serviu refeições a 150 pessoas.
Programa de sensibilização e informação sobre sustentabilidade alimentar	2017	Nacional	Sensibilização/educação	Promotor: Associação Portuguesa de Nutrição Público alvo: comunidade e profissionais da área da alimentação e nutrição	Publicação de um e-book informativo sobre sustentabilidade alimentar e desenvolvimento de iniciativas para sensibilizar a população sobre este tema. No ano de 2017, foi realizado o XVI Congresso de Nutrição e Alimentação, com a temática central da sustentabilidade alimentar onde estiveram presentes 1650 profissionais. Ainda, foram realizadas conferências sobre a sustentabilidade alimentar em alguns locais do país.

Centro Documental Raiano, sobre agricultura biológica e saudável disponível ao público	2017	Municipal	Sensibilização/educação	<p>Promotor: Associação de Recursos Ambientais e Alternativos Portugal</p> <p>Público alvo: comunidade</p>	<p>Disponibilização local de documentos num local em Idanha-a-Nova em várias línguas sobre temas relacionados com a alimentação, saúde, educação alimentar, entre outros.</p> <p>O espaço dispõe por exemplo de 15000 livros, 230 coleções de revistas e 700 estudos sobre os tópicos referidos anteriormente.</p>
Eu digo não ao plástico (Junta de Freguesia de Olivais)	2018	Local	Outros Sensibilização/educação	<p>Promotor: Junta de Freguesia de Olivais</p> <p>Público alvo: escolas básicas e jardins de infância da Junta de Freguesia de Olivais</p>	<p>Implementação de medidas para reduzir ou eliminar o plástico, promover a reciclagem e a educação ambiental da comunidade escola, através da substituição de pacotes de leite individuais para de 1L e a eliminação das palhinhas e sacos de plástico.</p> <p>Esta estratégia levou a uma poupança anual de 18178 euros.</p>
Cafetarias e Restaurantes Eco-Friendly	2019	Nacional	Outros Sensibilização/educação	<p>Promotor: Instituto Técnico de Alimentação Humana (ITAU)</p> <p>Público alvo: comunidade/clientes</p>	<p>Redução de plástico e práticas mais sustentáveis com a eliminação de artigos de plástico de utilização única para artigos “eco-friendly”. Este projeto envolve 5 locais de venda.</p>
Horticultura Terapêutica ao Serviço dos Maiores	2019	Local	Produção Consumo	<p>Promotor: Câmara Municipal de Braga</p> <p>Público alvo: utentes da Casa do Areal e jardim de infância</p>	<p>Implementação de uma horta biológica na Casa do Areal (Lar de Dia e Residencial de Idosos) com o intuito de maximizar as funções sociais, cognitivas, físicas e psicológicas e melhorar de um modo geral a qualidade de vida dos utentes. No total 30 utentes da Casa do Areal e 40 crianças do Jardim de Infância (que se associou mais tarde à iniciativa) contribuíram para a implementação e manutenção na horta.</p>

Promoção do consumo de produtos agroalimentares locais através da iniciativa Km0 Alentejo	2019	Municipal	Programa Alimentar Local Restauração Programa Alimentar Local	Promotor: Universidade de Évora Público alvo: consumidores; produtores; lojas e restaurantes	Promover o consumo de produtos locais, o aumento da produção e a instalação de restaurantes e lojas seguindo o conceito do km0 (distância entre o local de produção e o de consumo deve ser no máximo 50km). Atualmente existe uma parceira com 8 instituições dinamizadoras, 9 produtores inscritos (6 certificados com km0), 11 restaurantes inscritos (4 em processo de certificação) e 2 lojas inscritas
--	------	-----------	---	---	--

Fonte: elaboração própria com base em Delgado et al., (2020) e Rede Rural Nacional (2018)

Sucintamente, com este capítulo conseguimos perceber a evolução das políticas de alimentação ao longo do tempo ao nível internacional e em Portugal, salientando que a preocupação com sistemas alimentares sustentáveis teve mais relevância na última década, ao nível internacional, mas é ainda um tema a emergir em Portugal, com necessidade de ser aprofundado e de ser suportado por políticas de alimentação integradas e sistémicas em prol de sistemas alimentares sustentáveis.

No entanto, apesar de não existir uma preocupação clara do governo para com este tema, tem-se verificado um aumento de iniciativas promovidas por municípios, associações e outros atores como demonstra a Tabela anterior, principalmente nos últimos anos. Isto demonstra a importância do tema para a sociedade e com os resultados das iniciativas implementadas, estas têm tido uma grande adesão por parte das comunidades onde são implementadas.

Para além disto, podemos perceber que são vários os instrumentos que podem ser usados para promover sistemas alimentares sustentáveis nas cidades. A sua análise é importante para posteriormente compreender os instrumentos que estão a ser usados ou não no estudo de caso. Por fim, no próximo capítulo irá ser feita uma análise do papel e do contributo do Município de Viseu para políticas promotoras de sistemas alimentares sustentáveis, de sensibilização junto dos munícipes sobre este tema e de envolvimento de diversos atores nestas.

Capítulo 4. Abordagem metodológica

Terminado o enquadramento teórico relativo à importância de uma alimentação sustentável num contexto urbano e as suas políticas promotoras, que servem como base a este trabalho de investigação, segue-se neste quarto Capítulo, logo após uma pequena introdução, o desenho da investigação, a sua metodologia e por fim, os métodos e as técnicas que foram aplicadas.

4.1 O processo de investigação

A atividade de investigação é considerada como um processo que possibilita adquirir novos conhecimentos, contestando ou comprovando aqueles já existentes, sendo para isto, fundamental desenhar todo o caminho a seguir, recorrendo a diferentes procedimentos metodológicos nas várias etapas. O processo de investigação científica é considerado o processo mais rigoroso e aceitável para adquirir conhecimentos, devido à sua racionalidade e pela possibilidade de ser corrigido ao longo do seu desenvolvimento (M. Fortin, 1999).

O processo de investigação apresenta três etapas principais que são: a **fase conceptual** relativa à escolha e à formulação do problema de investigação, à revisão da literatura relevante e à indicação dos objetivos e das questões de investigação; a **fase metodológica** correspondente à escolha do desenho de investigação onde são definidos objeto de análise, os métodos de recolha e de análise de dados; e por último, a **fase empírica** alusiva à recolha, análise, interpretação dos dados, relacionando com a fase concetual (M. F. Fortin et al., 2003).

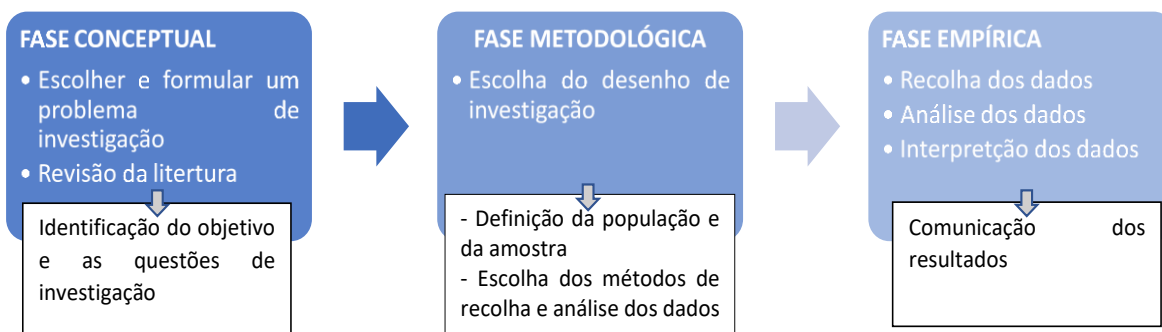


Figura 7: O processo de investigação

Fonte: Fortin et. al (2003)

4.2 Metodologia do estudo de caso

Os planos de investigação podem seguir diferentes perspetivas metodológicas que têm influência nos métodos escolhidos, podendo variar entre métodos de investigação quantitativa e métodos de investigação qualitativa e a sua escolha está relacionada com a questão de investigação. Este trabalho de investigação usou o método de investigação qualitativo pois nas questões de investigação foram usados “que” e “como” característicos de investigações que usam este método (Pinto et al., 2018). O método qualitativo refere que um fenómeno pode ser compreendido no contexto em que se insere através da sua observação, descrição e interpretação devendo ser analisado através da perspetiva das pessoas que nele estão envolvidas, tendo em consideração os seus diferentes pontos de vista relevantes e deste modo, são recolhidos e analisados vários tipos de dados (Godoy, 1995).

Com esta investigação, pretendeu-se compreender o papel do Município de Viseu, quanto ao desenho e implementação de políticas de alimentação e para isto, e devido à especificidade da investigação recorreu-se ao método de estudo de caso. Este método tem como finalidade analisar profundamente um “fenómeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos” (Yin, 2003, p.32). Para além disto, os estudos de caso podem ainda ser divididos em estudos de caso único, se apenas se focam numa unidade ou indivíduo ou múltiplos, se são analisados e comprados várias unidades ou indivíduos

(Ventura, 2007). Dado que pretende-se estudar apenas o papel do Município de Viseu, o estudo de caso é único.

4.2.1 Método de recolha de dados

Um dos métodos de recolha de dados qualitativos adotado foi a entrevista semiestruturada. Estas foram importantes para recolher dados e opiniões de alguns intervenientes no sistema alimentar local no Município de Viseu. A Figura 7 ilustra as etapas seguidas para a realização das entrevistas. Para além disto, foram recolhidos dados secundários, relativos a iniciativas do Município e de atores na área da alimentação sustentável para uma melhor compreensão e análise de todo o panorama, através da análise de documentos oficiais, notícias e no website da Câmara Municipal de Viseu.



Figura 8: O processo de realização de entrevistas

Fonte: elaboração própria

Para a realização das entrevistas recorreu-se à seguinte técnica de amostragem: não probabilística, por conveniência, dado que os sujeitos entrevistados, foram selecionados previamente com base na sua relevância e diversidade. Com o objetivo de identificar potenciais entrevistados realizou-se uma pesquisa alusiva às iniciativas no município de Viseu para perceber que atores estavam mais envolvidos nestas iniciativas, aparecendo frequentemente o Instituto Politécnico de Viseu, nomeadamente a ESAV – Escola Superior Agrária de Viseu. Após analisar que docentes estariam mais dentro da temática, contactou-se que a Professora Cristina Amaro da Costa, Professora Adjunta do Departamento de Ecologia e Agricultura Sustentável, estava envolvida em inúmeros projetos ligados à sustentabilidade alimentar. Outros atores importantes no sistema alimentar local são os próprios produtores, e através da plataforma “Alimente quem o alimenta”, contactou-se 2 produtores do município, um produtor biológico de mirtilos, Guilherme Silva, e uma produtora de uma grande variedade de produtos, Cristina Silva. Para além disto, tentou-se

perceber qual a figura institucional que dentro da Câmara Municipal de Viseu (CMV) seria mais adequada para uma entrevista nesta temática e deste modo, contactou-se o Senhor Vereador Engenheiro João Paulo Gouveia, que desempenha competências nas seguintes temáticas: Desenvolvimento Rural, Mobilidade, Ordenamento do Território e ainda com pelouros das Freguesias.

Os convites foram feitos por endereço eletrónico na data 7 de outubro de 2020 e todos os convidados acederam à realização da entrevista. As entrevistas à professora Cristina Amaro e aos dois produtores foram realizadas no dia 11 de novembro e a do senhor Vereador no dia 19 de novembro. Todas as entrevistas foram realizadas presencialmente no local de trabalho dos entrevistados, com a exceção do produtor Guilherme Silva, onde a entrevista foi realizada num café no centro da cidade. A duração média das entrevistas foi de 30 minutos.

Foram preparados 3 guiões de entrevista diferentes para as entrevistas consoante o papel de cada entrevistado no sistema alimentar. Estes guiões tiveram por base a revisão da literatura efetuada sobre a temática. O guião para o Senhor Vereador da CMV dividiu-se em três partes: 1) compromisso político com a alimentação sustentável; 2) desenvolvimento de iniciativas/medidas e instrumentos que influenciam o sistema alimentar local 3) desafios para a sustentabilidade do sistema alimentar local. A primeira parte, constituída apenas 1 pergunta relativa ao compromisso político para com uma alimentação saudável e sustentável, procurou introduzir o tema e enquadrá-lo nas preocupações do município. A segunda parte, constituída por dez questões engloba instrumentos/medidas que os municípios podem usar para promover um sistema alimentar local para perceber o trabalho desempenhado pelo município no seguintes pontos: promoção de alimentos locais e da Dieta Mediterrânea, identificação/avaliação dos hábitos alimentares da população; desenvolvimento de campanhas de sensibilização para a sustentabilidade alimentar, recolha de dados/informação sobre as cadeias alimentares e o seu impacto; redução do desperdício alimentar; articulação com a sustentabilidade alimentar nos instrumentos de planeamento territorial; departamento/equipa responsável pela alimentação do município; incorporação de sustentabilidade alimentar nas compras

públicas; criação de emprego e rendimento no setor da alimentação; criação de mecanismos de participação e de envolvimento de vários atores locais. A terceira parte constituída pela questão final, quis perceber quais os principais desafios que os próximos passos na sustentabilidade alimentar local no município.

O segundo guião para a Professora Cristina Amaro da Costa, dividiu-se em três partes: 1) evolução das preocupações com as questões alimentares 2) contributo do IPV em vários pontos para a sustentabilidade do sistema alimentar local 3) recomendações para os decisores políticos. A primeira parte, é constituída apenas por uma questão introdutória, relativa à evolução das preocupações com as questões alimentares em Viseu e os seus principais desafios. A segunda parte, relativa aos contributos do IPV nas seguintes questões: contribuição para um sistema alimentar sustentável; promoção de práticas agrícolas inclusivas e sustentáveis; adaptação do município às alterações climáticas; redução do desperdício alimentar; partilha de conhecimento e formação com os atores interessados; ações de sensibilização para a sustentabilidade alimentar e por último, o desenvolvimento de redes. A terceira parte, constituída pela questão final, é relativa às recomendações para os decisores políticos promoverem um sistema alimentar local sustentável.

O terceiro guião para os dois produtores foi também dividido em três partes: 1) contextualização do negócio 2) mecanismos para tornar o negócio sustentável 3) recomendações para os decisores políticos. A primeira parte, constituída pela questão introdutória, tem como objetivo perceber o surgimento do negócio e a sua evolução até à atualidade. A segunda parte, correspondente a mecanismos para tornar o negócio na área agrícola sustentável, aborda os seguintes pontos: obtenção de conhecimento/experiência junto do município; uso de fontes de financiamento; origem do terreno agrícola; preocupação com práticas sustentáveis; redução do desperdício alimentar; aproximação aos consumidores locais; apoios do município aos produtores; participação em sessões públicas. Por fim, a última parte, com uma questão final é relativa às recomendações para os decisores políticos tornarem a agricultura local mais sustentável.

Tendo em consideração os princípios éticos associados à investigação nas ciências sociais foi redigido um consentimento esclarecido e livre (Anexo), que foi assinado por todos os entrevistados antes da realização das entrevistas. Todas as entrevistas foram gravadas, com consentimento dos entrevistados, para possibilitar uma transcrição e melhor análise do conteúdo. Posteriormente, construiu-se uma tabela de análise com os pontos mais relevantes de cada resposta, com o intuito de facilitar a sua análise. No próximo Capítulo relativo à análise e discussão de dados, os resultados das entrevistas estarão expostos.

4.3 Caracterização do município de Viseu

As origens de Viseu remontam à época castreja e deste modo, refletem nos seus monumentos, arqueologia as várias gerações que foram passando até à atualidade. Desde o tempo de D. Afonso Henriques que Viseu desempenha um papel fundamental como um local importante de ponto de vista estratégico e também comercial (Center of Portugal, 2019). Atualmente, o Município de Viseu, é um dos maiores municípios da região da região centro e também do país, ocupando a 52ª posição em 308 municípios, com uma área total de 507,10 km². Integra a Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões, juntamente com mais 13 municípios (CIMVDL, 2020), ocupando 15,66% dessa área, sendo o município que ocupa mais área, segundo dados do PORDATA.



Figura 9: Freguesias do Município de Viseu

Fonte: <https://www.cm-viseu.pt/index.php/institucional/freguesias/freg-viseu>

A população no município de Viseu, segundo os últimos dados do INE é de 97 120 habitantes, registando um aumento de 3,64% da população, comparando o valor da população nos Censos de 2011 (Pordata, 2020). Da população residente no município, 13,5% têm idade compreendida entre os 0-14 anos, 65,3% idade compreendida entre os 15-64 anos e por último, 21,2% da população tem 65 ou mais anos. Deste modo, é possível constatar que o número de idosos é superior ao número de jovens, verificando-se uma tendência de envelhecimento comum ao resto do país, com o índice de envelhecimento de 157,2 (Pordata, 2020). Para além disto, a maioria da população residente habita em freguesias urbanas e periurbanas, nomeadamente nas seguintes (segundo os censos de 2011): Abraveses, Rio de Loba, Campo, Ranhados, S. João de Lourosa e por último, a freguesia de Viseu (INE, 2011).

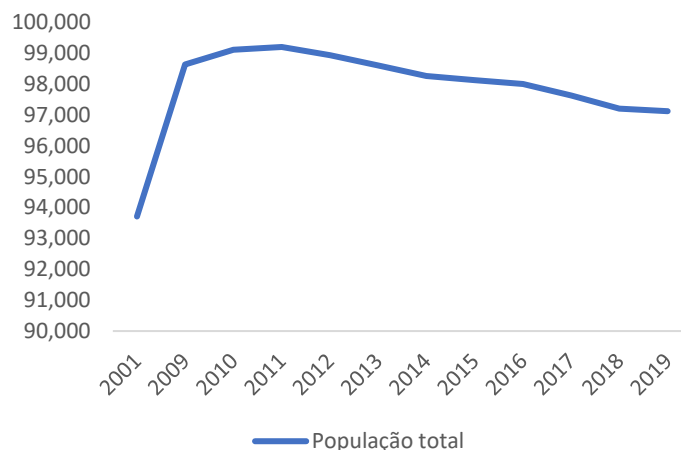


Gráfico 11: população residente no MV

Fonte: elaboração própria baseado em dados do PORDATA

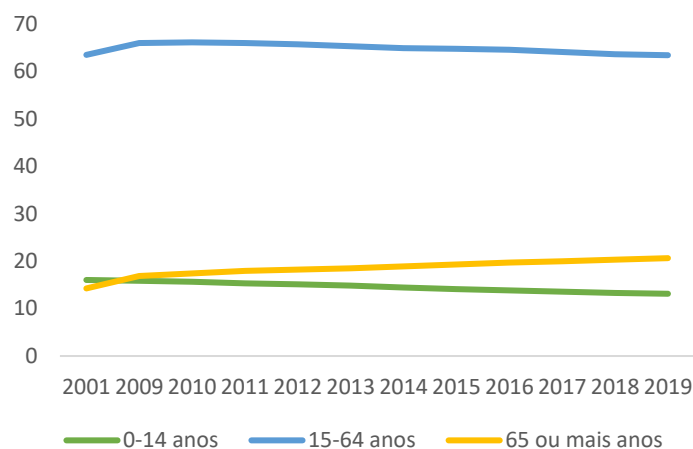


Gráfico 12: população residente no MV por grupos etários

Fonte: elaboração própria baseada em dados do PORDATA

Relativamente ao setor económico, os dados mais recentes relativos ao ano de 2011 apontam para um pequeno aumento da população empregada no município. Neste ano, 77,36% da população trabalhava no setor secundário, 20,87% no setor secundário e por último, apenas 1,77% da população trabalhava no setor primário. No entanto, quando comparamos o ano de 2001 para o ano de 2011, no setor primário verificou-se uma grande redução de pessoas empregadas, ao contrário do setor terciário onde houve um aumento.

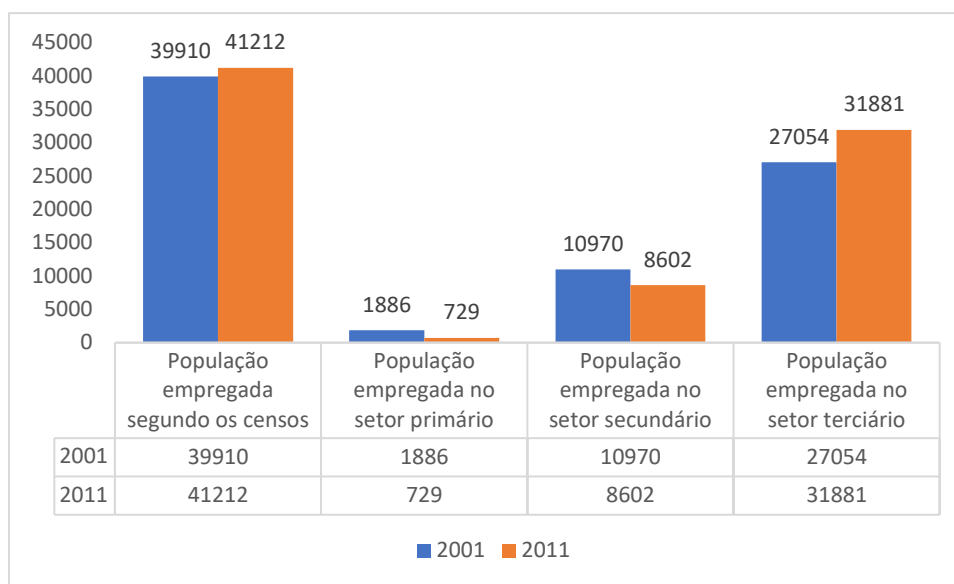


Gráfico 13: população empregada no MV por setor de atividade

Fonte: elaboração própria baseada em dados do PORDATA

Ao longo dos anos a cidade de Viseu tem sido destacada por ser:

- A melhor cidade para se viver em 2007 e 2011 pela DECO devido aos seguintes fatores: passeios limpos, bons espaços verdes e ciclovias, o melhor sistema viário. Internacionalmente fica em décimo lugar, com a melhor avaliação quando nos referimos ao comércio e serviços devido aos seus restaurantes, supermercados e centros comerciais e ainda coordenação entre os diferentes serviços municipais (Cunha, 2019)
- Melhor concelho para ser feliz segundo o estudo da associação “Escolha do Consumidor”: qualidade de vida para ser saudável, segurança, compra de moradia, limpeza dos espaços públicos e melhor para os idosos “ (CMV, 2018b)
- 2017, Ano Oficial para Visitar Viseu campanha do município e a Viseu Marca (CMV, 2017)
- “Viseu, Cidade Europeia do Folclore 2018” pelo Festival Europeade (CMV, 2018a)
- “Destino Nacional de Gastronomia” em 2019 (CMV, 2019)

4.3.1 Iniciativas promovidas pelo município para uma alimentação saudável e sustentável

Da pesquisa em documentos oficiais, notícias e no website da Câmara Municipal de Viseu, foram encontradas as seguintes iniciativas ordenadas por ano de implementação com os seus objetivos, público-alvo, resultados e atores envolvidos (Tabela 5).

Tabela 5: Iniciativas desenvolvidas pelo município

Iniciativa	Objetivos	Público alvo	Resultados	Atores
Refeições escolares (2009-atualidade)	Fornecer uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades dos estudantes. As refeições são asseguradas pelo município e uma empresa especializada supervisiona a segurança	Escolas e Jardins do Concelho	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação do Regime da Fruta Escolar (RFE) no ano de 2009 onde é fornecido duas vezes por semana uma peça de fruta. Programa Lanches Escolares no ano de 2013 para os alunos do 1º ciclo com o seguinte lanche: pão de mistura, iogurte, bolacha maria, gelatina, manteiga ou compota Investimento de um valor superior a 1,2 milhões de euros no início de 2020 para chegar a 3100 alunos. 	Município; Empresas; Escolas
Congresso sobre agricultura familiar (20 e 21/06/2014)	Trazer até à cidade de Viseu um evento de referência para celebrar o Ano Internacional da Agricultura Familiar com um programa para a comunidade com especialistas e testemunhos relacionados com a agricultura familiar.	população do concelho	<ul style="list-style-type: none"> 20/06 – Programa com diversos especialistas e testemunhos que debateram a relevância socioeconómica e ambiental da agricultura familiar, as suas oportunidades e desafios assim como apoios ao financiamento e legislação. 21/06- Dinamização e valorização dos produtos regionais através de provas, vendas e promoção num dos mercados municipais 	<i>Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva;</i> <i>Associação de Criadores de Gado da Beira Alta;</i> <i>Comissão Vitivinícola Regional do Dão;</i> FELBA – Promoção das Frutas e Legumes da Beira Alta, A.C.E.; <i>Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas;</i> <i>IPV - Instituto Superior Politécnico de Viseu;</i> <i>ESAV - Escola Superior Agrária de Viseu;</i> <i>União de freguesias da cidade;</i> <i>DRAPC - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro</i>
Gabinete de apoio ao agricultor	Localizado no Mercado municipal pretende fornecer aconselhamento aos agricultores da região, nas candidaturas a	Agricultores da região		Confederação de Agricultores de Portugal e a Associação de Gado da Beira Alta

(2014- atualidade)	fontes de financiamento como fundos comunitários e incentivar o empreendedorismo rural na região e noutra vertente tornar este espaço mais frequentado.			
Programa VISEU RURAL (2015-2025)	Criar uma estratégia integrada durante dez anos voltada para o desenvolvimento da produtividade e competitividade dos setores agroalimentar, florestal e turístico com intuito de aumentar os rendimentos das populações que se dedicam a estas áreas e melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais promovendo as aldeias enquanto comunidades empreendedoras.	populações locais; produtores; associações; educadores; crianças e jovens.	<ul style="list-style-type: none"> • Academia Dão Petriz: criada com o objetivo de sensibilizar/educar os jovens para a importância dos sistemas agroalimentares com programas formativos onde puderam experienciar o trabalho do agricultor, repórter e investigador em algumas quintas do concelho. Foram realizadas 5 atividades repartidas ao longo das férias escolares: Desenvolvimento Vegetativo 1 e 2; Vindima; Processo de vinificação e poda, A primeira e única edição foi em 2015 com a duração de 1 ano. • Incubadora rural que fornece apoio a candidaturas relacionadas com incentivos nacionais e comunitária e mentoring. • Hortas comunitárias com 2 edições em 2015 e 2017 para incentivar a prática agrícola sustentável, promoção de uma alimentação mais sustentável e consciencialização da comunidade para práticas de sustentabilidade ambiental 	Estação Agrária; Comissão Vitivinícola Regional do Dão; Escola Superior Agrária de Viseu; outras entidades do setor agrícola
VISEU MARCA (2016- atualidade)	Criação da associação de marketing territorial com o intuito de promover e valorizar a região e os seus atributos turísticos contribuindo para o crescimento sustentável de Viseu enquanto marca territorial	Comunidade local e regional, visitantes, turistas, empresas patrocinadoras e potenciais	<ul style="list-style-type: none"> • Eventos enoturísticos: Tons da Primavera, com o festival de street art; Festa das Vindimas, com o festival gastronómico "Viseu Estrela à Mesa; Vinhos de Inverno, com o festival literário "Tinto no Branco". 	Airv - associação empresarial da região de viseu; ACDV - Associação Comercial do Distrito de Viseu

	e destino turístico de excelência realizando ainda eventos culturais de grande dimensão.	investidores locais.	<ul style="list-style-type: none"> • Campanhas de Marketing Territorial: 2017 - Ano Oficial para Visitar Viseu; 2018 - Viseu, Cidade Europeia do Folclore; 2019 - Viseu, Destino Nacional de Gastronomia; 2020 - Luz, Câmara, Ação. Viseu, Destino de Cinema e Fotografia 	
WISEU 2019, Destino Nacional de Gastronomia	Valorizar a cultura, o património e a economia dos produtos locais com a promoção e a animação turística.	Comunidade local e regional e todo o mercado nacional e ibérico	<ul style="list-style-type: none"> • “WISEU SABE BEM”: primeiro evento de comida saudável do município que se transformou num festival de 3 dias com espetáculos e concertos, showcooking com chefes, workshops e ainda demonstração de produtos biológicos, vegetarianos e vegan e a promoção de práticas de saúde e bem-estar saudáveis. • Plano de Formação Viseu Sabe Bem: cursos direcionados aos profissionais de turismo, hotelaria e restauração e também ao público-geral com formações sobre gastronomia da região, e serviços de restauração, práticas de atendimento e elaboração de ementas. • Participação pela primeira vez na Feira Internacional de Turismo de Madrid (FITUR) com uma amostra da gastronomia regional 	Modelo de gestão e execução participado e partilhado: Município de Viseu, e Viseu Marca, com o apoio da Entidade Regional de Turismo do Centro. AHRESP - Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, Associação Comercial do Distrito de Viseu, Associação Empresarial da Região de Viseu Escolas Superiores e Profissionais. Comissão Vitivinícola Regional do Dão (CVR Dão) CELLF - Centro de Línguas e Formação
WISEU AJUDA 2020	Criação de uma linha municipal de apoio (durante a pandemia COVID-19) para auxiliar as pessoas do concelho, em situações de vulnerabilidade social, isolamento, carenciadas, que necessitavam de apoio a adquirir um bens e serviços	pessoas do concelho em situações de vulnerabilidade social, isolamento e carenciadas	<ul style="list-style-type: none"> • Entre 23 de Março e 22 de junho foram registadas 1449 ocorrências e foram apoiadas 805 famílias, sendo que 367 tinham filhos menores e 140 famílias tinham seniores. Das ocorrências 1163 estavam relacionadas com supermercado, 195 com medicamentos, 30 com 	

	básicos como medicamentos e compras de supermercado		refeições, 6 com recolha do lixo, 4 com reparações. <ul style="list-style-type: none"> • As freguesias urbanas e periurbanas foram as principais beneficiárias da linha de emergência social. 	
VEU INVESTE+ (2020)	Tentar minimizar os impactos no setor económico da pandemia através de um programa com 34 medidas com o intuito de fomentar a competitividade da economia local e ainda a manutenção do emprego em Viseu em que o pequeno comércio, as micro, pequenas e médias empresas e os restaurantes recebem maiores apoios.	população do concelho	<ul style="list-style-type: none"> • Isenção de pagamento de taxas para os comerciantes que vendam os seus produtos na Feira Semanal até ao mês de setembro e ainda isenção no pagamento das faturas da água e do saneamento ao comércio e serviços que fecharam entre os meses de confinamento • Lançamento de um programa em parceria com os CTT para vendas online e à distância do comércio local do comércio local, do mercado municipal e dos produtores diretos denominado Viseu Compr'Aqui para promover estes produtos aos consumidores • Investimento em iniciativas inclusivas para promover a atividade física e aumentar hábitos de vida saudáveis 	
VEU 2030 (2020-2030)	Promoção da participação cívica no planeamento estratégico da cidade através de um fórum de reflexão onde são debatidas políticas públicas locais, regionais e nacionais para definir propostas e ideias para posteriormente serem apresentadas no PORTUGAL 2030, com o Plano de Ação VISEU 2030. Este fórum durante 1 ano irá realizar vários workshops temáticos onde serão	população do concelho	<ul style="list-style-type: none"> • Workshop “Educação e Formação ao longo da vida” (18/02/2020) • Workshop “Coesão territorial, desenvolvimento económico e atração de investimento empresarial” (5/11/2020) • Workshop “Agricultura, desenvolvimento rural, coesão e floresta” (24/11/2020) 	

	identificadas prioridades, propostas de políticas públicas, instrumentos ou iniciativas para o futuro.			
V21 RURAL <i>Inserido no programa VISEU RURAL</i> (2020-2021)	Auxiliar pessoas empreendedoras a desenvolver um negócio rural com instrumentos necessários à criação do seu negócio, nas áreas de: produção agrícola, florestal e pecuária; venda e embalagem de produtos agroalimentares, atividades de base tecnológica relacionadas com o setor e serviços como artesanato, turismo rural, consultadoria, etc. Este programa de capacitação está dividido em três etapas: Oficina do Empreendedor (7 dias); Elaboração do Plano de Negócios (3 meses); Cooperação e Estágio (6 meses).	Promotores de ideias de negócios e empresários que ambicionem desenvolver negócios de base rural.	<ul style="list-style-type: none"> • 1ª fase “Oficina do Empreendedor” de 14 a 25 de setembro com sessões de capacitação com especialistas e visita de campo a empresas bem-sucedidas. • 2ª fase “Elaboração do Plano de negócios” começou a 27 de outubro onde os promotores vão receber apoio para a estruturação de um plano de negócios de base rural realista, parametrizável e inteligível, apto para implementar e financiar o negócio, onde no final serão escolhidas as 15 melhores propostas. 	Iniciativa promovida pela VISSAIUM XXI. Associação para o desenvolvimento de Viseu em parceria com o município RURIS
Campanha “Escolha bem, escolha local” (27/11/2020 a 6/1/2021)	Promover a consciência social, económica e cultural na quadra natalícia, aumentar o consumo do comércio e restauração local e frequência de espaços culturais seguros	população do concelho	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamização do Mercado 2 de Maio para receber 18 comerciantes para venderem produtos da época • Extensão do mercado de natal com ofertas de artesanato tradicional e urbano, gastronomia e vinhos • programação cultural com eventos em formato live streaming. 	ACDV - Associação Cultural do Distrito de Viseu; AHRESP - Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal
VISEU ENTREGA (2020)	Serviço gratuito que entrega refeições compradas pelos consumidores aos restaurantes locais por intermédio dos táxis do concelho durante o confinamento e pretende estimular a atividade económica,	restaurantes locais; taxistas do concelho e população	Entrega de refeições dos restaurantes locais através dos taxistas durante o confinamento nas 25 freguesias do concelho.	AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal ANTRAL - Associação Nacional dos Transportes Rodoviários em Automóveis Ligeiros

	o emprego local, o serviço dos táxis do concelho e por fim, dar apoio à qualidade de vida da população neste período.			
--	---	--	--	--

Fonte: CMV (2014a; 2014b; 2015; 2019; 2020 a; 2020b; 2020c; 2020d; 2020e); VISEU MARCA (2016); VISEU EDUCA (2020); Estação Diária (2020)

As iniciativas referidas nesta tabela permitem tirar algumas conclusões. Desde logo, podemos considerar que, apenas recentemente, o Município de Viseu tem desenvolvido iniciativas neste tema e de forma mais regular a partir do ano de 2019. Destas iniciativas, a maioria é pontual, ou seja, apenas se realiza uma vez ou tem uma curta duração, porém aquelas que têm uma duração maior são as seguintes: o fornecimento das refeições escolares (2009-atualidade), a criação de apoio ao agricultor (2014-atualidade), programa WISEU RURAL (2021-2025), WISEU 2030 (2020-2030), V21 Rural (2020-2021), entre outros.

De uma forma geral, as iniciativas destinam-se aos munícipes em geral, porém algumas têm um público-alvo mais específico como o Gabinete de Apoio ao Agricultor que privilegia os agricultores da região ou então por exemplo, a linha WISEU AJUDA, criada para auxiliar pessoas em situações de vulnerabilidade social, carenciadas ou em isolamento devido à pandemia de COVID-19.

Para além disto, das iniciativas que implementa envolve vários atores da região, sendo algo sem dúvida a destacar, e destes atores alguns vão sendo recorrentes nas várias iniciativas (ESAV – Escola Superior Agrária de Viseu; Comissão Vitivinícola Regional do Dão; AHRESP – Associação a Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal), mas ocasionalmente aparecem novos atores (Confederação de Agricultores de Portugal e a Associação de Gado da Beira Alta; ANTRAL – Associação Nacional dos Transportes Rodoviários em Automóveis Ligeiros).

No entanto, apesar de terem sido identificadas 12 iniciativas, estas não têm como objetivo final transformar de uma forma integrada o sistema alimentar local mais sustentável ou tornar a alimentação no município mais sustentável. Apenas no programa WISEU Rural é que podemos encontrar este objetivo subentendido. Na sua maioria, estas iniciativas têm como objetivo incentivar e promover o consumo de produtos locais, como o *WISEU 2019, Destino Nacional de Gastronomia* e a campanha *“Escolha bem, escolha local”*.

Por fim, com este Capítulo introduzimos a metodologia do estudo de caso, e de que forma esta investigação foi conduzida, assim como uma introdução do município de Viseu com alguns dados estatísticos, terminando com uma tabela que resume as iniciativas que

têm sido desenvolvidas. No próximo capítulo, iremos fazer a análise dos dados primários recolhidos do estudo de caso e fazer uma discussão dos principais resultados.

Capítulo 5. Análise do estudo de caso

Neste Capítulo, relativo à discussão do estudo de caso, iremos numa primeira parte proceder à interpretação das entrevistas realizadas e na segunda parte, realizar a discussão de todos os dados recolhidos recorrendo ao modelo conceptual que está presente no Capítulo 3. Com este capítulo 5, pretende-se identificar que dimensões de políticas têm tido menos intervenções por parte do Município de Viseu, que instrumentos têm sido utilizados, e por fim, que recomendações podem ser feitas a este Município.

5.1.1 A posição do Município para com sistemas alimentares sustentáveis

O Município de Viseu, como vimos, tem implementado um conjunto de iniciativas na área da alimentação, nos últimos anos, sendo que a sua maioria são iniciativas pontuais e não a médio-longo prazo. Através da realização de um conjunto de entrevistas foi possível fazer uma análise da posição do Município para com sistemas alimentares sustentáveis, através da compreensão dos seguintes aspetos chaves: compromisso político para uma alimentação saudável e sustentável, existência de uma política de alimentação articulada, promoção do acesso a alimentos locais e frescos, com especial atenção a indivíduos em situações de risco; gestão de informação relacionadas com a cadeia alimentar e os seus impactos; redução do desperdício alimentar e gestão eficiente dos resíduos provenientes do sistema alimentar; articulação com a sustentabilidade alimentar nos instrumentos de planeamento territorial; compras públicas sustentáveis na alimentação; criação de emprego/rendimentos/apoios no setor da alimentação e a promoção da inovação, investigação e evolução agroalimentar sustentável; mecanismos de participação e envolvimento de atores locais; apoio técnico no desenvolvimento de políticas; fatores que têm dificultado a implementação de políticas de alimentação e os próximos passos no caminho da sustentabilidade do sistema alimentar local.

5.1.2 Compromisso político para uma alimentação saudável e sustentável

Os entrevistados referiram que a Câmara de Viseu não tem considerado como importante um compromisso político especificamente direcionado para a alimentação sustentável no município. Segundo o Vereador, apenas tem criado alguns mecanismos para induzir uma alimentação mais saudável. De facto, constata-se que o Município não é signatário do Pacto do Milão, nem destaca a área da alimentação na sua estrutura orgânica ou tem um plano local especificamente sobre o tema. Deste modo, os principais desafios para mudar este paradigma, segundo a Professora Cristina Amaro, passam sobretudo por conseguir captar a atenção da CMV para a importância que este tema tem e apostar na formação das próximas gerações. Seria claramente importante associar a um forte compromisso político, a alocação de fundos para promover sistemas produtivos mais sustentáveis, nomeadamente para reforçar o empreendedorismo rural e a produção local de alimentos mais saudáveis:

“o município de Viseu não tem responsabilidades diretas naquilo que é a alimentação das pessoas. No entanto, podemos criar metodologias indutoras que possam de alguma forma induzir a que as pessoas possam ter uma alimentação mais saudável.” (Senhor Vereador)

5.1.3 Existência de uma política de alimentação articulada

Neste âmbito, interessava-nos avaliar não só a existência de uma política de alimentação específica na CMV, como compreender até que ponto ela se articulava com outras políticas ou áreas e de que forma era consubstanciada em instrumentos diversos e financiamento próprio, nomeadamente recursos humanos especificamente alocados a esta política. Pelo que pudemos perceber pela entrevista ao Senhor Vereador, a CMV não tem uma política direcionada especificamente para a alimentação, nem existe na CMV um departamento específico ou recursos humanos dedicados a esta área. No entanto, a CMV vai promovendo questões associadas à alimentação quer na política de ordenamento do território, política rural (com foco na coesão territorial) e política de infraestruturização do Município (como

água, esgotos). De facto, podemos perceber que a alimentação aparece no PDM, através de espaços agrícolas reservados para a produção de alimentos no solo rural, não aparecendo no solo urbanizado.

5.1.4 Sustentabilidade alimentar nos instrumentos de planeamento territorial

Neste ponto, pretendia-se avaliar se nos instrumentos de planeamento territorial eram incorporadas questões relativas com a sustentabilidade alimentar, nomeadamente através de espaços definidos para a produção de alimentos, a existência de infraestruturas comunitárias e a gestão de água e dos solos para facilitar a produção de alimentos. Pela entrevista ao Senhor Vereador este referiu que dispõem de REN (Reserva ecológica nacional), RAN (reserva agrícola nacional) e áreas de produção, onde são definidas áreas propensas à agricultura impedindo que haja construção nestes terrenos. Existem hortas urbanas comunitárias e pedagógicas no Município para as famílias produzirem os seus alimentos, que segundo os dados recolhidos, apenas tiveram duas edições inseridas no programa VISEU RURAL.

5.1.5 Gestão de informação relacionada com a cadeia alimentar e os seus impactos

A gestão de informação relacionada com a cadeia alimentar e os seus impactos permite-nos perceber o impacto ambiental, social e económico das várias etapas da cadeia. Estes impactos devem ser monitorizados e avaliados, para que os consumidores aumentem o seu conhecimento sobre o impacto dos seus padrões de consumo. Quando questionado sobre esta gestão de informação, o Senhor Vereador referiu que realizam estudos de forma indireta para conhecer e avaliar os hábitos alimentares da população, mas apenas em 2 faixas da população. A população estudantil avaliada pelo programa Viseu Educa e os seniores com a Atividade Sénior onde são avaliados e monitorizados vários indicadores como o estado psicológico, físico e os hábitos alimentares em parceria com as três escolas do universo politécnico. No entanto, não pretendem fazer estudos a toda a população

relativamente aos hábitos alimentares dado que não faz parte das competências da Câmara.

“Uma coisa é a sensação que temos e outra é estudar e nós para já não estamos a pensar porque não é bem a atribuição de competências de uma Câmara Municipal.” (Senhor Vereador)

Relativamente a dados recolhidos sobre a produção alimentar, cadeias de consumo e atividades relacionadas com a alimentação, têm apenas uma noção daquilo que é produzido localmente e tentam fomentar cadeias curtas de comercialização.

“E também sabemos mais ou menos aquilo que é produzido nas nossas freguesias (...) tentamos que esses produtos sejam vendidos nas proximidades, mas o mercado é livre, não podemos ser nós a propor nem a obrigar, induzimos que sejam vendidos do ponto de vista local, fomentando feiras nas próprias freguesias. (Senhor Vereador)”

Esta monitorização dos impactos e o mapeamento dos fluxos alimentares é um dos objetivos do programa VISEU RURAL, que ainda não foi efetivamente cumprido.

5.1.6 Promoção do acesso a alimentos locais e frescos, com especial atenção a indivíduos em situações de risco

Através da dinamização dos mercados locais, fazem chegar produtos frescos a todos os munícipes apoiando a cultura alimentar local. E para aqueles que se encontram em situações de risco e não conseguem obter bens de primeira necessidade existem vários apoios através de uma política de ação social. Atualmente em contexto de pandemia, juntamente com a equipa de ação social e de nutrição, com a linha Viseu Ajuda, disponibilizou-se um cabaz social para famílias com carências económicas onde tentam induzir o maior número possível de produtos locais. Nas férias, mantêm algumas cantinas abertas para servir refeições aos alunos das escolas e do ensino superior. Para além disso, no Natal são identificadas em cada uma das 25 freguesias, as famílias mais carenciadas

fazendo chegar um cabaz que promove a dieta mediterrânica (como azeite, bacalhau e bolo rei), sendo distribuídos cerca de 700 cabazes.

Por outro lado, na perspetiva dos dois produtores entrevistados, existe uma grande diferença na forma como se aproximam dos seus consumidores, uma vez que, o produtor Guilherme Silva vende os seus produtos para uma organização de produtores não havendo contacto direto com os consumidores. Já a produtora Cristina Silva aproxima-se aos seus consumidores através da sua loja e publicidade no Facebook. Recentemente, com uma iniciativa promovida pelo Município e com os CTT, designada CTT comércio local, vendem um cabaz de frescos entregue no próprio dia.

5.1.7 Redução do desperdício alimentar e gestão eficiente dos resíduos provenientes do setor alimentar

Como já foi referido anteriormente, existe um grande desperdício alimentar no país, o que faz com que os recursos que foram usados para produzir alimentos são desperdiçados. Os Municípios podem intervir neste aspeto através de planos de redução do desperdício de alimentos, por exemplo nas escolas ou IPSS e podem ainda intervir na gestão de resíduos através da sua recolha e compostagem de resíduos orgânicos domésticos. Mudando a perspetiva para a etapa final das cadeias alimentares, o Senhor Vereador mencionou que não é promovida a redução do desperdício alimentar, nem iniciativas relativas à gestão dos resíduos no setor alimentar. Só têm a preocupação por uma gestão adequada da dose de alimentos no prato das crianças, para evitar o desperdício nas escolas.

“No que respeita a esse conjunto de situações não temos atribuições nessa matéria”. (Senhor Vereador)

Por outro lado, a Professora Cristina Amaro refere que é possível, através da educação, desenvolver um conjunto de iniciativas educativas para ensinar a população a fazer uma gestão dos alimentos que consume e desperdiça. Viseu está bem organizado do ponto de vista da gestão dos resíduos de casa, mas seria importante colmatar a falta de

direcionamento dos resíduos orgânicos para compostagem, sendo interessante a criação de centros de compostagem.

5.1.8 Compras públicas sustentáveis na alimentação

Os municípios enquanto órgãos públicos têm de realizar compras públicas inerentes à sua capacidade administrativa e governamental e neste aspeto, podem incorporar práticas sustentáveis através do seguinte: compra de alimentos mais saudáveis, inclusão e valorização de critérios ambientais nos processos de contratação com certificação ambiental, biológica ou produzidos localmente. Em relação a compras públicas, o Município incorpora nos seus cadernos de encargos preocupações com a sustentabilidade ambiental na área da alimentação através da integração de produtos regionais e produtos com denominação protegida ou com indicações de proveniência regulamentada.

“Incorpora produtos regionais e incorpora também muitas vezes produtos com denominação de origem protegida ou com indicações de proveniência regulamentada que possam e alguma forma garantir que a pegada ecológica e de produção local pode ser localmente consumida.” (Senhor Vereador)

5.1.9 Criação de emprego/rendimentos/apoios no setor da alimentação e a promoção da inovação, investigação e evolução agroalimentar sustentável

Neste ponto pretende-se perceber se é promovida a criação de emprego no setor da alimentação e se existem incentivos para a produção de alimentos em modo biológico ou inovação agroalimentar. Com o intuito de contribuir para a criação de emprego e rendimentos no setor da alimentação, foi criado o programa Viseu Rural, o primeiro programa pioneiro com incubadoras de base rural, onde empresas do setor primário, e não só, se podem instalar no concelho. Podem usufruir de um espaço de networking, reuniões, formações de jovens agricultores realização de um plano de negócio, apoio em como aceder a fundos comunitários, criação de pequenas e grandes empresas de base rural ligadas ao

meio rural e à agricultura. Para além desta vertente, tem nas suas componentes a criação de hortas comunitárias e pedagógicas para auxiliar a economia familiar.

A iniciativa das hortas comunitárias e pedagógicas está integrada no programa VISEU RURAL e apresenta 30 talhões disponíveis para cultivo, na Quinta da Cruz, onde os munícipes podem participar através de uma candidatura a um concurso, havendo prioridade a famílias carenciadas, numerosas e ainda instituições de solidariedade social. Os candidatos a que tiverem sido atribuídos talhões, podem durante 2 anos, cultivar produtos hortícolas, e além disto, recebem ainda formação e mentoria de alunos e professores da ESAV – Escola Superior Agrária de Viseu.

Relativamente a apoios que a Câmara Municipal oferece, um dos produtores afirma não conhecer nenhum e refere que os que teve foi da Estação Agrária de Viseu, com a cedência de material para ajudar na produção. O outro produtor refere que para promover os seus produtos durante a pandemia covid-19 usufruiu da iniciativa Viseu Compr' Aqui, uma parceria com os CTT para aproximar os produtores dos consumidores.

Por outro lado, no que diz respeito a fontes de financiamento, os dois produtores recorreram a fontes como o PDR2020 ou o COMÉRCIO INVESTE, para iniciar produção ou fazer a loja no centro da cidade e criação de um site online.

5.1.10 Mecanismos de participação e envolvimento de atores locais

Relativamente a este ponto, interessa perceber se de facto o município desenvolve mecanismos para que todos os interessados possam envolver-se no desenvolvimento de políticas de alimentação e manifestar a sua opinião, através de espaços criados para este efeito. O município tenta ter uma governação participativa e fomentar a aproximação dos cidadãos às estruturas institucionais, mas as iniciativas que desenvolve não são no âmbito da alimentação sustentável. As iniciativas referidas são conversas informais com o presidente da câmara sobre um tema à escolha do munícipe, dinamização do orçamento

participativo no concelho e tentam sobretudo envolver vários atores através das suas feiras e mercados locais.

Relativamente às conversas informais, foram encontradas 2 iniciativas: “Diálogos – À Conversa com Almeida Henriques” e “O Presidente Responde”. A primeira apenas se realizou uma vez no dia 15 de junho de 2020, onde o Presidente da Câmara de Viseu fez um direto transmitido no Facebook para esclarecer aos munícipes do plano de resposta à pandemia COVID-19 e estes podiam colocar respostas ao Presidente na caixa de comentários do direto (Notícias de Viseu, 2020). A segunda iniciativa – “O Presidente Responde”, é uma rúbrica que acontece mensalmente e a primeira aconteceu no dia 22 de outubro nas redes sociais do Município, com o intuito de aproximar o Municípios aos habitantes (CMV, 2020a). Nesta rubrica, os visienses colocam questões ao Presidente e estas devem ser enviadas para o e-mail da presidência e posteriormente, num vídeo de aproximadamente 30 minutos o Presidente responde às questões colocadas.

No que diz respeito ao orçamento participativo, este já realizou 4 edições em Viseu, sendo a primeira edição dinamizada no ano de 2014. Desde esta data, têm sido realizadas inovações nas edições e a última edição realizada em 2018/2019 contou com um orçamento de 300 mil euros, repartidos por 2 linhas distintas. Deste orçamento 250 mil euros foram dedicados à linha Bairros de Viseu e 50 mil euros dedicados ao Orçamento Participativo Escolar Jovem, que começou em 2016 para alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino no total de 13 escolas, que querem desenvolver projetos nas suas comunidades escolares (CMV, 2018c). Desde a primeira edição que já foram aprovados 14 projetos, porém nenhum projeto estava relacionado com a alimentação. Para além disto, foram apresentados 78 projetos que não foram aceites e destes, três estavam relacionados com a alimentação, dois eram relativos a fornos comunitários promovendo a interação das diferentes gerações, onde a geração mais idosa poderia transmitir conhecimentos à geração mais nova, e a outra proposta era relativa a Bairros Municipais Amigos do Ambiente com a proposta de um bairro, com condições de fazer reciclagem 100% e uma gestão de todos os resíduos.

Nenhum dos produtores tem conhecimento de iniciativas promovidas pelo município de participação. Ambos participaram em iniciativas e palestras promovidas por outras entidades e outros municípios.

5.1.11 Fatores que têm dificultado a implementação de políticas de alimentação e próximos passos no caminho da sustentabilidade do sistema alimentar local

Para finalizar, relativamente aos próximos passos que a Câmara Municipal pode seguir, o Senhor Vereador, referiu que gostariam de desenvolver campanhas de sensibilização para o consumo de produtos locais e manter a dieta mediterrânica, reduzindo a pegada ecológica, campanhas de sensibilização para o desperdício alimentar através das crianças para chegar aos adultos e apoio aos mercados temáticos para induzir as pessoas a comprar o que é da época.

Por outro lado, a Professora Cristina Amaro reforça a necessidade da Câmara ter um papel mais ativo nestas questões, sobretudo pelo Senhor Vereador ser Engenheiro Agrónomo. É aconselhável que os decisores políticos ouçam os atores locais para fomentar a discussão e se comecem a criar pequenos projetos.

“Era uma cidade que para mim fazia todo o sentido defender questões de alimentação saudável, de saúde... viver bem não é só ter qualidade de jardins, é viver bem porque temos qualidade de vida, temos ar puro, uma alimentação diversificada, local, regional baseada numa dieta mediterrânica, fazia todo o sentido promover esse discurso. Acho que era uma vantagem para o município e acho que os municípios ganhariam muito com isso, mas não tem sido uma bandeira desta câmara”.
(Professora)

Já os produtores, relativamente à sua visão daquilo que a Câmara Municipal pode fazer para melhorar a agricultura local, referem o incentivo a produtos locais e biológicos nas escolas e cantinas públicas, como forma de promover estes produtos, realçam a realização de debates, ciclos de palestras abertas à população sobre a alimentação,

produtos locais, informação acerca do tema e o apoio à realização de feiras locais com produtos agrícolas locais para as pessoas promoverem os seus produtos e as suas marcas. Referem também a aposta em espaços fixos mais apelativos ao comércio, como um mercado municipal.

*“Uma coisa básica era incentivarem o uso nas escolas de comida produzida localmente, só isso já consumia, muitos frutos locais, cantinas públicas também, seria bom serem colocados produtos produzidos localmente. Seria uma boa ideia haver algum ciclo de palestras, debates abertos à população de algum sobre precisamente a alimentação e sobre produtos biológicos, nem toda a gente sabe”
(Produtor Guilherme Silva)*

5.2 Discussão das políticas de alimentação no município

Olhando para o que a revisão da literatura apontou como instrumentos para as cidades influenciarem o sistema alimentar e como medidas a implementar para políticas de alimentação saudáveis e sustentáveis, é possível fazer um confronto com os dados recolhidos sobre o Município de Viseu. Para este efeito, foi utilizada a tabela referida no Capítulo 3 relativa às dimensões das políticas e aos instrumentos que os municípios podem utilizar, para perceber que dimensões podem ser mais trabalhadas e que instrumentos não estão a ser utilizados, e fundamentar as recomendações ao município de Viseu.

De forma a avaliar os instrumentos utilizados pelo Município de Viseu, foi usada uma escala de 0 (não utilizado) a 5 (muito utilizado), para diferenciar os instrumentos onde foi apenas encontrada uma iniciativa dos instrumentos onde foram implementadas diversas iniciativas na área das políticas de alimentação.

Tabela 6: Análise dos instrumentos utilizados pela CMV

Dimensões das políticas	Instrumentos	Avaliação	Área do sistema alimentar onde atuam	De que forma são desenvolvidos?
Informação e consciencialização	Conscientização dos padrões de produção e consumo alimentar	4	Produção Consumo	Festival de comida saudável com espetáculos e concertos, showcooking com chefes, workshops e ainda demonstração de produtos biológicos, vegetarianos e vegan e a promoção de práticas de saúde e bem-estar saudáveis.
	Dados robustos e indicadores	2	Consumo	Recolhem apenas alguns dados relativos aos hábitos alimentares de determinadas faixas da população.
	Campanhas de educação e processos participativos	2	Produção Consumo	Têm atualmente o programa VISEU 2030, como fórum participativo, onde o tema – Agricultura, desenvolvimento rural, coesão do território e floresta, já foi discutido. Conversas informais com o Presidente da Câmara
Capacidade administrativa e governamental	Recursos humanos adequados (equipados com conhecimentos e capacidades adequadas)	2	Sem informação	Têm um Engenheiro Agrónomo enquanto Vereador do município e uma equipa de nutricionistas a desenvolver as ementas escolares
	Estrutura transdepartamental ou mecanismos de coordenação para melhorar o pensamento sistémico	0	Sem informação	Sem informação
	Autonomia organizacional	0	Sem informação	Sem informação
	Articulação com outros níveis de governo	2	Produção Consumo	FORUM VISEU 2030, pois pretende-se desenvolver propostas para serem apresentadas no PORTUGAL 2030
	Regulamentos e incentivos governamentais	4	Produção	Fundo de microcrédito para desenvolver a agricultura; algumas iniciativas fornecem uma

				ligação a outros apoios como: realização de candidaturas a fundos comunitários no programa VISEU RURAL e no gabinete do apoio ao agricultor;
Funções do governo local	Integração das questões alimentares no planeamento territorial	2	Produção Consumo	Hortas urbanas comunitárias e mercados municipais e locais
	Promoção das interconexões urbano-rurais	0	Sem informação	Sem informação
	Promoção da aprendizagem com colaboração trans-local	0	Sem informação	Sem informação
	Mecanismos de coordenação entre as partes interessadas da governança	3		Orçamento participativo; Conversas informais com o presidente; Têm atualmente o programa VISEU 2030, como fórum participativo, onde o tema – Agricultura, desenvolvimento rural, coesão do território e floresta, já foi discutido.
Políticas estratégicas	Forte compromisso político para mudar dietas saudáveis e sustentáveis	0	Sem informação	Sem informação
	Estratégias para reorientar as prioridades da produção agrícola, fomentar a inovação agroalimentar e promover a intensificação sustentável da produção de alimentos	2	Produção Processamento	PROGRAMA V21RURAL de empreendedorismo rural que pretende auxiliar na criação e no desenvolvimento de negócios rurais relacionados as seguintes áreas: produção, agroalimentar, serviços conexos e tecnologia aplicada.
	Planos de redução de desperdício de alimentos	0	Sem informação	Sem informação
	Incentivos para uma reconexão agricultor-cidadão	0	Sem informação	Sem informação

Fonte: elaboração própria

Da Tabela 6, podemos perceber que a maioria dos instrumentos evidenciados pela literatura e que foram referidos no quadro conceitual têm ainda muito pouca expressão no Município de Viseu. As dimensões menos consideradas são as **políticas estratégicas**, onde apenas 1 dos 4 instrumentos presentes nesta dimensão são desenvolvidos e de seguida a dimensão relativa às **funções do governo local**, onde são desenvolvidos 2 dos 4 instrumentos desta dimensão.

Por outro lado, as dimensões mais consideradas são a **Informação e consciencialização** onde são desenvolvidos, de uma certa forma, todos os instrumentos relativos a esta dimensão e logo de seguida a **Capacidade administrativa e governamental**, onde são desenvolvidos 3 dos 5 instrumentos desta dimensão.

Podemos concluir que, na generalidade, o Município de Viseu ainda tem um longo caminho a percorrer nesta matéria e deste modo, percebe-se que seria importante fazer recomendações do que este Município pode fazer. Fazendo uma conexão entre as boas práticas apresentadas na Tabela 4 e as recomendações do Pacto de Milão (MUFPP, 2015), podemos fazer sugestões do que ainda se pode fazer em cada dimensão.

Relativamente às políticas estratégicas, a dimensão com menos considerada, pode-se fazer as seguintes sugestões (MUFPP, 2015a):

- Com o intuito de diminuir o desperdício alimentar, pode-se convocar todos os intervenientes relevantes do sistema alimentar para que estes passem a avaliar e a monitorizar as perdas e os desperdícios alimentares, para fomentar esta diminuição ao longo de toda a cadeia alimentar; promover e sensibilizar a diminuição do desperdício alimentar ao público identificando alguns públicos-chave, como instituições de educação, ou promover a economia circular. Promover a recuperação e a distribuição de alimentos seguros e nutritivos que possam ser desperdiçados nos vários processos da cadeia alimentar como a produção, venda, restauração, entre outros.

- Compromisso político para promover um sistema alimentar sustentável, desde logo estabelecendo uma estratégia clara e inteiramente dedicada aos sistemas alimentares, como municípios pioneiros na Europa começam a estabelecer, reforçando a atenção política que deve ser dada a estas matérias no contexto local. A experiência de Barcelona é aqui crítica para ser mencionada, como exemplo a seguir por outros municípios. Barcelona é a Capital Mundial da Alimentação Sustentável para o ano de 2021 e conseqüentemente irá desenvolver mais de noventa projetos e políticas de alimentação sustentáveis, com o objetivo de tornar a cidade líder nesta temática e ainda, desenvolver uma estratégia política alimentar direcionada para 2030 (Barcelona World Sustainable Food Capital, 2021b). Dos projetos e políticas que Barcelona irá implementar durante um ano, podemos destacar: realização na cidade de Barcelona, o 7º Fórum Global do Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana; promoção dos mercados de Barcelona com eventos de comida tradicional e apresentação de atividades relacionadas com a alimentação sustentável; reuniões e conferências como por exemplo, o Congresso Europeu de Agroecologia; palestras e debates sobre os desafios da alimentação sustentável; menus sazonais desenvolvidos por chefs de renome para apresentarem um menu adequado para as estações do ano e ao mesmo tempo, auxiliar o público a cozinhar produtos sazonais; criação da Semana da Alimentação Sustentável com atividades para o público, com o objetivo de simultaneamente promover dietas saudáveis e economias locais sustentáveis (Barcelona World Sustainable Food Capital, 2021a).

No que diz respeito às **funções do governo local**, as recomendações baseiam-se nas seguintes (MUFPP, 2015a):

- Para aumentar a participação das partes interessadas, e uma vez que o Município desenvolve algumas iniciativas de participação pública, mas não focadas nesta matéria, sugere-se nomear conselheiros de política alimentar, ou criação de um conselho alimentar local, onde os vários atores interessados possam intervir nesta temática, promovendo o diálogo político.

- Apoiar os circuitos curtos agroalimentares, organizações de produtores, redes e plataformas que aproximem o produtor do consumidor e outros sistemas de mercado que integrem as infraestruturas do sistema alimentar urbano.
- Promoção das interconexões rural-urbanas, através da melhoria dos sistemas de armazenamento dos alimentos, das infraestruturas, processamento, transporte e distribuição para ligar estas áreas e incentivar o consumo de produtos sazonais e reduzir a insegurança alimentar, contribuindo para a criação de emprego local.
- Promoção da produção sustentável de produtos alimentares na região, através da proteção e o acesso a terrenos seguros para este efeito como bancos de terra ou cooperativas, hortas comunitárias e promover a integração nos programas e planos de ordenamento urbano/municipal de terrenos para a produção agrícola local.
- Assegurar a alocação apropriada de recursos humanos à administração do município, e reforçar regulamentos e planos municipais para a construção de sistemas alimentares sustentáveis.

No que concerne à **capacidade administrativa e governamental**(MUFPP, 2015a):

- Promover a colaboração entre departamentos e organismos da Câmara Municipal, como intuito de promover políticas de alimentação que sejam transversais a setores.
- Reforçar políticas intermunicipais com foco na alimentação, pois muitos instrumentos necessitam desta forte cooperação intermunicipal e a várias escalas administrativas.

Por fim, relativamente à **informação e consciencialização** (MUFPP, 2015a):

- Desenvolvimento de linhas orientadoras de uma dieta sustentável para informar os consumidores, fornecedores de serviços alimentares, agentes que realizam a planificação urbana e restantes atores do sistema alimentar.
- Recolher dados relacionados com o sistema alimentar municipal, para melhorar os sistemas de partilha de informação, mapear os fluxos alimentares e incentivar a

gestão da troca de dados, com o intuito de perceber de que forma e onde se deve intervir.

Algumas boas práticas identificadas no Capítulo 3 são bons exemplos de como que podem desenvolver políticas de alimentação sustentáveis e mais ainda, de como se podem desenvolver as sugestões acima identificadas.

A sensibilização para a redução do desperdício alimentar, pode ser feito através das crianças e ainda o cuidado com as refeições escolares em relação à quantidade de alimentos colocados no prato, podemos sugerir implementar uma iniciativa semelhante à da Junta de Freguesia Olivais, com a **Missão zero desperdício alimentar** onde são medidos os restos alimentares que as crianças deixam nos seus pratos e depois os valores são discutidos nas turmas para sensibilizar para o desperdício alimentar escolar. Ainda, com o intuito de promover a economia da região e a criação de emprego local, sugere-se o uso de produtos biológicos na alimentação escolar; formação para tornar o consumo de legumes mais atrativo e a introdução do dia vegetariano como sensibilização de hábitos de alimentação saudáveis, olhando para os exemplos **da Câmara Municipal de Torres Vedras** e **da Junta de Freguesia de Olivais** que incorporam estas medidas.

Devido à preocupação com os seniores do município, como demonstram as iniciativas neste âmbito propõe-se hortas biológicas nos lares e nos centros sociais com o intuito de maximizar as funções sociais, físicas e psicológicas e sobretudo melhorar a qualidade de vida dos utentes através do consumo dos alimentos plantados nestas hortas. Os benefícios podem ser vistos na iniciativa proposta pela **Câmara Municipal de Braga com a Horticultura Terapêutica ao Serviço dos Maiores**.

Para promover as relações com outros municípios, podem realizar-se parcerias para promover os produtos locais e assim aproximar os produtores dos consumidores através de cabazes de hortícolas que podem ser adquiridos com alguma regularidade, como se verifica nas iniciativas – **Associações para a Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAP)** e **PROVE – Promover e vender**.

Capítulo 6. Conclusões e recomendações

Neste capítulo final são apresentados os principais resultados desta dissertação, as suas limitações, assim como as principais recomendações para futuros estudos e bem como uma síntese de medidas críticas que o Município de Viseu pode desenvolver para reforçar as políticas municipais de alimentação saudável e sustentável.

As questões de sustentabilidade alimentar têm nos últimos anos sido alvo de debates políticos, científicos e académicos com o intuito de perceber de que forma é possível garantir uma alimentação adequada à população mundial (que cada vez mais vai em crescimento), protegendo ao mesmo tempo os recursos naturais, a biodiversidade e os ecossistemas.

Com a revisão da literatura, é possível verificar a evolução das políticas de alimentação ao longo das décadas e de que forma as organizações internacionais trabalharam neste tema e trouxeram a atenção dos decisores políticos para o estabelecimento de objetivos e metas específicas com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Um dos grandes entraves à sustentabilidade alimentar passa por um compromisso político forte para com este e ainda falta de investimento em monitorização e avaliação das políticas para entender se as políticas estão a ter bons resultados e que áreas necessitam de maior intervenção. É necessário que os decisores políticos, sobretudo a nível local, percebam a importância de questões de alimentação sustentáveis nos seus municípios para promoverem o bem-estar e a saúde das pessoas, no presente e no futuro.

Através da realização das entrevistas e da análise empírica efetuadas no caso do Município de Viseu foi possível responder aos objetivos deste estudo. Podemos concluir que Viseu vai desenvolvendo algumas iniciativas na área dos sistemas alimentares sustentáveis, mas que estas não são enquadradas em nenhuma estratégia ou política integrada de alimentação. As iniciativas identificadas mostram que se está a desenvolver

trabalho neste tema e com um número relevante de atores diferentes envolvidos, mas que não existe um plano enquadrador que agregue iniciativas esporádicas promovidas pelo município e de coerência a uma visão e compromisso claro com este tema. Além disso, é de salientar que alguns dos programas implementados apenas tiveram um ciclo de ação curto e que não se enquadram num trabalho contínuo, que certamente iria ter bons resultados. Seria, assim, relevante que a Câmara Municipal de Viseu apostasse numa política de alimentação saudável e sustentável.

Com base nas boas práticas de iniciativas promovidas pelos municípios em Portugal analisadas no Capítulo 3, foi possível desenhar recomendações divididas pelas dimensões políticas.

Primeiramente, na dimensão Informação e consciencialização - a falta de informação sobre o sistema alimentar local é algo que os decisores no município devem ter em atenção e devem investir em estudos para perceber as dinâmicas do sistema, cooperando com as instituições de ensino superior que aliás desenvolvem projetos nesta área noutros municípios e por isso faz todo o sentido que também o façam no município que se inserem.

Relativamente à capacidade administrativa – a inexistência de estruturas adequadas para o desenvolvimento de políticas, torna este processo difícil e o que se verifica é políticas pouco articuladas que advêm de outras áreas que não a alimentação. Para isto, investir nos recursos humanos adequados pode ser fulcral para desenvolver políticas fundamentadas que possam articular com outros níveis de governo e setores.

Em relação à dimensão funções do governo local, é necessário ainda esclarecer os consumidores para uma tomada de decisão mais informada relativamente aos seus hábitos alimentares e criar espaços de participação ativa para vários atores através de por exemplo ciclos de palestras, debates abertos à população sobre alimentação biológica, que foram sugestões apontadas pelos entrevistados.

No que concerne as políticas estratégicas, é necessário haver um forte compromisso político que não existe até à data, sendo necessário haver uma política clara no que diz

respeito à promoção de alimentação sustentável no Município, quais os seus objetivos e metas para promover a produção e o consumo de alimentos locais e como reduzir o desperdício alimentar proveniente de todas as fases da cadeia alimentar.

Estas recomendações referidas só fazem sentido se existir uma política de alimentação com metas específicas que tenham em consideração os desafios e as complexidades inerentes ao sistema alimentar com uma combinação consistente de instrumentos políticos. Deve-se definir prioridades, metas e um objetivo estratégico global que envolva vários níveis e vários setores chegando a uma estratégia para estar nos planos municipais

Com as questões de investigação e os objetivos para esta dissertação, estes resultados obtidos permitem aumentar o conhecimento relativo à área das políticas de alimentação sustentável existentes a nível nacional, em Portugal e mais concretamente ao nível local, em Viseu, e permitem ainda contribuir para um desenvolvimento de políticas integradoras que têm como objetivo primário aumentar o bem-estar das populações e proteger os recursos naturais, a biodiversidade e os ecossistemas.

Relativamente às limitações deste trabalho, compreende-se que se poderiam ter sido entrevistados mais atores locais ou mesmo ter desenvolvido um trabalho comparativo, onde se pudesse ter comparado resultados em contextos territoriais diferentes. No entanto, acredita-se que estas limitações dão pistas para próximos trabalhos de investigação. No futuro poderia ter-se uma visão mais abrangente do sistema com um número maior de atores entrevistados e de que forma estes podem contribuir para tornar o sistema alimentar mais sustentável, envolvendo também os consumidores sobre iniciativas de alimentação sustentável e dos seus hábitos alimentares. Para além disso, seria interessante estender o estudo a toda a comunidade intermunicipal e comparar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por cada município desenhando um guião com linhas orientadoras e boas práticas de políticas de alimentação.

Para terminar, ao longo desta investigação foi salientada a importância que os municípios têm para contribuir para sistemas alimentares sustentáveis, no entanto, apesar de para muitos ainda não existir um compromisso político para com a alimentação sustentável, esta deve sem dúvida ser uma parte integradora das políticas municipais no futuro. Ao longo da evolução da sociedade, fomos verificando questões como mobilidade sustentável, habitação, participação pública serem integradas nas competências dos municípios. Deste modo, foi-se verificando que os municípios de uma forma geral foram dando importância a esta temática e a implementar medidas em prol destas áreas. Podemos então aqui levantar duas questões: será que a alimentação sustentável e a promoção dos sistemas alimentares devem fazer parte das competências municipais? Aliás, tendo em consideração a importância que apresentam na saúde geral das populações, será que o direito a uma alimentação adequada e sustentável não deveria constar na Constituição da República Portuguesa?

Bibliografia

Agência Portuguesa do Ambiente. (2019). *Agenda 21 Local*.

<https://apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=120&sub2ref=163>

Aubry, C., & Kebir, L. (2013). Shortening food supply chains: A means for maintaining agriculture close to urban areas? The case of the French metropolitan area of Paris.

Food Policy, 41, 85–93. <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2013.04.006>

Baldy, J. (2019). Framing a sustainable local food system-how smaller cities in southern Germany are facing a new policy issue. *Sustainability (Switzerland)*, 11(6).

<https://doi.org/10.3390/su11061712>

Baptista, P., Campos, I., Pires, I., & Vaz, S. (2012). *Do Campo ao Garfo, Desperdício Alimentar em Portugal*. (CESTRAS).

Barcelona World Sustainable Food Capital. (2021a). *Highlighted activities*.

<https://alimentaciosostenible.barcelona/en/programme-first-quarter-2021>

Barcelona World Sustainable Food Capital. (2021b). *Year of sustainable food*.

<https://alimentaciosostenible.barcelona/en#year-sustainable-food>

BCFN. (2012). Food waste: causes, impacts and proposals. *Codice Edizioni*, 1–71.

BCFN, & MUFPP. (2018). *Food & Cities. The Role of Cities for Achieving the Sustainable Development Goals*.

Belo, E. M. C. P. (2017). *Gestão do Processo de Formulação, Implementação e Avaliação da Política Pública de Cooperação para o Desenvolvimento - Análise na Perspetiva da Governança*.

Bento, A. (2019). Direito humano à alimentação: viver mais é uma conquista, viver melhor

é um desafio. *Público*.

<https://www.publico.pt/2019/12/10/sociedade/opiniao/direito-humano-alimentacao-viver-conquista-viver-melhor-desafio-1896779>

Berner, S., Derler, H., Rehorska, R., Pabst, S., & Seebacher, U. (2019). Roadmapping to enhance local food supply: Case study of a city-region in Austria. *Sustainability (Switzerland)*, *11*(14), 1–16. <https://doi.org/10.3390/su11143876>

Blay-Palmer, A., Santini, G., Dubbeling, M., Renting, H., Taguchi, M., & Giordano, T. (2018). Validating the City Region Food System approach: Enacting inclusive, transformational City Region Food Systems. *Sustainability (Switzerland)*, *10*(5). <https://doi.org/10.3390/su10051680>

Center of Portugal. (2019). *Viseu*.

<https://www.centerofportugal.com/pt/destination/viseu-2/>

CIMVDL. (2020). *Municípios associados*. <https://www.cimvdl.pt/apresentacao/municipios-associados/>

CMV. (2014a). *Município de Viseu organiza congresso sobre agricultura familiar*.

<http://www.cm-viseu.pt/index.php/janeiro-2015/maio/82-noticia/1574-municipio-de-viseu-organiza-congresso-sobre-agricultura-familiar-a-20-e-21-junho>

CMV. (2014b). *Município inaugura gabinete de apoio ao agricultor no Mercado Municipal*.

<https://www.cm-viseu.pt/index.php/janeiro-2015/setembro/82-noticia/1815-2-festival-de-jazz-de-viseu-da-musica-de-23-a-27-de-julho-3>

CMV. (2015). *Programa Viseu rural*. <https://www.cm-viseu.pt/Municipio/Viseu>

[Rural/WISEU_RURAL_Sintese.pdf](https://www.cm-viseu.pt/Municipio/Viseu/Rural/WISEU_RURAL_Sintese.pdf)

CMV. (2017). *2017, Ano Oficial para Visitar Viseu*. <https://www.cm-viseu.pt/pt/areas-servicos/marketing-territorial/2017-ano-oficial-para-visitar-viseu/>

CMV. (2018a). *2018: Viseu, Cidade Europeia do Folclore*. <https://www.cm->

viseu.pt/pt/areas-servicos/marketing-territorial/2018-viseu-cidade-europeia-do-folclore/

CMV. (2018b). *“Escolha do Consumidor” distingue Viseu*. <https://www.cm-viseu.pt/pt/noticias/escolha-do-consumidor-distingue-viseu/>

CMV. (2018c). *Viseu lança novo Orçamento Participativo e elege Bairros, Jovens e Inclusão como prioridades*. CMV. <https://www.cm-viseu.pt/pt/noticias/viseu-lanca-novo-orcamento-participativo-e-elege-bairros-jovens-e-inclusao-como-prioridades/>

CMV. (2019). *Viseu 2019, Destino Nacional de Gastronomia*. <https://www.cm-viseu.pt/pt/areas-servicos/marketing-territorial/viseu-2019-destino-nacional-de-gastronomia/>

CMV. (2020a). *Município de Viseu estreia rubrica “O Presidente Responde.”* <https://www.cm-viseu.pt/pt/noticias/municipio-de-viseu-estreia-rubrica-o-presidente-responde/>

CMV. (2020b). *Viseu 2030*. https://www.cm-viseu.pt/cultura/Viseu2030/Brochura_WEB_Viseu_2030.pdf

CMV. (2020c). *WISEU AJUDA*. <https://www.cm-viseu.pt/pt/areas-servicos/covid-19/viseu-ajuda-2/>

CMV. (2020d). *Viseu aposta na dinamização do comércio local e numa programação cultural segura, neste Natal*. <https://www.cm-viseu.pt/pt/noticias/viseu-aposta-na-dinamizacao-do-comercio-local-e-numa-programacao-cultural-segura-neste-natal/>

CMV. (2020e). *WISEU ENTREGA*. <https://viseuentrega.pt/>

CMV. (2020f). *Viseu Investe +*. <https://www.cm-viseu.pt/pt/areas-servicos/covid-19/viseu-investe/>

Comissão Europeia. (2017). *Research and Innovation for Food and Nutrition Security –*

Transforming our Food Systems 2 nd FOOD 2030 High Level Event Conference outcome report (Issue June). <https://doi.org/10.2777/78445>

Comissão Europeia. (2020a). *Estratégia do Prato ao Prato*.

https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal/actions-being-taken-eu/farm-fork_pt

Comissão Europeia. (2020b). *FOOD 2030 Pathways for Action: Food waste and resource efficiency*. *Publications Office of the European Union, 2020, May*.

Comissão Europeia. (2020c). *FOOD 2030 Pathways for Action*. *Publications Office of the European Union*.

Comissão Europeia. (2020d). *Pacto Ecológico Europeu*.

https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_pt

Committee on World Food Security. (2016). *Why we need to talk about food policy*.

<http://www.fao.org/cfs/home/blog/blog-articles/article/en/c/447501/>

Cunha, R. (2019). *Nem Porto, nem Lisboa: portugueses escolheram qual é a melhor cidade de Portugal para viver*. *Morar Em Portugal*. <https://moraremportugal.com/nem-porto-nem-lisboa-portugueses-escolheram-qual-e-a-melhor-cidade-de-portugal-para-viver/>

DELGADO, C., ILHÉU, M. J., SILVA, P. N. DA, & RODRIGUES, P. (2020). *Alimentar Boas Práticas: da Produção ao Consumo Sustentável 2020*.

<https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>

Direção-Geral da Saúde. (2017). *PROGRAMA NACIONAL PARA A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL*. *Programa Nacional Para a Promoção Da Alimentação Saudável*. <http://www.pais.gob.pe/tambook/pnt>

Dowding-Smith, E. (2013). *Resilient Urban Food Systems: Opportunities, Challenges, and Solutions*. *Resilient Urban Food Systems Forum*, 1–8.

- Duarte, M. (2018). *Perspetivas futuras para a sustentabilidade alimentar: novas formas de proteína na alimentação dos portugueses* (Issue 1). Universidade Católica Portuguesa.
- Dubbeling, M., Santini, G., Renting, H., Taguchi, M., Lançon, L., Zuluaga, J., de Paoli, L., Rodriguez, A., & Andino, V. (2017). Assessing and planning sustainable city region food systems: Insights from two Latin American cities. *Sustainability (Switzerland)*, 9(8). <https://doi.org/10.3390/su9081455>
- Eide, A. (1998). *The human right to adequate food and freedom from hunger*. <http://www.fao.org/3/w9990e/w9990e03.htm>
- Estação Diária. (2020). VISSAIUM XXI E MUNICÍPIO LANÇAM O “V21 RURAL.” *Estação Diária*. <https://www.estacaodiariajornal.com/viseu-vissaium-xxi-e-municipio-lancam-o-v21-rural-um-inovador-programa-de-capacitacao/>
- Estorninho, M. J. (2017). Direito Fundamental à Alimentação Saudável. In R. Oliveira, S. Amâncio, & L. Fadias (Eds.), *Alfaces na avenida: Estratégias para (bem) alimentar a cidade* (1ª Edição, pp. 74–80). Lisboa: Universidade de Lisboa, Colégio Food, Farming and Forestry.
- Fadigas, L. (2015). *Urbanismo e território - as políticas públicas*.
- FAO. (2011). Global food losses and food waste - Extent, causes and prevention. In *Food Loss and Food Waste: Causes and Solutions*. <https://doi.org/10.4337/9781788975391>
- FAO. (2012). Sustainable diets and biodiversity: directions and solutions for policy, research and action. In *International Organization* (Vol. 1, Issue 2). <https://doi.org/10.1017/S002081830000607X>
- FAO. (2018a). *The future of food and agriculture – Alternative pathways to 2050*. <http://www.fao.org/3/I8429EN/i8429en.pdf>
- FAO. (2018b). *The role of cities in the transformation of food systems: sharing lessons from milan pact cities*.

- FAO. (2019a). *Baixo nível de fome, mas alta prevalência de insegurança alimentar moderada, sobrepeso e obesidade na Europa e Ásia Central*.
<http://www.fao.org/portugal/noticias/detail/pt/c/1256016/>
- FAO. (2019b). *Fifteen years implementing the Right to Food Guidelines - Reviewing progress to achieve the 2030 Agenda*. <http://www.wipo.int/amc/en/mediation/rules>
- Ferrão, J., Guerra, J., & Fernando Honório. (2004). Municípios, Sustentabilidade de Qualidade de Vida – Contributos para a construção de um sistema de indicadores de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses (continente). *Observa Ambiente, Sociedade e Opinião Pública*, 82.
https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=142672509&att_display=n&att_download=y
- Fidélis, T., & Pires, S. M. (2009). Surrender or resistance to the implementation of Local Agenda 21 in Portugal: The challenges of local governance for sustainable development. *Journal of Environmental Planning and Management*, 52(4), 497–518.
<https://doi.org/10.1080/09640560902868363>
- Florin, M., & Renting, H. (2015). Construindo sistemas alimentares sustentáveis além da divisão rural / urbana. *Revista de Agricultura Urbana No . 30*, 1–75.
- Fortin, M. (1999). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização* (Lusociência (Ed.).
- Fortin, M. F., Vissandjée, B., & Côté, J. (2003). Escolher um problema de investigação. In *O processo de investigação: da concepção à realização* (pp. 48–60).
- FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS - *Pordata: Base de Dados Portugal contemporâneo*. <https://www.pordata.pt>.
- Galli, A., Moreno, S., Iha, K., Abrunhosa, A., Lin, D., Serena, M., & Teles, F. (2020). Science of the Total Environment Sustainable food transition in Portugal: Assessing the Footprint of dietary choices and gaps in national and local food policies. *Science of the*

- Total Environment*, 749, 141307. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.141307>
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 20–29. <https://doi.org/10.1590/s0034-75901995000300004>
- Graça, P., & Gregório, M. J. (2012). Evolução da política alimentar e de nutrição em Portugal e suas relações com o contexto internacional. *Revista de Alimentação Humana*, 18(3), 79–96.
- Graça, P., & Gregório, M. J. (2013). A Construção do Programa Nacional. *REVISTA NUTRÍCIAS*, 18, 6–9.
- Graça, P., & Gregório, M. J. (2015). Strategy for the promotion of healthy eating in Portugal. *Health by Numbers Portugal*, 4(5), 36–40. <http://www.dgs.pt>.
- Gregório, M. J. (2009). *Políticas de alimentação e nutrição : Brazil and Portugal*. <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/54547>
- Hague, R., & Harrop, M. (2004). *Comparative Government and Politics: An Introduction* (6th ed.). PALGRAVE MACMILLAN.
- HLPE. (2017). *Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security*. <http://www.fao.org/3/a-i7846e.pdf>
- INE (2011) - *Censos 2011 - Resultados definitivos : Região Centro*. <https://www.ine.pt/xurl/pub>. ISBN 978-989-25-0184-0
- Itália, O. (2017). Dossiê Sobre as perdas e o Desperdício Alimentar. *Associação In Loco*, 1–40.
- Lairon, D. (2012). Biodiversity and sustainable nutrition with a food-based approach. In B. Burlingame & S. Dernini (Eds.), *Sustainable diets and biodiversity directions and solutions for policy, research and action* (pp. 30–35). FAO Headquarters, Rome.

- MacDonald, R., & Reitmeier, C. (2017). *Understanding Food Systems*. Academic Press.
- Mazzocchi, G., & Marino, D. (2020). Rome, a policy without politics: The participatory process for a metropolitan scale food policy. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(2). <https://doi.org/10.3390/ijerph17020479>
- Meybeck, A., & Gitz, V. (2017). Conference on “Sustainable food consumption” Sustainable diets within sustainable food systems. *Proceedings of the Nutrition Society*, 76(1), 1–11. <https://doi.org/10.1017/S0029665116000653>
- MONTEIRO, C. G. (2019). *Sustentabilidade do sistema alimentar e a viabilidade da carne de laboratório no futuro - um estudo empírico*. Universidade do Porto.
- Moragues-faus, A. (2018). *Reshaping urban political ecologies : an analysis of policy trajectories to deliver food security*. 1337–1351.
- Moragues-Faus, A., & Marceau, A. (2018). Measuring progress in sustainable food cities: An indicators toolbox for action. *Sustainability (Switzerland)*, 11(1), 1–17. <https://doi.org/10.3390/su11010045>
- Moragues, A., Morgan, K., Moschitz, H., Neimane, I., Nilsson, H., Pinto, M., Rohrer, H., Ruiz, R., Thuswald, M., Tisenkopfs, T., & Halliday, J. (2013). Urban food strategies: The rough guide to sustainable food systems. *Foodlinks*.
- Morais, C. (2015). *Investigação: Do problema aos resultados*.
- MUFPP. (2015a). *Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana*.
- MUFPP. (2015b, October 15). *More than 100 cities signed the Milan Urban Food Policy Pact presented to UN secretary general*. <https://www.milanurbanfoodpolicypact.org/more-than-100-cities-signed-the-milan-urban-food-policy-pact-presented-to-un-secretary-general/>
- Notícias de Viseu. (2020). *Almeida Henriques responde em direto aos viseenses*. Notícias

de Viseu. <https://www.noticiasdeiseu.com/almeida-henriques-responde-em-direto-aos-viseenses/>

ONU (Organização das Nações Unidas). (1948). Declaração dos Direitos do Homem. *Diario Da Republica*, lii, 489–493. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>

ONU (Organização das Nações Unidas). (2015). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. <https://www.unric.org/pt/17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>

ONU NEWS. (2019). *ONU: fome atinge mais de 820 milhões de pessoas no mundo*. <https://news.un.org/pt/story/2019/07/1680101>

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). (2014). O direito à alimentação no quadro internacional dos direitos humanos e nas Constituições. *Cadernos de Trabalho Sobre o Direito à Alimentação*, 20p.

Pinho, I; Rodrigues, S; Franchini, B; Graça, P. (2016). Padrão Alimentar Mediterrânico: Promotor De Saúde. *Direção-Geral Da Saúde*, 10–29. <https://doi.org/DOI.10.1006/mchj.1995.1023>

Pinto, I. F., Campos, C. J. G., & Siqueira, C. (2018). Investigação qualitativa: perspectiva geral e importância para as ciências da nutrição. *Acta Portuguesa de Nutrição*, 14, 30–34.

Proença, R. P. da C. (2010). Alimentação e globalização: algumas reflexões. *Ciência e Cultura*, 62(4), 43–47.

Queiroz, A., Mota, I., & Cardoso, S. (2015). O Direito à Alimentação Saudável no Contexto das Políticas Nutricionais. *Acta Portuguesa de Nutrição*, 02(2), 34–37.

Real, L. C. V., & Schneider, S. (2011). O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do Programa de Alimentação Escolar. *Estudo & Debate*, 18(2), 57–79.

- Rede Rural Nacional. (2018). *Caminhos para uma alimentação sustentável*.
- Schanes, K., Dobernig, K., & Gözet, B. (2018). Food waste matters - A systematic review of household food waste practices and their policy implications. *Journal of Cleaner Production*, 182, 978–991. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.02.030>
- Simões, A. L. P. (2017). *Combate ao desperdício alimentar como contributo para o Desenvolvimento Local Sustentável*.
- Sonnino, R. (2014). The new geography of food security: Exploring the potential of urban food strategies. *Geographical Journal*, 182(2), 190–200. <https://doi.org/10.1111/geoj.12129>
- Souza, C. (2003). POLÍTICAS PÚBLICAS: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*, 11–24.
- Souza, C. (2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 16, 20–45.
- Timotijevic, L., Khan, S. S., Raats, M., & Braun, S. (2019). Research priority setting in food and health domain: European stakeholder beliefs about legitimacy criteria and processes. *Food Policy*, 83(November 2018), 116–124. <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2018.12.005>
- Ventura, M. M. (2007). O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa The Case Study as a Research Mode. *Rev SOCERJ*, 20(5), 383–386. http://www.polo.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_estudo_de_caso_como_modalidade_de_pesquisa.pdf
- Viseu educa. (2020). *Programa alimentar*. Viseu Educa. <https://viseueduca.pt/acao-social-escolar/8738/programa-alimentar>
- WISEU MARCA. (2016). *Quem somos*. WISEU MARCA. <https://www.viseumarca.pt/quem-somos>

Yin, R. K. (2003). *Estudo de caso: planeamento e métodos* (2ª edição). Bookman editora.

Anexos

Anexo 1- Consentimento Informado

Universidade de Aveiro

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território

Chamo-me Inês Pereira de Sousa e encontro-me a desenvolver uma dissertação de Mestrado intitulada **“Políticas Locais de Alimentação: o caso do município de Viseu”**, sob a orientação de Sara Moreno Pires para conclusão do Mestrado em Administração e Gestão Pública.

O objetivo deste projeto consiste em compreender com maior profundidade um município português em torno das políticas alimentares sustentáveis, com o intuito de entender o que tem sido feito, o envolvimento dos atores locais e quais os seus impactos e relevância destas ações para alcançar um desenvolvimento sustentável.

Assinatura: _____

Consentimento Informado

Obrigado por aceitar participar neste estudo. Esta folha de informação descreve os objetivos do estudo e fornece uma descrição do envolvimento e dos direitos participantes.

1. Uso da informação

Usaremos a informação recolhida para elaborar uma dissertação para conclusão do Mestrado supra citado e para artigos científicos sobre Políticas Locais de Alimentação em Portugal.

2. Método de pesquisa

O método usado para recolher informação para este estudo será a entrevista semi-estruturada. Usaremos um gravador de voz para capturar a conversa somente se nos der permissão para o fazer.

3. Confidencialidade

Os registos deste estudo serão mantidos em confidencialidade. Nenhuma identidade individual será usada em relatórios ou publicações resultantes do estudo, a não ser que nos seja concedida

explicitamente autorização para tal. Apenas os investigadores envolvidos na pesquisa terão acesso aos arquivos e aos registos digitais ou de áudio.

4. Disponibilidade do estudo

Se desejar, poderá receber uma cópia dos documentos finais desta pesquisa, que disponibilizaremos aos participantes neste estudo, para que tenha a oportunidade de sugerir mudanças, se necessário.

5. Participação voluntária

A sua participação nesta pesquisa é voluntária; pode recusar responder a quaisquer perguntas que não deseja responder. Além disso, tem o direito de se retirar em qualquer ponto da entrevista, por qualquer motivo e sem qualquer prejuízo.

Nome do entrevistado e assinatura:

Nome: _____

Assinatura _____ Data _____

Anexo 2: Guião de Entrevista – Vereador Eng.º João Gouveia

- 1) Tem havido compromisso político forte para uma alimentação saudável e sustentável no Município ao longo dos anos?
- 2) O município desenvolve iniciativas que promovam o acesso a alimentos locais e frescos apoiando a cultura alimentar local e a Dieta Mediterrânea? E para os indivíduos que não conseguem garantir uma alimentação adequada, devido a por exemplo, situações de risco, têm direcionada alguma atenção especial?
- 3) Têm desenvolvido estudos para conhecer os hábitos alimentares da sua população? Têm tentado avaliar os hábitos alimentares dos residentes tendo em consideração a sua saúde e o meio ambiente?
- 4) Têm desenvolvido campanhas de sensibilização para a sustentabilidade alimentar, cadeias curtas de alimentação e para o impacto ambiental da alimentação?
- 5) O município recolhe algum tipo de dados/informação relativamente a produção alimentar/distribuição/cadeias de consumo/ ou monitoriza o impacto das atividades relacionadas com a alimentação?
- 6) O município tem tentado promover políticas que reduzam o desperdício alimentar em todas as fases da cadeia alimentar (por exemplo, nas escolas) e promovendo iniciativas que sensibilizem uma gestão eficiente dos resíduos provenientes do setor alimentar?
- 7) Nos instrumentos de planeamento territorial, a articulação com a sustentabilidade alimentar é tida em consideração, quando são definidos espaços para a produção/armazenamento (ex: existem hortas urbanas? Estão definidas no PDM?) e distribuição de políticas e nos planos municipais de emergência?
- 8) Existe atualmente uma política ou estratégia para a alimentação em Viseu e/ou plano de ação? Se sim, qual o departamento responsável pela sua implementação? De que forma esta é articulada com os objetivos de outras políticas e outros setores?
- 9) Relativamente a compras públicas, o município incorpora nos seus cadernos de encargos na área da alimentação preocupações de sustentabilidade ambiental?

- 10) De que forma tem o município contribuído para a criação de emprego e rendimentos no setor da alimentação e tem contribuído para a exploração da produção alimentar como contributo para a economia regional? Existem incentivos que promovam a inovação, investigação e a evolução agroalimentar sustentável?
- 11) O município tem criado mecanismos de participação e envolvimento de vários atores locais (como produtores consumidores, autarquias, organismos públicos, entre outros)? Tem, por exemplo, oferecido apoio técnico sobre o desenvolvimento de políticas/iniciativas neste âmbito?
- 12) Para finalizar, quais os motivos / fatores que mais têm dificultado a implementação destas iniciativas referidas? Quais são os principais desafios e próximos passos no caminho da sustentabilidade do sistema alimentar local no município de Viseu?

Anexo 3: Guião de Entrevista - Professora Doutora Cristina Amaro

- 1) De que forma têm evoluído as preocupações com as questões alimentares em Viseu ao longo dos anos e quais considera que têm sido os seus principais desafios?
- 2) Como tem o IPV contribuído para tornar alimentação, considerada como um sistema integrado desde a produção, , em Viseu mais sustentável?
- 3) O IPV recolhe algum tipo de dados/informação relativamente a cadeias de consumo/produção alimentar ou monitoriza o impacto das atividades relacionadas com a alimentação sobre o município de Viseu? Se sim, esta informação é partilhada posteriormente com os decisores políticos locais?
- 4) De que forma têm promovido algumas práticas importantes a nível local, como práticas agrícolas inclusivas e sustentáveis que aproximam os consumidores dos produtores?
- 5) Nos últimos anos, o concelho sofreu secas e houve a necessidade de transportar água de outros concelhos através de cisternas para não prejudicar a produção dos alimentos. Como pode o município adaptar-se aos impactos provocados pelas alterações climáticas?
- 6) Como pode o município reduzir o desperdício alimentar ao longo da cadeia alimentar e fazer uma gestão eficiente dos resíduos provenientes do setor alimentar?
- 7) Através do conhecimento, formação, perícia no tema, o IPV partilha este conhecimento com atores interessados para fortalecer o sistema alimentar local e explorar o potencial de produção do município? Quais as iniciativas que têm tido maior acolhimento ou sucesso junto dos atores interessados?
- 8) Realizam alguma ação de sensibilização junto da população relativamente a dietas alimentares sustentáveis, sustentabilidade alimentar, impacto ambiental e a pegada ecológica da alimentação?
- 9) As iniciativas que têm promovido têm fortalecido o desenvolvimento de redes entre atores, setores e níveis? De que forma esta cooperação tem sido benéfica para o sistema alimentar local?

10) Para finalizar, na sua ótica que recomendações daria aos decisores políticos para estes promoverem um sistema alimentar local sustentável no município de Viseu?

Anexo 4 - Entrevista para os Produtores

1) Como surgiu este negócio na área da agricultura? Qual a sua missão/objetivo?

- 2) Procura obter conhecimento e experiência através de por exemplo, formações e aconselhamento junto do município para tornar o seu negócio mais sustentável?
- 3) Recorre a alguma fonte de financiamento nacional/internacional? (ex: fundos comunitários)
- 4) O terreno agrícola que utiliza foi cedido pelo município para ser usado para a produção de alimentos?
- 5) Existe uma preocupação com práticas agrícolas sustentáveis (redução do consumo de água e energia; redução da emissão de gases de efeito de estufa; reutilização dos resíduos orgânicos; reciclagem)? E com a segurança alimentar?
- 6) Tem alguma estratégia para reduzir o desperdício alimentar do seu negócio?
- 7) De que forma aproxima os seus produtos aos consumidores? (ex: organizações de produtores; redes e plataformas de produtores para consumidores; infraestruturas próprias do município)
- 8) O município oferece apoios/serviços/emprego aos produtores na área da alimentação/agricultura para promover a agricultura local? De que forma?
- 9) Participa em sessões públicas onde são debatidas políticas relacionadas com as políticas agrícolas do município?
- 10) Que recomendações daria aos decisores políticos para melhorar a agricultura local?